

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

MAGNO FRANCISCO DA SILVA

**FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PCR EM ALAGOAS DURANTE A DITADURA
MILITAR (1966-1973)**

Maceió - AL

2017

MAGNO FRANCISCO DA SILVA

FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PCR EM ALAGOAS DURANTE A DITADURA
MILITAR (1966-1973)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo

Maceió - AL
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

S586f Silva, Magno Francisco da.
Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973) /
Magno Francisco da Silva. – 2017.
111 f.: il.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação
em História. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 104-109.
Apêndices: f. 110-111.

1. PCR (Partido Comunista Revolucionário) - Alagoas. 2. Ditadura militar – Brasil –
1966-1973. 3. Alagoas – Política e governo – 1966-1973. 4. Socialismo. I. Título.

CDU: 981.35:329(81)PCR

Folha de Aprovação

MAGNO FRANCISCO DA SILVA

“Formação e trajetória do partido comunista revolucionário em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973)”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 22 de agosto de 2017.

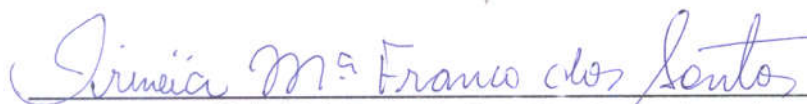


Prof.^a. Dr.^a Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Aruã Silva de Lima (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas



Prof.^a. Dr.^a Irineia Maria Franco dos Santos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho para todas as
pessoas que lutam por um mundo livre e
sem exploração.

AGRADECIMENTOS

Após um período de grande aprendizado e troca de experiências chegamos ao momento final dessa pesquisa. Muitas pessoas foram determinantes para o êxito do presente trabalho. Em primeiro lugar, quero expressar meu profundo agradecimento e admiração pela minha orientadora, professora Michelle Macedo, sua dedicação iluminou vários caminhos que percorri e possibilitou a ampliação dos meus conhecimentos e a compreensão do papel do historiador. Também quero agradecer ao Centro Cultural Manoel Lisboa na pessoa do seu presidente Edval Nunes Cajá, que permitiu o acesso ao acervo da instituição, colaborando bastante com a pesquisa. Agradeço ao professor José Vieira, agora vice-reitor da UFAL, que incentivou bastante para que eu fizesse a seleção do Mestrado. O historiador Geraldo Magella e os jornalistas Edberto Ticianeli e Olga Miranda também ajudaram bastante, dando dicas e possibilitando o acesso aos depoimentos da Comissão da Verdade de Alagoas. Quero agradecer aos meus colegas de mestrado, Osnar, Vitor, Gustavo e Rodrigo, eles proporcionaram grandes momentos de amizade e enriquecimento cultural, dentro e fora da sala de aula. Outra pessoa essencial neste trabalho foi a minha amiga Fernanda Lins, que como um anjo, normatizou essa dissertação, transformando o caos em organização. Por fim, agradeço a minha companheira Ayslah Paula, pela paciência e aqueles aconselhamentos fundamentais na vida, vindos do coração que ama.

“A história de toda a sociedade até aqui é a história da luta de classes”
(*Karl Marx e Friedrich Engels – Manifesto do Partido Comunista*)

“Esse é tempo de partido, tempos de homens partidos”
(*Carlos Drummond de Andrade – Nosso tempo*)

RESUMO

O objeto de estudo do presente trabalho concentra-se no Partido Comunista Revolucionário (PCR) em Alagoas, seu surgimento, trajetória e atuação no contexto da Ditadura Militar. O recorte historiográfico escolhido contempla os anos de 1966 a 1973, período que abrange o seu nascimento e consolidação, até os assassinatos dos principais dirigentes do Partido, promovidos pela Ditadura Militar. Destaca-se nesta pesquisa a análise da trajetória dos fundadores do PCR, a conjuntura social e política brasileira na década de 1960, marcada por uma intensa polarização política e pela fragmentação das organizações de esquerda, assim como, a influência dos eventos internacionais no Brasil e os seus efeitos na esquerda. Explora-se também, o contexto da ditadura militar, o funcionamento do seu aparelho repressor, a análise programática e as ações do PCR em Alagoas e em outros estados, procurando compreender o significado da existência do PCR e a importância do Partido dentro do amplo leque de organizações que resistiram à Ditadura Militar no Brasil.

Palavras-chave: PCR. Ditadura militar. Política. Alagoas. Revolução. Socialismo.

ABSTRACT

The present study focuses on the Revolutionary Communist Party (PCR) in Alagoas, its birth, trajectory and performance in the context of the Military Dictatorship. The historiographical selection chosen covers the years from 1966 to 1973, period that covers its birth and consolidation, until the assassinations of the main leaders of the Party, promoted by the Military Dictatorship. In this research, the analysis of the founders' trajectory of the PCR, the Brazilian social and political conjuncture in the 1960s, marked by intense political polarization and the fragmentation of leftist organizations, as well as the influence of international events in Brazil and Effects on the left. It also explores the context of the military dictatorship, the functioning of its repressive apparatus, the programmatic analysis and actions of the PCR in Alagoas and in other states, trying to understand the meaning of the existence of the PCR and the importance of the party within the wide range of organizations that resisted the Military Dictatorship in Brazil.

Keywords: PCR. Military dictatorship. Policy. Alagoas. Revolution. Socialism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCR	Partido Comunista Revolucionário
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
CMTC	Companhia Municipal de Transporte Coletivo
UEE/SP	União Estadual dos Estudantes de São Paulo
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
UESA	União Estadual dos Estudantes Secundaristas
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
MRT	Movimento Radical Tiradentes
JUC	Juventude Universitária Católica
AP	Ação Popular
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OBAN	Operação Bandeirantes
IML	Instituto Médico Legal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1 A origem do PCR: A década de 1960, Golpe Militar e fragmentação da esquerda	15
1.1 A gênese do PCR: A trajetória dos seus fundadores	15
1.2 A esquerda antes do Golpe	29
1.3 O governo Jango, o Golpe Militar e a fragmentação da esquerda	38
2 A concepção programática do PCR: A escolha do Nordeste como área principal da Revolução	43
2.1 A influencia das Ligas Camponesas na formação do PCR	43
2.2 A ruptura com o PC do B	51
2.3 A concepção programática do PCR: O Nordeste como área principal da Revolução	58
3 Análise da atuação do PCR	65
3.1 O PCR em Alagoas	65
3.2 Ações armadas do PCR	72
3.3 A Ditadura persegue o PCR	80
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A	110

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2014 marcou os 50 anos do Golpe Militar. Diante desta data, os debates sobre os diversos aspectos da Ditadura Militar se intensificaram no país, influenciando de maneira decisiva na escolha do Partido Comunista Revolucionário (PCR) como objeto de estudo da presente pesquisa.

A criação da Comissão Nacional da Verdade, através da Lei 12528/11, instituída em 16 de maio de 2012, com o objetivo de investigar as violações aos direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, impulsionou também as pesquisas dentro e fora da academia sobre a Ditadura Militar.

Dessa maneira, multiplicaram-se Comissões da Verdade nos estados, municípios, universidades e sindicatos, ampliando-se em grande medida o debate sobre o período. Documentos das organizações que participaram deste momento histórico, documentos dos órgãos de repressão, depoimentos de personagens atuantes neste período, acervos particulares começaram a se tornar acessíveis e a integrar os arquivos públicos.

A presente pesquisa também integra esse movimento de ampliação das pesquisas sobre a Ditadura Militar. O acesso a várias informações fundamentais para este trabalho só foi possível devido às pesquisas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade e as Comissões da Verdade de Pernambuco e de Alagoas.

Apesar do aumento da produção acadêmica em torno do tema da Ditadura Militar no Brasil, poucas pesquisas tratam da história do Partido Comunista Revolucionário. Na Universidade Federal de Alagoas, apenas uma pesquisa trata da história do PCR. Trata-se do livro *A Mitologia Estudantil*, do professor José Alberto Saldanha de Oliveira, que analisa o movimento estudantil universitário da UFAL durante a Ditadura Militar e aborda a atuação do PCR entre os estudantes universitários.

O PCR foi uma organização política surgida durante a Ditadura Militar, que apresentou uma característica muito peculiar, limitou sua área de atuação ao Nordeste do Brasil e compreendia que era exatamente essa região, o Nordeste, a área principal da revolução brasileira, de onde se deveria partir o movimento de derrubada da Ditadura Militar. É possível que por este motivo, por não ter atuado

principalmente no eixo Rio – São Paulo, a sua trajetória tenha sido pouco estudada na academia brasileira.

O Partido Comunista Revolucionário é uma das poucas organizações políticas criadas durante a Ditadura Militar que não foram liquidadas e mantém sua atuação até os dias atuais. O fato de ser uma organização política que sobreviveu a Ditadura Militar e mantém a sua atuação, apesar do assassinato de vários de seus dirigentes, é outro aspecto que acrescenta valor a esta pesquisa.

Somado a isto, o mais conhecido dirigente do PCR era o alagoano Manoel Lisboa de Moura, assassinado em 1973. Apesar de toda a sua importância para o Partido, não há nenhuma pesquisa sobre a sua trajetória de vida, exceto as que tratam de alguma maneira do PCR, e como já abordamos aqui, são poucas.

A trajetória dos indivíduos, movimentos, grupos e partidos que se opuseram à Ditadura Militar constitui um valioso objeto de pesquisa. Especialmente pelo fato de que as formas de luta para derrubar o poder militar e reconstruir a democracia foram diversificadas e em muitos momentos as divergências ideológicas e políticas provocaram conflitos acirrados.

Ao realizar esta pesquisa sobre a formação e a trajetória do PCR em Alagoas, pretendemos contribuir para preencher esta lacuna, mas também acrescentar elementos que possibilitem cada vez mais jogar luz sobre este passado recente da nossa história.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo 01 ***A década de 1960, Golpe Militar e fragmentação da esquerda*** tem como objetivo debater a conjuntura política da década de 1960 no Brasil, buscando elementos para uma compreensão dos eventos que antecederam o Golpe Militar de 1964, assim como analisar os efeitos da implementação da Ditadura Militar. O estudo da década de 1960, inclusive trazendo elementos da conjuntura internacional, possibilita uma investigação dos motivos que levaram a fragmentação da esquerda brasileira. O capítulo 01 traz para a pesquisa também um olhar sobre a trajetória dos fundadores do PCR, todos imersos, no fervor do acirramento das contradições políticas no Brasil durante a década de 1960. O entendimento da trajetória de cada um dos fundadores do PCR, indica elementos que influenciaram na fundação do PCR.

O capítulo 02 ***A concepção programática do PCR: a escolha do nordeste como área principal da revolução brasileira***, tem como centro uma busca de elementos que motivaram ao PCR a formular que a área principal da revolução

brasileira era o Nordeste. Algo que destoava de todo o restante da esquerda. Neste sentido, foi feita um balanço da trajetória das Ligas Camponesas e da relação dos militantes que fundaram o PCR com as Ligas Camponesas, assim como um estudo das razões que provocaram a ruptura com o PC do B, todos estes elementos foram analisados também sob a ótica dos efeitos dos eventos internacionais para a esquerda brasileira.

O capítulo 03 **Análise da atuação do PCR**, traz uma investigação sobre a trajetória do Partido. Principalmente em Alagoas, observando o seu papel na resistência a Ditadura. O capítulo também traz balanço das ações armadas do PCR e a relação entre a teoria e prática, entre a proposição programática e a realidade. Além disso, este capítulo dá ênfase, na ação repressora da Ditadura Militar contra o PCR, busca compreender como se deu a morte dos dirigentes do Partido e as prisões dos militantes.

1 A ORIGEM DO PCR: A DÉCADA DE 1960, GOLPE MILITAR E FRAGMENTAÇÃO DA ESQUERDA

1.1 A gênese do PCR: a trajetória dos seus fundadores

Em maio de 1966, um grupo de militantes dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B)¹, liderados pelo experiente revolucionário Amaro Luiz de Carvalho, e pelos jovens militantes Ricardo Zarattini, Manoel Lisboa de Moura, Selma Bandeira e Valmir Costa fundaram o Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Amaro Luiz de Carvalho, conhecido como Capivara, nasceu em 04 de junho de 1931, em Joaquim Nabuco – PE. Filho de camponeses trabalhou como cambiteiro², iniciou sua militância bastante jovem, aos 15 anos, no Partido Comunista do Brasil (PCB). Já como operário liderou greves entre os trabalhadores têxteis de Pernambuco, essa sendo a causa de sua primeira prisão em 1953. Com a perseguição policial, o PCB transferiu Amaro para São Paulo, onde trabalhou como cobrador de bonde da Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC). Quando as perseguições diminuíram, retornou a Pernambuco e passou a atuar junto às Ligas Camponesas³, afastando-se do PCB⁴.

Essa aproximação com as Ligas Camponesas já era reflexo das primeiras crises existentes no PCB diante dos debates que sucederam o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde Krushev apresentou um relatório condenando a o autoritarismo de Stálin, mas principalmente, considerava reformista a política do Partido, expressada na Declaração de Março de 1958⁵.

Através de sua atuação nas Ligas Camponesas, Amaro Luiz foi um dos primeiros brasileiros a receber noções de guerrilha em Cuba⁶. Quando retornou, incentivado por Clodomir de Moraes⁷, buscou montar um foco guerrilheiro na região

¹ O V congresso do PCB, realizado em 1960, alterou o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro. O objetivo era conseguir a legalização, tendo em vista que a justiça brasileira acusava o PCB de ser um partido internacional, impedindo o seu registro eleitoral. <<https://www.pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>> acesso em 12 de agosto de 2017

² Função comum no corte da cana, trata-se do trabalho de carregar os lombos dos burros de cana para levar aos engenhos e usinas.

³ As Ligas Camponesas foram fundadas em 1945 sob a influência do PCB, durante o governo de Getúlio Vargas. A repressão contra o PCB também atingiu as Ligas, que só voltaram a se organizar em 1954.

⁴ DEL ROIO, 2006, p. 46

⁵ Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

⁶ DEL ROIO, 2006, p. 46

⁷ “Jornalista, escritor, advogado, PhD em Sociologia e professor universitário, ele foi líder das Ligas

de Dianópolis, em Goiás. A tentativa não prosperou e Amaro voltou a sua atuação para os trabalhadores rurais, se tornando dirigente do Sindicato Rural de Barreiros, em Pernambuco⁸.

A experiência internacional e militar de Amaro Luiz era considerável. Além da experiência em Cuba e da tentativa de Guerrilha em Dianópolis, antes de romper com o PC do B, também realizou um curso político-militar na China⁹.

Por conta de sua origem humilde, aprendeu a ler sozinho. Escreveu o livro *As Quatro Contradições da Zona Canavieira de Pernambuco*, trabalho por meio do qual procurava orientar a atuação sindical do PCR entre os trabalhadores rurais de Pernambuco, além de, junto com Ricardo Zarattini, produzir a Carta de 12 Pontos, documento basilar de fundação do PCR.

Em 1970, quando estava preso pela última vez, Amaro Luiz de Carvalho teve seu nome incluído na lista de presos políticos que seriam trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária – VPR¹⁰ em 07 de dezembro e liberado em 16 de janeiro de 1971. Porém, como faltavam apenas alguns meses para que sua pena acabasse, pediu que seu nome fosse substituído por outros militantes. A grandeza da sua atitude não foi suficiente

Camponesas no Pernambuco, base que o elegeu deputado estadual ainda na década de 1950. Foi preso político antes de 1964, em pleno governo João Goulart. Em 1962, ele havia ido ao Rio de Janeiro em nome das Ligas pra buscar uma encomenda perigosa, quando foi apanhado numa blitz de trânsito em um fusca repleto de armas e munições. Governador do Estado, o ultrarreacionário Carlos Lacerda achou ótimo, e o manteve preso por vários meses. No golpe de 1964, já de volta ao Pernambuco, teve seus direitos políticos cassados e seu nome era o 12º na primeira lista de prisões da Junta Militar. De novo na cadeia, dividiu uma pequena cela com o educador Paulo Freire, até conseguir asilo na embaixada do Chile, que então funcionava no Rio de Janeiro. Exilado, virou professor da Universidade do Chile, mas logo foi contratado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e trabalhou em mais de uma dezena de países, como consultor em desenvolvimento agrário. E lecionou em outras universidades mundo afora e no Brasil”. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=7653&id_coluna91>. Acesso em: 10 maio 2017.

⁸ JORNAL A Verdade. O Covarde Assassinato de Amaro Luiz de Carvalho, agosto de 2012. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2012/08/o-covarde-assassinato-de-amaro-luiz-de-carvalho/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

⁹ Como demonstra o relatório do Ministério da Aeronáutica Informação 094/SISA-RJ de fevereiro de 1970, o curso foi realizado em cinco meses, sendo dividido em duas partes: a) Política da Revolução Chinesa, onde era estudado: luta contra o revisionismo, o movimento camponês, frente única, formação do partido, trabalho secreto e movimento de massas; b) História Militar da Revolução, onde era estudado: revolução popular, formação de exército, tática e estratégia da guerra popular chinesa, bases de apoio, engenharia militar e manejo com armas. Também foram realizadas aulas práticas sobre armas e artefatos explosivos. O curso político foi ministrado em Pequim e o militar em Nanquim.

¹⁰ Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), A VPR surgiu em 1968 da fusão do setor majoritário da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) com grupos de militares originários do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). No ano seguinte, a VPR surgida dessa fusão somou forças com o Comando de Libertação Nacional (Colina), dando origem então à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VARP). Três meses depois, como consequência de divergências políticas no novo grupo há uma nova divisão. A VARP racha e a VPR ressurgiu. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/comunicados-da-vanguarda-popular-revolucionaria-vpr-uma-das-organizacoes-da-resistencia-as-ditadura/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

para garantir-lhe a vida, foi assassinado por envenenamento antes da sua libertação pouco tempo depois da realização do referido sequestro¹¹.

As divergências no PCB e o fracasso da Guerrilha de Dianópolis o fizeram ingressar no PC do B, que havia sido fundado em 1962, após ruptura com o PCB. O PC do B nasceu sob a liderança de João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda, e apresentava como elemento central de sua propaganda a denúncia do reformismo do PCB e a defesa da luta armada.

Após o curso que realizou na China, já após o Golpe Militar, em 1966, Amaro se convenceu da necessidade de fundar um novo Partido. A justificativa era que PCB apresentava uma linha política reformista e que o PC do B não estava levando a cabo a pregação de desenvolvimento da Guerrilha para derrotar a Ditadura. Assim, iniciou os contatos para a formação de um novo Partido Comunista, que se diferenciava dos outros.

Amaro já havia estabelecido anteriormente uma aproximação política com o engenheiro Ricardo Zarattini¹², que trabalhava para o grupo Máquinas Moreira, que produzia produtos agrícolas. Para representar a empresa que trabalhava, Ricardo foi enviado para o Nordeste com a missão de construir silos, secadoras e controlar obras no interior do Maranhão, Ceará e Pernambuco. A ida de Ricardo Zarattini ao Nordeste tornou possível a aproximação com muitos ativistas, entre eles Amaro Luiz de Carvalho.¹³

Ricardo entre a construção de um silo e outro, acompanhava Amaro pelos engenhos, organizando sindicatos camponeses. Amaro discutia e comentava com insistência os documentos que chegavam do Partido Comunista Chinês com o “guevarista” Zarattini. (DEL ROIO, 2006, p. 50)

Esse contato de Ricardo com Amaro, atuando no movimento sindical rural, lendo os documentos do Partido Comunista Chinês, revelou-se no processo de fundação do PCR de grande significado para escolha do Nordeste como área principal de atuação do Partido, e ponto de partida da revolução brasileira.

Ricardo, que também iniciou sua militância bastante cedo, teve uma

¹¹ Amaro Luiz de Carvalho. Compromisso com a Revolução Brasileira. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2016/08/amaro-luiz-de-carvalho-compromisso-com-revolucao-brasileira/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

¹² Ricardo Zarattini, hoje no Partido dos Trabalhadores - PT, militou em outras organizações após o seu rompimento com o PCR em 1969, como a Tendência Leninista, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8 e retornando ainda ao Partido Comunista Brasileiro, antes de ingressar no PT. Foi candidato a deputado federal pelo PT, ficando na suplência, assumindo o mandato apenas em 2004.

¹³ DEL ROIO, 2006, p. 52

destacada atuação no movimento estudantil, participando ativamente da campanha O Petróleo é Nosso¹⁴. Estudante da Escola Politécnica de São Paulo, Zarattini tornou-se, em 1957, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP).¹⁵ A Poli, como era chamada a Escola Politécnica de São Paulo, era uma referência educacional e gerou importantes quadros políticos. Mário Covas e Paulo Maluf eram colegas mais velhos de Zarattini. Já José Serra, quando calouro sofreu trote (tradicional brincadeira de recepção aos novos estudantes) nas mãos de Ricardo¹⁶.

Ricardo Zarattini, que se considerava um guevarista¹⁷, teve a oportunidade de conhecer Fidel Castro ainda no primeiro ano da Revolução Cubana. Em 1959, Fidel Castro esteve no Brasil, recebido com festa, foi visitar a Casa do Nacionalista, construção existente na Praça da Sé, em São Paulo, que marcou importantes manifestações naquele período. Convidado, Fidel foi visitar a Casa, onde Ricardo, que tinha sido um dos inspiradores do local, encontrou o líder cubano pela primeira vez. O reencontro só aconteceu dez anos depois, tendo Zarattini a condição de exilado político¹⁸.

A primeira prisão de Ricardo Zarattini se deu em 1961, após uma querela com Carlos Lacerda¹⁹, que José Luiz Del Roio assim descreveu:

O Jornalista Carlos Lacerda, janista de primeira hora, passou à oposição e começou uma campanha para derrubar o presidente. Foi a São Paulo, dois dias antes da renúncia de Janio, participou de um programa de televisão no Canal 9 – TV Excelsior. O público presente, assim que ele iniciou a discursar, vaiou e continuou a vaiar. Os minutos se passavam, e os apupos cresciam. Lacerda com sua potente voz desafiou o auditório a escolher alguém para subir ao palco para debater com ele. Fez-se um silêncio meio embaraçoso. Alguém notou que Zarattini encontrava-se presente e propôs seu nome. Em pouco tempo, todos gritavam Zara! Zara! Quando ele aclamado dirigia-se a mesa, Lacerda pediu para esperar um pouco, dizendo que pretendia fazer uma introdução ao debate e começou a falar. O tempo corria e Lacerda continuava sua oração. Os presentes perderam a paciência e recomeçaram a gritar. Zarattini pula sobre o palco e tenta chegar até a mesa. Vários seguranças o agarram, começa o empurra-empurra e é derrubado do palco. Os que assistiram a tal espetáculo ficam indignados, instaurando-se um grande tumulto, que obrigou Lacerda a ser retirado do local. Interveio à polícia, e Ricardo com mais alguns companheiros foram presos e levados ao Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS. (DEL ROIO, 2006, p. 35)

¹⁴ Campanha desenvolvida por comunistas e nacionalistas, que culminou com a criação da Petrobrás.

¹⁵ DEL ROIO, 2006, p. 33.

¹⁶ DEL ROIO, 2006, p. 32

¹⁷ Palavra que significa adepto das ideias do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara.

¹⁸ DEL ROIO, 2006, p. 35

¹⁹ Membro da União Democrática Nacional (UDN), Carlos Lacerda era um político alinhado as ideias conservadoras, fez oposição a João Goulart e apoiou o Golpe Militar de 1964.

O encontro entre Zarattini e Carlos Lacerda na TV Excelsior revelava o prestígio do ainda jovem estudante Zarattini, bem como da sua disposição para enfrentamentos políticos.

Ricardo Zarattini, após trabalhar em alguns escritórios de engenharia, conseguiu emprego na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em Santos – SP. Apesar de engenheiro, se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos. Neste período se aproximou do PCB e iniciou seu contato mais íntimo com a literatura marxista. Foi demitido da COSIPA após apoiar uma greve dos metalúrgicos pelo pagamento do 13º salário.

Quando o Golpe Militar se abateu, Zarattini encontrava-se em São Paulo. Todavia, como o contato político com Amaro Luiz de Carvalho havia sido marcante, decidiu deixar o estado de São Paulo e partir rumo a Recife para restabelecer contato com Amaro.

Em Pernambuco, Zarattini teve muitas dificuldades de retomar o contato com Amaro Luiz, pois o Golpe Militar havia desarticulado a ligação do PC do B com os militantes do Nordeste. Após alguns meses, Ricardo Zarattini conseguiu encontrar Amaro, que estava sem recursos, documentos e ligações com o PC do B.²⁰ Esse despreparo do PC do B diante do Golpe Militar, revelado pela situação em que Zarattini encontrou Amaro Luiz de Carvalho, contribuiu para a escolha futura de Amaro e Zarattini em romper com o PC do B e fundar o PCR. Duas razões indicam isso: a) ausência de capacidade de resposta diante do Golpe; b) um distanciamento do Nordeste, ou seja, a falta de contato da direção do PC do B com Amaro, fazia parecer que a região era secundarizada pela direção do Partido,

Após o reencontro, em 1966, Ricardo e Amaro partiram para Niterói, no Rio de Janeiro, onde o contato com a direção do PC do B foi restabelecido. Somente após esse processo que o PC do B propõe a Amaro Luiz fazer um curso militar na China. Em meio a tudo isso começava a ser elaborada entre Amaro e Ricardo a tese de desenvolver a luta armada no Nordeste.

Diante da experiência de Amaro Luiz de Carvalho com as lutas desenvolvidas pelas Ligas Camponesas, os vários contatos políticos estabelecidos na região canavieira de Pernambuco e o conhecimento da região, Ricardo sugeriu a Amaro o retorno para o Nordeste, para iniciar o processo de construção da guerrilha

²⁰ DEL ROIO, 2006, p. 52

de maneira imediata. Amaro negou a sugestão, aceitou a proposta do PC do B de fazer o curso militar na China e ainda solicitou a Zarattini que passasse a integrar o PC do B²¹.

Ricardo Zarattini acatou a orientação de Amaro e passou a integrar uma célula de intelectuais do PC do B. Demitido da empresa Máquinas Moreiras, acabou processado em 1965 pela atuação na greve da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). Enquanto aguardava o retorno de Amaro da China, Zarattini procurou estabelecer uma rede de contatos, inclusive indo a Montevideu, no Uruguai, onde fez uma reunião com o trabalhista Leonel Brizola, para apresentar o projeto guerrilheiro no Nordeste. Brizola tinha outros planos e depositava muita confiança na Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

A procura de Ricardo Zarattini por Brizola provavelmente é reflexo da força política apresentada na Campanha da Legalidade²², na relação com as Ligas Camponesas e pelo fato de Brizola ser uma das vozes mais contestadoras contra o Golpe Militar de 1964.

Sobre a Campanha da Legalidade, José Paulo Netto, assim a descreve:

No seu centro esteve Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul – Brizola, corajosamente, convocou os brigadistas (a Brigada Militar, polícia estadual), distribuiu armas ao povo e, com o apoio da posição legalista do general Machado Lopes, tornou Porto Alegre a capital da legalidade; em Goiás, o governador Mauro Borges seguiu-lhe o exemplo. A mobilização popular irradiada em Porto Alegre galvanizou o país – formou-se uma cadeia de radiodifusão, a rede da legalidade, que levava a todo o Brasil a posição combatente de Brizola – e, nela, o movimento sindical teve protagonismo central. As Forças Armadas se dividiram: setores legalistas (inclusive Lott, na reserva) pronunciaram-se contra o golpe. Diante da reação popular e de dissensões nas Forças Armadas, o núcleo golpista recuou parcialmente e aceitou negociações com representantes políticos. Destas negociações (cujo líder civil foi o deputado Tancredo Neves, do PSD mineiro) surgiu um acordo: João Goulart tomaria posse se o regime presidencialista fosse substituído pelo parlamentarismo. (...)

²¹ DEL ROIO, 2006, p. 53

²² Realizada em 1961, foi um movimento civil-militar comandado por Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, para garantir a posse de João Goulart, também conhecido como João Goulart, que era vice presidente do país e encontrava-se na China, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros. Forças políticas conservadoras, lideradas pela UDN de Carlos Lacerda, queriam impedir a posse de João Goulart, a quem acusavam de comunismo. Brizola então se destacou organizando uma resistência que envolvia a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e o povo que recebeu armas para lutar. Após vários momentos de tensão envolvendo as organizações políticas de esquerda e direita e setores do exército, em setembro definiu-se que João Goulart poderia assumir a presidência, desde que o país passasse para um sistema parlamentarista e seus poderes fossem limitados pelo Congresso. Disponível em: <<http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/a-campanha-da-legalidade-uma-mobilizacao-civil-militar-em-defesa-da-posse-de-joao-goulart/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

Instituiu-se as pressas o regime parlamentar e João Goulart, regressando ao país, tomou posse a 7 de setembro de 1961. (NETTO, 2014, p.30)

A força de Brizola, especialmente após a Campanha da Legalidade, o catapultava como um possível substituto de João Goulart.

Amaro Luiz de Carvalho retornou do curso militar na China entusiasmado com a experiência vivida e ainda mais convencido da necessidade de instalar uma guerrilha no Brasil. Sendo assim, passou a pressionar o PC do B para dar início ao processo de construção da luta armada.

Porém, a direção do partido lançou um documento em 1966, denominado *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*, no qual pregava que o objetivo era conquistar uma assembleia nacional constituinte. Amaro ficou indignado, acusou o Comitê Central do PC do B de desvios reformistas e recusa da luta armada, desligando-se do Partido. Decidiu se entender com Zarattini e criar um partido que fosse mais determinado.²³

Amaro Luiz de Carvalho e Ricardo Zarattini elaboraram a Carta de 12 Pontos, e com o documento em mãos, procuraram novos contatos para a formação do novo partido.

Entre os aliados construídos durante o período que Amaro estava na China, Zarattini aproximou-se de Joaquim Câmara Ferreira²⁴, que inclusive disponibilizou o material necessário para a sua nova identificação. Assim, Ricardo Zarattini Filho passou a se chamar Rivaldo Mercadante Filho. No caso de Amaro, sua nova identificação foi obtida através de sua contratação. Com a imigração muitos nordestinos chegavam a São Paulo sem identificação; bastava que diante de um juiz fizessem um juramento que era lavrado a certidão de nascimento. Desta maneira, Amaro Luiz de Carvalho tornou-se Antônio Nunes Capivara²⁵.

Após ingressar definitivamente na clandestinidade, Amaro e Zarattini, agora Rivaldo e Capivara, conseguiram uma cobertura legal para suas atividades como representantes de vendas de carrinhos de mão, através de um contato de Zarattini que fabricava o produto para a construção civil²⁶. A partir de então, estabeleceram

²³ DEL ROIO, 2006, P. 35

²⁴ Veio a se tornar um dos principais dirigentes da Aliança Libertadora Nacional – ALN. Participou do comando militar do sequestro do embaixador Charles Elbrick, em 1969. Mais informações consultar: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/joaquim-camara-ferreira/index.html>>. Acesso em 20 de março de 2017

²⁵ DEL ROIO, 2006, P. 63

²⁶ IBIDEM.

uma relação política com os alagoanos Manoel Lisboa de Moura, Selma Bandeira e Valmir Costa.

Lembro-me quando Palmeira (Amaro Luiz de Carvalho, que depois ficou conhecido como Capivara – e eu nos reunimos pela primeira vez num aparelho clandestino, no bairro de Bebedouro, em Maceió, com Manoel. Creio que foi ele mesmo que sugeriu o nome de Miguel para usar na clandestinidade.

Miguel – Manoel Lisboa de Moura – já antes de 64 exercia reconhecida liderança na juventude, não só em Alagoas, como também em Pernambuco. Tinha a seu lado companheiros da mais alta qualidade revolucionária, como Valmir Costa, Selma Bandeira e outros tantos de igual valor, mas que a ausência na memória me leva à injustiça de não citá-los nominalmente.

Miguel se revelou notável organizador, recrutando valiosos companheiros não só entre a juventude de Alagoas, de Pernambuco e de outros Estados, como no Rio Grande do Norte, apressando, dessa forma, a fundação, organização e estruturação do PCR²⁷.

Os contatos alagoanos eram do PC do B também, o que facilitou a aproximação de Amaro e Zarattini, pois já os conhecia.

Entre os novos contatos destacava-se Manoel Lisboa, que viria a se tornar o principal dirigente do PCR. Nascido em 21 de fevereiro de 1944, o jovem estudante de medicina da Universidade Federal de Alagoas, iniciou sua militância bastante jovem, aos 16 anos, ingressando no PCB. Quando estudante do Lyceu Alagoano atuou no grêmio da Escola e foi diretor da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA). Enquanto estudante universitário encenou peças do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizando apresentações nos bairros pobres e fábricas²⁸.

A sua destacada atuação no movimento estudantil rendeu-lhe a primeira prisão, ainda em 1964, sob a acusação de vender livros subversivos. Neste período Manoel Lisboa já havia ingressado no PC do B e os livros que ele vendia eram documentos propagandísticos do Partido Comunista Chinês. O escritório onde os livros foram encontrados, provavelmente, localizava-se no conhecido Edifício Breda, no Centro de Maceió.

A edição do Jornal *Gazeta de Alagoas* de dia 10 de abril de 1964 traz a seguinte notícia:

²⁷ Zarattini. PCR. A vida e a Luta do Comunista Manoel Lisboa. Recife: Edições Manoel Lisboa 2005, p. 34.

²⁸ PCR. Manoel Lisboa de Moura (Galego) Disponível em : <<http://pcrbrasil.org/manoel-lisboa/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

Figura 1 -



Fonte: Arquivo Público de Alagoa, ano.

A repressão ditatorial o expulsou do curso de Medicina na UFAL²⁹. Manoel mudou de estado e passou a morar em Pernambuco e trabalhar com o irmão na Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE)³⁰.

Em 1965 sofreu nova prisão, agora acusado pelo atentado ao Ditador Costa e Silva, no Aeroporto dos Guararapes. No momento e hora do atentado, Manoel encontrava-se trabalhando e como a repressão ditatorial não conseguiu reunir provas contra ele acabou liberando-o depois de quatro dias preso. Em seguida, percebendo que já não poderia desenvolver suas atividades, Manoel entrou, por iniciativa própria, na clandestinidade.

²⁹ No dia 08 de maio de 2003, Rogério Moura Pinheiro, então reitor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), reintegra oficialmente Manoel Lisboa como estudante de medicina. O ato póstumo fez parte das cerimônias referentes à chegada dos restos mortais de Manoel Lisboa a Maceió, que foi enterrado no mesmo dia no Cemitério Parque das Flores. O Ato de reintegração e a cerimônia de homenagem a Manoel Lisboa estão disponíveis em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MT0RtZMfaXI>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

³⁰ O irmão de Manoel Lisboa, Carlos Cavalcanti era capitão do exército. Quando Carlos Cavalcanti soube da prisão e assassinato do irmão, em 1973, pediu baixa imediatamente do Exército, conforme revela Alfredo Lisboa, sobrinho de Manoel Lisboa para o documentário Manoel Lisboa: Herói da resistência a Ditadura, lançado em 2016 e dirigido pelo cineasta argentino Carlos Pronzato. Particpei como colaborador da produção do referido Documentário.

Manoel também havia rompido com o PCB em 1962, aderindo ao PC do B. Concordava com a análise de Amaro sobre o PCB. A adesão ao PC do B era a esperança de reorganizar o movimento comunista sob o que eles consideravam como uma perspectiva revolucionária e não reformista.

Entretanto, após a Golpe Militar de 1964, Manoel Lisboa passou a identificar no PC do B os mesmos erros encontrados no PCB. Não concordava com a falta de atenção do Partido com o trabalho no Nordeste, bem como com a ausência de liberdade de crítica interna. O contato entre Manoel Lisboa e os demais militantes alagoanos com Amaro e Zarattini estabelece a identidade de análise em relação ao PCB e ao PC do B.

É provável que essa análise de Manoel Lisboa, segundo a qual não havia liberdade de crítica no PC do B, seja decorrente da própria luta política e ideológica que havia no partido. Dito de outro modo, possivelmente Manoel não encontrava espaço para um debate franco sobre a tática do Partido. Críticas a este tipo de postura também eram comuns contra o PCB, mesmo após os efeitos do XX Congresso do PCUS repercutirem no funcionamento do Partido e os espaços de debate sobre a política do partido tivessem se tornado mais abertos.

Manoel Lisboa, Valmir Costa e Selma Bandeira³¹ sempre atuaram juntos, desde a época do PCB. Valmir Costa, codinome Gomes³², amigo pessoal de Manoel e Selma Bandeira, também se tornou um importante dirigente do PCR.

O Manoel Lisboa de Moura, que foi meu amigo de Infância e convivemos juntos até o momento em que ele foi preso em 1973. Nós convivemos um longo tempo, fomos amigos. Eu considero ele como o grande amigo pessoal da minha vida. (COSTA, 2013, p.??)

Além da influência de Manoel Lisboa, Valmir viveu um processo de formação política no seio da própria família, seu pai era uma pessoa de esquerda e foi por meio dele que pode conhecer o conceito de injustiça e simpatiza-se com as ideias socialistas.

Tudo começou quando disseram: — Vai ter um golpe militar contra João Goulart. Aqui, em Maceió, o Miguel Arraes era esperado, vindo de Recife para participar de um comício, mas interrompeu a viagem no meio do caminho. Naquele momento, houve uma manifestação de protesto na Petrobras (Sindicato dos Trabalhadores da Petrobras), e eu participei, quase

³¹ Selma Bandeira se tornou deputada estadual pelo PMDB em 1983-86, vindo a falecer em um acidente de carro no dia 07 de setembro de 1986, quando voltava de um comício durante campanha para deputada federal.

³² Como explica José Nivaldo Júnior no seu depoimento para o livro, *A vida e a Luta do Comunista Manoel Lisboa*. 2005. p. 68

que ingenuamente, achando que estava fazendo uma coisa boa, que era defender o governo democrático de João Goulart, um governo que tentou implantar as reformas de base no País. Ele cometeu esse pecado, para a direita do País, para os defensores do retrocesso e dos privilégios sociais, e por isso foi derrubado e se implantou uma Ditadura Militar no País.

Quando a Ditadura foi instaurada, minha casa foi invadida — por conta do meu pai e da sua militância antes da Ditadura — e eles encontraram alguns livros que eu já começava a ler. Eu sempre gostei muito de literatura russa e tinha livro de Dostoiévski, Tolstói. Quando a polícia entrou, disse: — É tudo comunista. Olha aqui, está comprovado: Dostoiévski, Tolstói. Pode levar que isso aqui é um perigo. Eu me lembro disso, que me revoltou muito. Esse episódio serve para mostrar a minha formação, o início da minha revolta e a quebra da minha inocência, graças à Deus, que inocência não leva a nada (COSTA, 2013, p??).

Com a ida de Manoel Lisboa para Recife, Valmir também se transfere para lá, ingressando na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no curso de medicina veterinária. Responsável pelo trabalho universitário do Partido, Valmir escreveu o livro *Sobre o Movimento Estudantil*, onde traça as orientações políticas para o trabalho do partido entre os estudantes³³.

Eleito presidente do Diretório Acadêmico nos anos de 1967 e 1968, Valmir Costa liderou uma greve estudantil que durou 34 dias. A reivindicação estudantil era o acesso gratuito ao restaurante universitário, que estava ameaçado de privatização.³⁴

Comandou uma greve num período em que a contestação significava prisão ou até morte. Por esse motivo sentiu a necessidade de entrar na clandestinidade. Apesar da perseguição ele só foi preso em abril de 1978, junto com Selma Bandeira em Recife³⁵.

Selma Bandeira, também integrante do núcleo fundador do PCR, nasceu no Sertão de Alagoas, na cidade de Delmiro Gouveia. Estudou em Maceió no Colégio Moreira e Silva e atuou no movimento estudantil através da União Estadual dos Estudantes Secundaristas (UESA). Também atuou no movimento estudantil universitário e foi vice-presidente do Diretório de Medicina na UFAL. A sua atuação na universidade a credenciou como delegada ao XXX Congresso da UNE, o famoso

³³ O seu lançamento se deu em agosto de 1968, publicado pelo PCR por meio do editorial A LUTA, publicação Nº 02. O livro foi reedito pelo PCR em abril de 2005, desta vez pelas Edições Manoel Lisboa.

³⁴ Depoimento de Valmir Costa a Comissão da Verdade Jayme Miranda, dia 09 de dezembro de 2013

³⁵ Em 1978 ocorreram uma série de prisões contra os dirigentes do PCR. Após esse período o PCR realiza uma fusão com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (vamos tratar desse assunto com mais profundidade mais a frente). Valmir e Selma optam por não acompanhar esse movimento de unificação. Porém, apenas Selma segue atuando politicamente e ingressa no PMDB. Em 1982 é eleita deputada estadual. Selma falece no dia 07 de setembro de 1986, após um acidente automobilístico, que ocorre após retornar de um comício na sua campanha para deputada federal.

Congresso de Ibiúna. Enquanto se formava, chegou a lecionar biologia no Colégio Estadual de Alagoas³⁶.

Após concluir o curso de medicina na Universidade Federal de Alagoas, Selma transferiu-se para Recife, onde estagiou no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP³⁷. Desta maneira, todo o núcleo de fundação do PCR passou a comandar o Partido a partir da cidade de Recife, concentrando-se lá, como local de moradia.

Selma Bandeira, até então namorada de Manoel Lisboa, casou-se com ele. Como médica, a principal tarefa de Selma era desenvolver o trabalho legal do Partido e cuidar das finanças. A convivência da nova família ainda vai ser acrescida de Lauro Bandeira, irmão mais jovem de Selma, que tinha acabado de ingressar na UFRPE³⁸.

Além deste núcleo de fundação do PCR, outros dois militantes foram recrutados e incorporados ao trabalho de direção do Partido ainda na sua fase inicial: o estudante de sociologia Emmanuel Bezerra e o camponês Manoel Aleixo.

Emmanuel Bezerra dos Santos, nascido em São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, em 17 de junho de 1947, foi estudar em Natal, onde se tornou liderança estudantil, sendo eleito em 1967/1968, presidente da Casa do Estudante de Natal.

Também era poeta e produzia críticas literárias para jornais de Natal. Perseguido pela Ditadura esteve preso na base naval de Natal, em 1968, onde escreveu:

Às gerações futuras³⁹
 Eu vos contemplo
 Da face oculta das coisas.
 Meus desejos são inconclusos,
 Minhas noites sem remorsos.
 Eu vos contemplo,
 Pelas grades insensíveis.
 Meu sonho,
 É uma grande rosa.
 Minha poesia,
 Luta.
 Eu vos contemplo
 Da virtual extremidade.
 Minha vida (pela vossa).

³⁶ A Revolucionária Selma Bandeira. Disponível em: < <http://www.historiadealagoas.com.br/revolucionaria-selma-bandeira.html>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

³⁷ Depoimento de Lauro Bandeira, irmão de Selma Bandeira, para o livro A vida e a Luta do Comunista Manoel Lisboa. 2005, p. 97.

³⁸ IBDEM

³⁹ BEZERRA, 2010, p. 49

Meu amor,
 Vos liberta.
 Eu vos contemplo
 Da própria contingência.
 Mas minha força
 É imbatível
 Porque estais
 À espera.
 Eu vos contemplo
 Pelo fogo da batalha.
 Meus soldados
 Não se rendem.
 O grande dia
 Chegará.
 Eu vos contemplo
 Gerações futuras,
 Herdeiros da paz e do trabalho.
 As grades esmaecem
 Ante meu contemplar.

Antes de ingressar no PCR, em 1968, havia militado no PCB e depois no PC do B. Em 1970, Emmanuel assumiu a tarefa de dirigir o trabalho do PCR em Alagoas, tendo também participado de viagens internacionais para estabelecer contatos de apoio para o Partido. Em 1973, quando havia sido enviado ao Chile, foi preso pela polícia de Sérgio Paranhos Fleury,⁴⁰ sendo barbaramente assassinado pelo aparelho repressor da Ditadura⁴¹.

Manoel Aleixo, conhecido como Ventania, chegou ao PCR em 1967, através de Amaro Luiz de Carvalho. Nascido em 04 de junho de 1931, em São Lourenço da Mata – PE, Manoel Aleixo trabalhou no campo desde a infância; sua tarefa no PCR era organizar o trabalho clandestino dos assalariados agrícolas da Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas⁴².

Devido a sua atuação, foi preso em 1969, sendo posto em liberdade apenas em 1970, quando retomou suas atividades no PCR. Como Amaro Luiz de Carvalho encontrava-se preso neste período⁴³, passou a assumir a responsabilidade de acompanhar todo o trabalho no campo que o Partido desenvolvia. Em 1973, assim como Manoel Lisboa e Emmanuel Bezerra, Manoel Aleixo também foi preso e

⁴⁰ Sergio Fernando Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social- DOPS, durante a Ditadura Militar. Acusado pela morte de várias pessoas que atuaram contra a Ditadura Militar, além dos crimes de sequestro e tortura de outras tantas pessoas. Morreu afogado no dia 01 de maio de 1979, Como seu corpo não foi necropsiado, há suspeitas que a própria Ditadura Militar preparou sua morte.

⁴¹ Editorial do Jornal *A Luta*, órgão oficial do PCR durante a Ditadura Militar, dezembro de 1974

⁴² IBDEM.

⁴³ Amaro Luiz de Carvalho não saiu mais da prisão, foi assassinado através de envenenamento em 1971. A imprensa assim divulgou sua morte “Coração trai Capivara a dois meses da liberdade” (Diário da Noite, 24.08.71). Ou mesmo comemorou sua morte: “Fim do Terror” (Diário de Pernambuco, 24.08.71). ALVES, Luiz. O Covarde assassinato de Amaro Luiz de Carvalho. Disponível em <<http://averdade.org.br/2012/08/o-covarde-assassinato-de-amaro-luiz-de-carvalho/>> Acesso em 12 de março de 2016.

assassinado pela Ditadura Militar⁴⁴.

Além dos cinco fundadores do PCR, Amaro Luiz de Carvalho, Ricardo Zarattini, Manoel Lisboa, Valmir Costa e Selma Bandeira, são incorporados posteriormente a esse primeiro núcleo dirigente do Partido Emmanuel Bezerra e Manoel Aleixo. A partir daí o PCR iria tentar desenvolver a sua tática de realizar uma guerrilha rural a partir do Nordeste do Brasil.

A compreensão da gênese do PCR a partir da trajetória de seus fundadores e componentes do primeiro núcleo dirigente pode ser facilitada pela análise de Marcelo Ridenti:

Finalmente, a proposta de guerrilha rural, formulada por grupos tipicamente urbanos – que poderia ser identificada como um romantismo revolucionário “faústico” –, era oportuna para setores da esquerda do movimento estudantil, preocupados em negar sua origem supostamente pequeno burguesa. O guevarismo ou o maoísmo, caminhos militares de libertação na *sierra* e de identidade com os pobres da terra, eram ideias para negar a vida acomodada das camadas médias urbanas, sem perspectivas de libertação, ameaçadas pelo empobrecimento constante. (RIDENTI, 2005, p. 237-238)

Entre os fundadores do PCR, Amaro Luiz de Carvalho, Ricardo Zarattini, Selma Bandeira, Manoel Lisboa e Valmir Costa, além de Emmanuel Bezerra e Manoel Aleixo, que se integraram ao núcleo dirigente posteriormente, predomina um perfil de militantes de atuação urbana, oriundos do movimento estudantil.

A indicação de Ridenti, segundo a qual, setores da esquerda do movimento estudantil, fundamentalmente de atuação urbana, buscavam uma redenção de sua origem social apostando numa guerrilha rural parece se confirmar também no caso do PCR. Zarattini, Manoel Lisboa, Valmir Costa, Selma Bandeira, Emmanuel Bezerra, todos esses tinham uma trajetória de militância e posição social bem distante de qualquer relação com o campo.

Qualquer projeto de mimetização, expressado por uma política de deslocamento do homem urbano para a vida no campo, ou até mesmo o contrário, por mais justa que seja a causa, e no caso estudado representa uma atitude de grande coragem (pois se não é simples fazer política revolucionária em momentos de democracia, imagine realizar uma guerrilha em plena Ditadura) representa, em grande medida, uma ausência de base social real para dar sustentação a um projeto político.

⁴⁴ Em 1973, a repressão da Ditadura Militar promoveu uma grande perseguição contra o PCR, sendo presos e assassinados neste ano Manoel Lisboa, Emmanuel Bezerra e Manoel Aleixo, além de dezenas de presos.

Um segundo aspecto também apresentado por Ridenti para a compreensão da fundação do PCR, a partir de uma análise da trajetória de seus fundadores, indica que “a modernização conservadora usurpou a identidade recém-constituída de camadas sociais que haviam ascendido nas cidades, do pós-guerra até 1964, à condição de sujeito de direitos, de cidadãos integrais” (RIDENTI, 2005, p. 237).

Dito de outro modo, a guerrilha rural e a exaltação do homem do campo expressavam uma negação da cidade, mas também uma negação da modernização conservadora, caracterizada pela eliminação das liberdades democráticas. Negação do Golpe Militar e da Ditadura estabelecida com ele.

Além disso, a análise da trajetória de cada integrante do primeiro núcleo dirigente do PCR é fundamental para compreender as formulações programáticas que o Partido adotou, principalmente a escolha do Nordeste como área fundamental para a revolução que o partido planejava realizar.

1.2 A Esquerda antes do Golpe

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas em todo o mundo pela fragmentação da esquerda. No Brasil não foi diferente, a particularidade brasileira consiste na existência da Ditadura Militar como cenário desse processo. Com o fim das liberdades democráticas, as divergências na esquerda brasileira se tornaram ainda mais acentuadas e o seu processo de fragmentação se intensificou.

De acordo com Araújo, em *A Utopia Fragmentada*, essa experiência brasileira pode ser organizada em três eixos:

a crítica ao marxismo oficial – e a seus desvios representados no cenário internacional pela URSS e, internamente, pelos partidos comunistas – PCB e PC do B); a incorporação de novas ideias e novas práticas sugeridas pela experiência política internacional da esquerda a partir de 1968; pela conjugação desse esforço de renovação aplicado à luta contra a ditadura militar no contexto de pós-autocrítica da luta armada. (ARAUJO, 2000, p.17)

Dos três eixos apresentados por Araújo, interessa-nos para compreender o surgimento do PCR os dois primeiros. Quando trata da crítica ao marxismo oficial, é preciso levar em conta os efeitos da crise do movimento comunista provocada após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956. As acusações apresentadas por Krushev, então secretário político do PCUS, contra Stálin, contribuíram bastante para a legitimação das críticas já existentes ao marxismo soviético e a elaboração de novas formulações teóricas no campo da

esquerda e mesmo dentro do movimento comunista.

Dessa maneira, o embate entre PCB e PC do B, e entre estes dois partidos e as demais organizações que surgem ao longo desse processo de fragmentação, apresentam uma carga razoável dos efeitos da crise do movimento comunista provocada pelas dissensões surgidas após o XX Congresso do PCUS.

No Brasil foi profundo o impacto do Relatório Krushev. Para Gorender, o informe de Krushev provocou perturbações em todo o movimento comunista mundial e o PCB figurou entre os partidos mais abalados⁴⁵.

Como explica Segatto, a maior parte dos militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro – PCB acreditavam que o Relatório era uma invenção do imperialismo. Apenas seis meses após a realização do XX Congresso do PCUS, em agosto de 1956, é que o comitê central do PCB se reúne para debatê-lo⁴⁶.

As divergências existentes no âmbito internacional também se revelaram entre os comunistas brasileiros. O campo liderado por Luiz Carlos Prestes⁴⁷, que apoiava as posições de Krushev, saiu vitorioso, o que provocou uma série de mudanças internas no PCB, incluindo a nova orientação política de Moscou expressa na Declaração de Março de 1958.

Neste mesmo ano de 1957, o Comitê Central modifica a composição da Comissão Executiva, afastando dos cargos, os dirigentes ligados ao

⁴⁵ GORENDER, Jacob. 1987, p. 25.

⁴⁶ SEGATTO, 1989, P. 88

⁴⁷ Comandante de uma famosa marcha pelo Brasil, a Coluna Prestes, e líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos, Luís Carlos Prestes foi uma das figuras da América Latina mais perseguidas do século XX. Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro e depois foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde liderou uma revolta tenentista contra o governo de Arthur Bernardes em 1924, composta por jovens oficiais do Exército. Os “tenentes” pretendiam levantar a população contra o poder da oligarquia governante e, por meio da revolução, exigir reformas políticas e sociais, como a renúncia de Bernardes, a convocação de uma Assembleia Constituinte e o voto secreto. Os integrantes da Coluna Prestes realizaram uma marcha pelo interior do país, percorrendo, a pé e a cavalo, cerca de 25 mil quilômetros. A marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia. Lá, ele conheceu Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB. Convertido ao marxismo, viajou para Moscou (ex-URSS) em 1931. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1935, casado com a comunista judia alemã Olga Benário. Depois de comandar o fracassado golpe conhecido como Intentona Comunista, em 1935, com o intuito de derrubar o então presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista, foi preso e sua mulher entregue grávida à Gestapo, polícia política nazista. Na Alemanha, ela morreu num campo de concentração, em 1942. A filha de ambos, Anita Leocádia Prestes, nascida na prisão na Alemanha, foi resgatada pela avó paterna. Após ser solto em decorrência do processo de redemocratização, em 1945, Prestes se elegeu senador pelo PCB, com mais de 160 mil votos. Com a cassação do registro do partido, em 1947, teve a prisão preventiva decretada e foi obrigado a retornar à clandestinidade. Sua prisão preventiva foi revogada em 1958, mas, com o golpe militar de 1964, o líder comunista voltou a ser perseguido. Em 1971, exilou-se na URSS onde permaneceu até 1979, ano em que retornou ao Brasil após a anistia política. Em 1980 rompeu com o Partido através da sua “Carta aos Comunistas”. Dez anos depois, faleceu no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/luis-carlos-prestes>>

passado stalinista do partido e que não aceitavam a mudança (Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmos). O complemento político desta medida do Comitê Central, é a aprovação em março de 1958 de uma Resolução Política, que marcava o sepultamento definitivo da linha política estabelecida na Declaração de Agosto de 50, reiterada pelo IV Congresso em 1954. (SILVA, 1987, p. 80)

As novas diretrizes políticas de Moscou, que indicavam a necessidade da coexistência pacífica entre os países socialistas e capitalistas e a defesa da transição pacífica do capitalismo ao socialismo, refletiram-se na Declaração de Março de 1958 do PCB.

O documento manteve uma leitura de que o Brasil era um país semicolonial, e que sendo assim, a principal contradição no Brasil seria entre Nação e Imperialismo e o caráter da Revolução Brasileira não seria socialista, mas antifeudal, nacional e democrática. Até aí nada de novo na formulação do PCB sobre a realidade brasileira. A novidade é que para cumprir essa estratégia, a Declaração indica a opção pela via pacífica de transição do capitalismo para o socialismo, a defesa da legalidade democrática e constitucional, e uma política de reformas que vai encontrar lugar através da participação do PCB no governo de João Goulart⁴⁸.

Como explica Araújo (2000), a proposta do PCB veio a ser difundida como a luta pelas “reformas de base” - e permitiu ao PCB não apenas mobilizar e aglutinar um grande conjunto de forças sociais, mas sobretudo voltar a participar da vida pública nacional⁴⁹.

É necessário apresentar que antes do Golpe Militar de 01 de abril de 1964, o Brasil vivia uma conjuntura política extremamente acirrada, em que dois grandes polos disputavam um projeto de país. Como explica José Paulo Netto:

De fato, entre 1961 e 1964, a conjuntura política indicava uma crescente polarização das forças políticas e sociais brasileiras: havia um campo progressista, com um projeto de reformas democratizantes e nacionalistas, e um campo que pretendia travar esse projeto, promovendo mudanças que não implicassem a ampliação da participação política das classes subalternas nem afetassem as relações das classes possuidoras com os centros imperialistas. Nenhum dos dois campos se apresentava como um conjunto homogêneo: eram constituídos por vetores heterogêneos e compósitos. O campo nacional-reformista envolvia alguns setores burgueses, pequeno-burgueses, trabalhadores e proletários; tinha suas bases no movimento operário e sindical, nas ligas e sindicatos camponeses e em entidades estudantis; expressava-se sobretudo através do PTB, alguns segmentos do PSD e minimamente a UDNE e de partidos menores

⁴⁸ Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCB). Declaração sobre a política do PCB. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

⁴⁹ ARAÚJO, 2000, p. 77

da esquerda (dos quais o que ganhava maior audiência era, sem dúvida, o ilegal PCB) – e trazia em seu bojo um leque de tensões e contradições. Também o campo conservador-direitista não constituía um bloco homogêneo: aglutinava os grandes proprietários fundiários, o grosso do empresariado, os banqueiros, estratos da pequeno-burguesia, pequenos proprietários e as empresas imperialistas atuantes no país; no entanto, unificava-se mais rápida e solidamente, na medida em que seus interesses coincidiam em frear o processo de democratização e suas consequências econômicas. (NETTO, 2014, P.53)

Nessa conjuntura política bastante polarizada do início dos anos 1960, o PCB integrou o bloco nacional-reformista. Em que pese os efeitos das polémicas em torno do XX Congresso do PCUS, a nova linha política do PCB se encaixava de maneira adequada para que o partido pudesse constituir esse bloco progressista e apoiar o governo de João Goulart.

Todavia, essa opção do PCB acelerou a crise política e ideológica dentro do partido, que passou a ser acusado por frações internas, futuras cisões, como reformista e submisso politicamente ao que era compreendido como burguesia nacional, sendo João Goulart o representante desse setor da burguesia e liderança política desse bloco nacional-reformista.

A opção pelo caminho reformista desfaz o mito de que o PCB se preparava para uma ruptura com a legalidade ou planejava um caminho insurrecional. Todavia, a dissolução dessa possibilidade estava apenas na mentalidade das organizações de esquerda, pois o bloco conservador continuava se unificando especialmente sob a égide do discurso anticomunista.

Mas há uma característica da esquerda no Brasil que merece ser destacada. Na Europa e nos Estados Unidos, quase sempre os movimentos de minorias surgiram como antagonistas da esquerda tradicional. Na Europa, esse antagonismo ficava ainda mais claro: os jornais feministas franceses, por exemplo, se voltavam contra o Partido Comunista Francês, acusando-o de nunca haver percebido a importância da organização independente das mulheres. No Brasil esse conflito não se deu exatamente da mesma forma. Pelo menos não durante a década de 1970. O principal motivo era, sem dúvida, a existência de uma conjuntura adversa – a ditadura militar- que atenuava o conflito entre as esquerdas. Ao longo daquela década, o rompimento político e teórico com o marxismo não foi a questão mais importante para os grupos e movimentos de que estamos falando. Ao contrário, seu esforço de formulação teórica e política se pautava pela tentativa de incorporar à cultura marxista as novas questões que estavam sendo levantadas. (...) No Brasil, portanto, os movimentos de novo tipo não enfatizaram, pelo menos num primeiro instante, o rompimento com a tradição marxista nem com a esquerda mais tradicional; embora tenha havido uma tensão constante entre eles. (ARAÚJO, 2000, p. 19)

As divergências com as formulações políticas do PCB começaram a gerar as primeiras dissidências em 1961, quando nasceu a Organização Revolucionária

Marxista, que editava o periódico denominado *Política Operária*, tornando-se conhecida por isso como POLOP.

A POLOP reunia um pequeno número de militantes, sendo alguns dissidentes do PCB⁵⁰ e jovens intelectuais como Moniz Bandeira, Emir Sader e Eder Sader, Ruy Mauro Marini. De amplo mosaico teórico, a POLOP tinha inspiração nas ideias de Trotsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin e Talheimer.

Antes do Golpe Militar a POLOP realizou três congressos, 1961, 1963 e 1964, e desenvolveu grande crítica ao nacionalismo e ao reformismo, difundindo-se bastante no meio universitário, porém com presença reduzida no movimento de massas⁵¹. Em seu programa político a POLOP afirmava o caráter socialista da revolução brasileira, contestando a concepção etapista defendida pelo PCB e depois por PC do B, PCR e PCBR.

Em virtude da nova opção política, formulada na Declaração de Março de 1958, o PCB passou a priorizar a obtenção da sua legalização. Buscando atender a legislação eleitoral, o PCB realizou em 1961 uma Conferência Nacional quando foi aprovado um novo estatuto, alterando o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro⁵².

Antes, porém, em 1960, o V Congresso do PCB havia sido realizado e com ele a permanência da luta política, ainda decorrente dos debates de 1956/1957. Nele as teses da Declaração de Março de 1958 são reafirmadas e o agrupamento considerado stalinista, liderado por João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois é excluído do Comitê Central do Partido, ascendendo a importantes postos de comando Jacob Gorender e Mário Alves⁵³.

A mudança de nome foi o estopim para que o grupo liderado por João Amazonas e Diógenes Arruda Câmara e Maurício Grabois convocasse uma “Conferência Extraordinária”, onde se aprovou a eleição de um novo Comitê Central, mantendo o nome de Partido Comunista do Brasil, porém com a sigla PC do B

⁵⁰ MEYER, Victor. Fráguas Inovadora: o tormentoso percurso da POLOP. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/polop/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

⁵¹ GORENDER, Jacob, 1987, p. 35-36.

⁵² Como explica Gorender, o PCB conquistou o registro eleitoral em 1945, porém, sob a acusação de que não era um partido brasileiro, mas internacional, em 07 de maio de 1947 a justiça eleitoral colocou novamente o PCB na ilegalidade. Quando em 1961 a direção do PCB resolve alterar o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro o objetivo era esvaziar a argumentação que cassou o registro partidário em 1947. Porém, apesar da mudança, o PCB não obteve a legalização. GORENDER, Jacob, 1987, p. 21.

⁵³ GORENDER, Jacob, 1987, p. 31. 32

(SEGATTO, 1989, p.105) ⁵⁴.

Expulsos, os dissidentes realizam em fevereiro de 1962, a Conferência Nacional Extraordinária. Surge – ou como querem seus militantes – reorganiza-se o Partido Comunista do Brasil – assumindo-se como Partido Comunista fundado em 1922, portador das tradições stalinistas que significavam a continuidade do marxismo leninismo(...) A partir de então, temos dois partidos comunistas no Brasil: o PCB e o PC do B. Cada um deles se proclamando o Partido Comunista fundado em 1922. (SILVA, 1987, p. 89)

Como explica Silva, a opção pela via pacífica, a mudança de nome do Partido, o processo de desestalinização do PCB, que é resultado dos impactos do Relatório Kuschew, são os elementos fundamentais para o nascimento do PC do B.

Neste cenário de conflito, e em meio ao cisma sino-soviético, o PC do B se aproxima dos comunistas chineses, passando a assumir a posição de representante oficial do pensamento Mao Tse-tung no Brasil. Como explica Del Roio:

Para complicar ainda mais, em 1959 começara uma série de divergências entre o Partido Comunista da União Soviética, que pregava a coexistência pacífica entre o socialismo e o capitalismo em escala planetária e o Partido Comunista da República Popular Chinesa, que hostilizava esta posição. Assim foi que o PCB apoiou as posições soviéticas e o PC do B as posições chinesas. Os dois partidos passariam ainda por muitas vicissitudes, conflitos e rompimentos. (DEL ROIO, 2006, p. 48)

A Conferência Nacional Extraordinária que criou o PC do B lançou o documento intitulado Manifesto Programa, onde estão contidas estas divergências e indica a necessidade de um Governo Popular Revolucionário.

Porém, é necessário esclarecer que do ponto de vista da leitura da realidade brasileira havia uma convergência entre PCB e PC do B. Como explica Gorender, O PC do B manteve a concepção das duas táticas da Revolução, o que o identificava ao PCB, por mais que se detestassem⁵⁵. Para ambos o Brasil era um país semicolonial, e que sendo assim, a principal contradição no Brasil seria entre Nação e Imperialismo, o caráter da Revolução Brasileira antifeudal, nacional e democrática em transição para o socialismo.

A questão era como essa política deveria ser desenvolvida. Enquanto o PCB adotava o caminho da luta pacífica, da transição para o socialismo através das reformas, o PC do B defendia em seus documentos a luta armada, através da guerra

⁵⁴ Até os dias atuais a polêmica permanece, tanto o PCB como o PC do B reivindica a sua fundação em 25 de março de 1922.

⁵⁵ GORENDER, 1987, p. 34.

popular, além de criticar o PCB por subordinar os interesses da classe operária aos interesses da burguesia.

É importante destacar também a influência da Revolução Cubana para os comunistas e a esquerda em geral, especialmente na América Latina. A vitória do Movimento 26 de Julho, através da tática da guerra de guerrilhas, sob a liderança de Fidel Castro, em janeiro de 1959, indicava que a Revolução era possível e que o caminho da luta armada era o correto.

É impossível falar daquela época sem se levar em consideração o que representou para a minha geração a Revolução Cubana. O que havia de busca da utopia que chegava até nós. O jovem que não participasse era um imbecil imperdoável. Havia, inclusive, o aspecto teatral da Revolução Cubana, aquela coisa fascinante. Os uniformes, ver Fidel Castro a meio metro como eu vi na Avenida Atlântica, sujeito de dois metros por cinco e meio de largura, charuto enorme... E a barba, aquela farda... (MORAES, 1989, p.22)

É o caso das Ligas Camponesas, movimento que nasceu em 1955, no Engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão, região da Zona da Mata pernambucana, sob o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP. A imprensa conservadora e os políticos conservadores chamaram esse movimento de Liga, com receio de uma reedição das ligas que haviam existido em Pernambuco entre os anos 1945-1947, sob a influência do PCB⁵⁶.

O sucesso da Liga da Galileia na defesa dos direitos dos camponeses tornou o advogado Francisco Julião sua principal liderança e permitiu que em pouco tempo as Ligas se expandissem e passassem a agregar camponeses em mais de dez estados do país, consolidando de maneira nacional as Ligas Camponesas.

Em 1961, Francisco Julião viajou a Cuba e estabeleceu contato com os líderes da Revolução Cubana. Retornou da Ilha convencido da possibilidade de desenvolver um processo revolucionário semelhante no Brasil. Desta maneira, modificou a maneira de atuação das Ligas, que até então tinha um caráter legalista e passou preparar um movimento guerrilheiro⁵⁷.

Na verdade, desde que a direção das Ligas incorporou a experiência da revolução cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, as Ligas já tinham reelaboradas as suas concepções sobre a revolução brasileira, negando o

⁵⁶ História das Ligas Camponesas. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 01 mar. 2017.

⁵⁷ GORENDER, 1987, p. 38

seu caráter pacífico e a viabilidade política de se conquistarem reformas estruturais sem um confronto direto com o bloco industrial-agrário. As contradições com o PCB advinham dessa visão, e as Ligas se preparavam para, a longo prazo, criar uma forte organização camponesa em toda a área rural do país, que permitisse um enfrentamento armado, no momento em que as contradições entre as classes dominadas e dominantes passassem do terreno político para o confronto militar. (AZEVEDO, 1982, p.92)

A mudança de tática de Francisco Julião e a possibilidade de desenvolver um movimento guerrilheiro no Brasil atraíram militantes do PCB descontentes com as mudanças políticas na linha do Partido, entre eles Clodomir de Moraes⁵⁸ e Amaro Luiz de Carvalho, que depois viria ser fundador do PCR⁵⁹. Além do PCB, o PC do B, a POLOP, e vários outros grupos menores, incluindo facções trotsquistas atuavam por dentro das Ligas, compondo o seu Conselho Nacional⁶⁰.

Francisco Julião, que segundo Gorender, tornou-se talvez o primeiro a defender a principalidade dos camponeses na Revolução Socialista⁶¹, temendo comando político das Ligas, fundou em 21 de abril de 1962, em Ouro Preto, Minas Gerais, o Movimento Radical Tiradentes (MRT)⁶². A partir daí passou a comprar fazendas e estabelecer campos de treinamento militar em Goiás, na cidade de Dianópolis⁶³.

No Manifesto de Fundação do MRT, Francisco Julião declarou:

...defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo companheiro e compatriota, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 04 de fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como o seio materno. É a constituição dos povos latino-

⁵⁸ Nasceu na Bahia. Formou-se em Direito, em Recife - PE. Ingressou nas Ligas Camponesas, organização de marcou profundamente a história dos movimentos populares de nosso país. Ali, Clodomir Moraes tornou-se assessor e organizador das Ligas que, da década de 50, até serem destruídas pela contra-revolução de 01 de abril de 1964, foi um dos movimentos de massa mais combativos no Brasil. Por 15 anos, Clodomir Moraes, que teve seus direitos políticos cassados, conheceu o exílio. No entanto, durante todo esse período, foi conselheiro regional da ONU para a América Latina em assuntos da reforma agrária e desenvolvimento rural. Também para a ONU, através de algumas de suas agências, dirigiu projetos de capacitação e organização em Honduras, México, Nicarágua e Portugal, outras vezes consultor para missões técnicas na Europa, América Latina, África e Ásia, tendo voltado o seu todo seu trabalho para a questão camponesa. Nas universidades de Rostock, na Alemanha, foi professor residente. Em Berlim, por onde passou quatro anos, atuou como professor conferencista e fez o curso de doutorado em sociologia. Foi Deputado, em Pernambuco, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Autor de mais de 20 livros, que têm como temas centrais a reforma agrária e a geração de emprego e renda. Clodomir dos Santos Moraes, Dicionário Político. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/morais_clodomir.htm>. Acesso em: 01 mar. 2017.

⁵⁹ Amaro Luiz de Carvalho teve papel de destaque nesse movimento guerrilheiro, foi comandante dos campos de treinamento, substituindo Joaquim Ferreira. AZEVEDO, 1982, p. 93.

⁶⁰ AZEVEDO, 1982, p. 92.

⁶¹ GORENDER, 1987, p. 38

⁶² AZEVEDO, 1982, p. 94.

⁶³ GORENDER, 1987, p. 47.

americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica. (JULIÃO, 1982, p.94)

A tentativa guerrilheira de Julião e do MRT fracassam. Em dezembro de 1962, os órgãos de segurança descobriram o campo de treinamento, muitos militantes foram presos e armas apreendidas. Vinte e quatro pessoas tiveram o pedido de prisão preventiva pelas autoridades policiais, entre elas, Clodomir Moraes e Amaro Luiz de Carvalho. Ainda em dezembro, Clodomir foi preso na Guanabara pela polícia de Carlos Lacerda⁶⁴ e junto com sua esposa é submetido a sessões de tortura⁶⁵.

Na década de 1960 surgiu também a Ação Popular (AP), em 1962, um movimento oriundo da Juventude Universitária Católica (JUC), que atuava principalmente no movimento estudantil universitário. Em 1964, a AP já havia se desvinculado da JUC, mas defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista, nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana (RIDENTI, 2005, P. 28).

Integravam também o campo das organizações de esquerda o Partido Operário Revolucionário Trotsquista (PORT), o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) e

⁶⁴ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1914. Jornalista, escritor e empresário, fundador do jornal *Tribuna da Imprensa* e da editora Nova Fronteira. Iniciou-se na política como marxista e, em 23 de março de 1935, participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se propunha ser uma frente popular contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Rompeu com o comunismo em 1939, publicando artigo que levou seus ex-correligionários a acusarem-no de traidor. Em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e, em 1947, foi eleito Vereador do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, renunciando ao mandato no mesmo ano, em protesto contra a aprovação pelo Senado da diminuição das prerrogativas da Câmara Municipal. Opositor ferrenho do segundo Governo de Getúlio Vargas, foi uma das vítimas (escapou com um ferimento no pé) do Atentado da Toneleros, em 5 de agosto de 1954, o qual desencadeou a crise que levaria Vargas ao suicídio. Eleito Deputado Federal em outubro seguinte com a maior votação do Distrito Federal, participou em 1955 da conspiração que visava impedir a eleição e posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart na Presidência da República. Na Câmara, foi Líder da UDN (1957-1958) e, após se reeleger, sendo de novo o Deputado mais votado, tornou-se Líder da Minoria (1959), representada pelo bloco UDN e PL (Partido Libertador). Eleito em outubro de 1960 Governador da Guanabara, Estado então recém-criado, renunciou ao mandato parlamentar para assumir o governo estadual (1960-1965), à frente do qual removeu favelas e realizou importantes obras viárias, de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Por diversas vezes, entrou em choque com o Presidente Jânio Quadros (jan.-ago./1961) e fez oposição sistemática a João Goulart (1961-1964). Apoiou o Golpe de 1964 e em novembro, já divergindo dos militares que haviam tomado o poder, lançou-se candidato pela UDN à Presidência da República. Contudo, teve suas pretensões frustradas pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que acabou com a eleição direta para Presidente da República. Em 1966, com o apoio de Kubitschek e Goulart, que se encontravam exilados, articulou a Frente Ampla, pregando a união das forças políticas democráticas em torno da necessidade de redemocratização do País. Em abril de 1968, a Frente foi banida e, em 14 de dezembro seguinte, um dia após a edição do AI-5, Lacerda foi preso. Conseguiu ser libertado após uma semana de greve de fome, mas daí a poucos dias teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Morreu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1977. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

⁶⁵ GORENDER, 1987, p. 47-48.

o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Nascido em 1953 o PORT era um partido ligado a J. Posadas, codinome do argentino Homero Cristali, reconhecida liderança trotskista internacional, que inclusive, esteve no Brasil em 1963, para um congresso nacional do POR (T), que tinha militantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. O POR (T) desenvolveu ações de aproximação com Leonel Brizola e o brizolismo⁶⁶.

O PTB e o PSB existiam já desde da década de 1940, fundados em 1945 e 1947, respectivamente. Destaque para o PTB, que nasceu ligado a figura de Getúlio Vargas, dentro do que ficou conhecido como *queremismo*, movimento Queremos Getúlio, que defendia uma Assembleia Constituinte com Getúlio na presidência do país⁶⁷.

Desse cenário de diversos partidos no campo da esquerda, e de dois rachas dentro do PCB surgem um conjunto de outras organizações após o Golpe Militar de 1964.

1.3 O governo Jango, o Golpe Militar e a fragmentação da esquerda

João Goulart assumiu a presidência do país em 07 de setembro de 1961, após um acordo que tornou o país um regime parlamentarista. O seu esforço em implementar um projeto reformista para o país encontrou a resistência de um congresso conservador, disposto a sabotar o Governo.

As medidas mais significativas de João Goulart até janeiro de 1963, quando o povo pode votar se o país continuaria em um regime parlamentarista ou se voltaria para o presidencialismo, foram: cancelar, em outubro de 1961, as concessões de exploração mineral concedidas, em 1955, no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, à empresa norte-americana Hanna Mining Co; estender aos trabalhadores rurais vários direitos que já existiam para os trabalhadores urbanos, através do Estatuto do Trabalhador Rural; adotar uma política externa independente dos EUA, restabeleceu relações com a URSS e se posicionou de maneira contrária à intervenção estadunidense em Cuba.

O regime parlamentarista durou até 06 de janeiro de 1963, quando 80% da população votou a favor do presidencialismo, na prática um voto a favor de João Goulart. Os principais nomes desse segundo momento do governo de João Goulart

⁶⁶ GORENDER, 1987, p. 35

⁶⁷ MACEDO, 2015

foram o economista Celso Furtado, que assumiu o ministério do planejamento, e San Tiago Dantas para o ministério da fazenda.

João Goulart trabalhava para implementar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecido como Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado. O Plano Trienal tinha como objetivo principal “combater a inflação por meio de um rígido controle do déficit público, operando ainda um corte nos subsídios, um teto para aumento salariais e um realinhamento de preços e tarifas”. (NETTO, 2014, P. 57)

A proposta inicial de João Goulart era desenvolver um projeto reformista com um amplo leque de alianças, e com isso, obter estabilidade para governar. Todavia, as forças políticas do campo progressista, incluindo aí o PTB e o PCB, rechaçaram o Plano Trienal, de maneira que ele se tornou inviável, e passaram a exigir a implementação de um programa de reformas de base.

Tentando preservar sua proposta inicial de manutenção de um amplo arco de alianças, João Goulart concedeu em 1963, um reajuste para o salário mínimo de 56,25%, ao tempo que substituiu San Tiago Dantas do ministério da fazenda, colocando um político conservador, o ex-governador paulista Carvalho Pinto.

A partir do segundo semestre de 1963 as tensões se acirraram ainda mais. A esquerda, PTB, PCB, Ligas Camponesas, tendo a frente Leonel Brizola passaram a enfrentar o novo ministro da fazenda, organizar greves e exigir de maneira mais forte as reformas de base. A direita, liderada por Carlos Lacerda e apoiada pelo governo estadunidense, também passou a pressionar João Goulart e exigir abertamente a sua deposição⁶⁸.

Em dezembro de 1963, ficou claro para João Goulart que estava esgotado o seu projeto de proceder as *reformas de base* contando com suportes constitucionais e institucionais. E, em termos imediatos, o principal problema não residia na pressão americana, apesar de todo o seu peso – consistia na impossibilidade de vincular com alguma consistência forças políticas nacionais capazes de uma espécie de pacto social que superasse os entraves ao crescimento econômico sem exigir a penalização excessiva dos trabalhadores nem restrições democráticas. (NETTO, 2014, p. 61)

Essa constatação de João Goulart, apresentada por José Paulo Netto, ajuda a esclarecer o giro a esquerda que o seu governo realizou, se apoiando no campo progressista e encampando definitivamente as reformas de base, agora, sem mais levar tanto a cabo a política de manutenção de um amplo arco de alianças.

⁶⁸ NETTO, 2014, P 58 – 60.

No dia 13 de março de 1964, a opção de João Goulart ficou mais evidente do que nunca, ele aceitou o convite do movimento sindical e realizou um comício em frente à estação ferroviária Central do Brasil, onde:

(...) fez a crítica do caráter restrito da democracia política vigente, afirmou a necessidade de uma revisão constitucional que a ampliasse e permitisse as reformas necessárias para um desenvolvimento econômico sem privilégios para as minorias e para os monopólios nacionais e internacionais. Informou que assinara pouco antes dois decretos: um que, embora sem levar a uma reforma agrária efetiva, uma vez que respeitava os limites da Constituição vigente, desapropriava as terras situadas às margens das rodovias federais e dos açudes para entregá-las aos trabalhadores rurais; e outro que, fortalecendo a Petrobras, encampava as refinarias de petróleo particulares. Responsabilizou as forças antidemocráticas e antinacionais pelas implicações que poderiam advir da sua resistência à emancipação do povo brasileiro. No dia seguinte, assinou outro decreto, tabelando os aluguéis e desapropriando aqueles que estavam desocupados em nome da utilidade social. (NETTO, 2014, p. 65)

O discurso de João Goulart em defesa de um projeto nacional-reformista ao tempo que representava uma ousadia, também era a expressão de uma ausência de saída conciliatória. A direita, unificada em torno do anticomunismo, vai aproveitar o contundente comício de João Goulart para fortalecer a sua mobilização pela sua deposição.

Os novos partidos surgidos na década de 1960, PC do B e POLOP, vão passar por esse período, certamente um dos mais acirrados do ponto de vista da luta de classes, isolados do centro da luta política, resultado da ausência de base social e da não integração ao bloco progressista nacional-reformista.

Chama a atenção neste aspecto a análise de Gorender:

No livro *O caminho da revolução brasileira*, escrito no final de 1962, o dirigente polopista Moniz Bandeira afirmou que o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder. No seu contexto teórico e em termos práticos, naquela conjuntura, a palavra de ordem só podia ganhar a forma concreta de derrubada do Governo Goulart. Exatamente neste sentido já se orientavam os golpistas de direita.

Algo semelhante se dava com o PC do B, em 1963 e começos de 1964. O quinzenário *A Classe Operária concentra* o fogo sobre Goulart e prega sua derrubada pela violência. (GORENDER, 1987, p. 50)

A análise de Gorender nos leva a entender que a POLOP e o PC do B contribuíram indiretamente, por um erro de compreensão do momento político, com o Golpe Militar. Seria forçado chegar a essa conclusão, mas é fato que a esquerda crítica ao PCB não teve capacidade de oferecer resposta em qualquer aspecto para a conjuntura política que antecedeu ao Golpe.

Na noite do 31 de março, as tropas militares comandadas pelos generais Carlos Luiz Guedes e Olímpio Mourão Filho foram para às ruas dar início ao Golpe Militar. O dispositivo militar de João Goulart se mostrou passivo diante da situação. O general do II Exército Amaury Kruel apresentou um ultimato ao presidente, exigindo que rompesse com a esquerda para se manter no governo. Goulart negou a proposta de Kruel, tentou articular uma resistência por parte das forças armadas, mas sem sucesso. A esquerda, que não contava com a ausência de resistência de setores das forças armadas, tentou convocar uma greve geral, mas logo sucumbiu. Sem capacidade de resistência, João Goulart saiu do país e o Golpe Militar se consolidou no dia 01 de abril de 1964⁶⁹.

Ridenti apresenta dessa maneira o cenário da esquerda logo após o Golpe Militar:

Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. (RIDENTI, 2005, p. 29)

Ao mesmo tempo que as diversas expressões da esquerda brasileira buscavam recuperar-se das feridas abertas com o Golpe Militar, do ponto de vista internacional uma série de eventos vão colocar em xeque os modelos tradicionais de organização da esquerda.

A Revolução Cubana⁷⁰, a resistência vietnamita contra a invasão estadunidense⁷¹, a Revolução Cultural na China⁷², a Rebelião Estudantil na França, em Maio de 1968⁷³ e a Primavera de Praga também em 1968 na Tchecoslováquia⁷⁴

⁶⁹ NETTO, 2014, P. 66,67,68.

⁷⁰ A Revolução Cubana foi um movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro e o Movimento 26de Julho, que culminou com a derrubada do ditador Fulgencio Batista no dia 1 de janeiro de 1959.

⁷¹ A Guerra do Vietnã começou em 1959 e terminou em 1975 com a vitória dos comunistas, que pretendiam expulsar os invasores franceses e estadunidenses e unificar o país. A batalha pode ser compreendida sob o contexto da Guerra Fria. Enquanto o Vietnã do Norte era comandado pelos comunistas, sob a liderança de Ho Chi Minh, apoiado pela URSS, o Vietnã do Sul recebia o apoio dos Estados Unidos, que invadiu o país, mas teve que retirar suas tropas em 15 de agosto de 1973. A ausência de apoio interno da sua população e sucessivas derrotas militares levaram Richard Nixon, então presidente dos EUA a tomar essa decisão.

⁷² Desencadeada pelo líder comunista Mao Tse Tung, então presidente da China, tinha como objetivo oficial combater a burocracia, a distância entre os dirigentes partidários e o povo e permitir a ampliação política da população, especialmente os jovens. Esse processo foi bastante questionado, sob a acusação de se tratar de uma disputa interna pelo poder e promover o culto a personalidade de Mao Tse Tung.

⁷³ O evento que ficou conhecido como Maio de 1968, foi uma rebelião estudantil iniciada em Paris, na França, contra uma reforma educacional promovida pelo presidente Charles de Gaulle. A rebelião estudantil contagiou os operários, que realizaram no período a maior greve geral da Europa, envolvendo nove milhões de pessoas.

⁷⁴ A Primavera de Praga foi um movimento liderado por Alexander Dubček, que havia chegado ao poder em agosto de 1968. Ele prometia fazer reformas liberais, se contrapondo ao modelo soviético de socialismo. Os

marcaram profundamente esse período e como reflexo passaram a ser referências para uma nova esquerda que vinha surgindo no mundo e também no Brasil. Diferentemente do que ocorreu em outros países, onde nasceram esquerdas avessas ao marxismo, no Brasil, de maneira predominante, os novos partidos e movimentos de esquerda eram marxistas ortodoxos ou heterodoxos. Como explica Ridenti, os setores da esquerda brasileira divergiam entre si em torno de três aspectos: o caráter da revolução brasileira, a forma de luta para chegar ao poder e o tipo de organização necessária à revolução. (RIDENTI, 2005, p.32)

Os grupos e organizações dissidentes dos anos 1960 eram críticos em relação aos partidos comunistas e socialistas. Acusavam-nos de imobilismo, reformismo, cautela excessiva, burocratização, stalinismo etc. Mas ainda se mantinham dentro dos paradigmas gerais do marxismo. Buscavam inspiração em outras fontes: Trotski, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Mao. Eram críticos de Stálin, do comunismo soviético e, até mesmo da tradição leninista. Mas procuravam suas referências dentro da cultura marxista. Por isso mesmo, tais grupos e organizações se auto-intitulavam “Nova Esquerda” (tomando emprestado a expressão dos Estados Unidos e da Inglaterra). (ARAÚJO, 2000, p. 99)

O termo Nova Esquerda, utilizado por Maria Paula Nascimento Araújo em *A Utopia Fragmentada* (2000) para classificar essa nova esquerda surgida na década de 1960 e 1970, também foi utilizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá no livro *Imagens da Revolução* (1985). Todavia, alguns partidos no Brasil que mesmo surgindo na década de 1960 não se encaixam no perfil do que ficou entendido como Nova Esquerda, pois reivindicavam a tradição comunista, seu modelo organizativo e as experiências socialistas. PC do B, PCR, Ala Vermelha e PCBR, todos surgidos na década de 1960 parecem estar muito mais adequados à tradição comunista marxista-leninista, mesmo que incorporando elementos das novas experiências revolucionárias, especialmente da China e de Cuba, do que de uma proposta fora dos padrões da tradição comunista.

Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá explicam a fragmentação da esquerda brasileira em cinco troncos:

O primeiro é formado pela ORM - POLOP e pelas organizações que se formaram sob sua inspiração ou derivadas de suas cisões e dissidências: o Comando de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que integraria também elementos provenientes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) inspirado pela corrente política do então Deputado Leonel Brizola; o Partido Operário Comunista (POC) resultante da fusão da ORM - POLOP com a Dissidência Comunista

governo soviético não aceitou as reformas de Dubček e enviou tropas para invadir a Tchecoslováquia. Diante da invasão soviética, Dubček renunciou e as reformas foram canceladas.

do Rio Grande do Sul, originária do PCB. Do POC, abalado por golpes da repressão e por dissensões internas, surgiria a Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO), da qual, se destacaria pouco a Fração Bolchevique, e a tendência Combate do POC, formada no exterior e que não conseguiria êxito em suas tentativas de implantação no Brasil.

Da Ação Popular – AP – surgiria o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). A AP perderia muitos militantes no processo de sua conversão em organização marxista-leninista, o que se consumaria com a fundação da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Um pouco mais tarde, a maioria dos seus quadros se integraria no Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O PC do B seria formado a partir da luta política no interior do PCB, constituindo um tronco próprio, do qual seriam provenientes a Ala Vermelha do PC do B (PC do B – AV), e o Partido Comunista Revolucionário – PCR. Da primeira originar-se-ia o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT.

As divergências no interior do PCB, posteriores a 1964, provocariam o surgimento de um novo tronco, subdividido ainda no processo de luta interna em duas seções: as Dissidências e a Corrente. As Dissidências gerariam várias organizações regionais. Registramos as mais significativas: A do Rio Grande do Sul se integraria à ORM-POLOP para formar o POC; a de São Paulo ingressaria na Ação Libertadora Nacional (ALN); a da Guanabara formaria a Dissidência da Guanabara – DI-GB, que, mais tarde, assumiria o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); a do Rio de Janeiro formaria o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, liquidado pela repressão em 1969 e que teria seu nome retomado pela DI-GB. A Corrente daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR e à Ação Libertadora Nacional (ALN), da qual surgiria o Movimento de Libertação Popular – MOLIPO.

Registramos ainda mais um tronco, representado pela corrente que reivindicaria o legado do trotsquismo, e cuja expressão organizada é o Movimento Estudantil 1º de Maio, mais tarde convertido em Organização Comunista 1º de Maio.

Restaria mencionar as experiências do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), formado por militantes provenientes do PCB e do MNR e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-PALMARES – resultante da fusão de organizações, grupos e militantes da ORM – POLOP, MNR, AP e PCB (REIS FILHO; SÁ, 1985, p. 13-14).

Exceto o PCB, todos os partidos e correntes da esquerda, sejam consideradas da nova esquerda, ou esquerda tradicional, defendiam a luta armada. Era uma questão basilar para todos os agrupamentos que pretendiam ocupar o espaço deixado pelo desmoronamento do PCB.

A fragmentação da esquerda brasileira, seja por influência dos eventos internacionais, seja por conta das derrotas sofridas com o Golpe Militar, não contribuiu para derrotar a Ditadura Militar, tampouco as divisões contribuíram para a construção de um novo projeto de nação com algum grau de disputa pela hegemonia social.

2 A CONCEPÇÃO PROGRAMÁTICA DO PCR: A ESCOLHA DO NORDESTE COMO ÁREA PRINCIPAL DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

2.1 A influência das Ligas Camponesas na formação do PCR

Amaro Luiz de Carvalho, no seu artigo *O Surgimento do Partido Comunista Revolucionário*, escrito em 1968, por ocasião do seu informe para a reunião da direção do PCR que aprovou os estatutos e o programa do Partido⁷⁵, deixa evidente a influência das lutas sociais no Nordeste, a experiência das Ligas Camponesas (especialmente após o contato com a Revolução Cubana) como fatores determinantes para o surgimento do PCR:

Durante o movimento de massas ocorrido no período de 1950 a 1964, aclarava-se cada vez mais o movimento operário e o monolitismo tradicional do Partido ia se tornando impossível, pois certos elementos egressos das discórdias surgidas diante da política capitulacionista do Partido partiram para a organização das massas assalariadas do campo e obtiveram pleno êxito no trabalho de agitação. Acordando-as do sono em que estavam mergulhadas. A Revolução Cubana vitoriosa no “quintal do imperialismo” veio lançar a última pá de terra sobre a concepção de que só podiam fazer a revolução os Partidos Comunistas tradicionais.

O fracasso desse grupo heterogêneo de organizadores do campo, as Ligas Camponesas, em virtude de não possuírem um programa definido de ação e ficarem simplesmente na agitação pela agitação, proporcionou a diversos elementos verificarem a inconsequência, a propagação de ideias confusas e contraditórias, além da crescente onda de oportunismo existente no movimento comunista e que se confirmou quando do golpe de abril de 1964. Após este fato, algumas pessoas que ainda se passavam por revolucionárias começaram a mostrar a sua verdadeira face.

Surgia, para a constatação dessas qualidades das direções do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil e de seus programas, a desagregação por completo do movimento revolucionário; grupos e subgrupos que se digladiavam entre si, apareceram e, todos eles, como “vinhos da mesma pipa” não afirmavam uma linha política, com tática e estratégia revolucionária, nem retomavam uma posição capaz de construir a coesão da direção, pois suas ideias e seus esquemas estavam poluídos dos mesmos erros do passado e as divergências realmente políticas possuíam caráter secundário.

Deste combate ideológico e orgânico nasceu o PCR, como o que de melhor havia no movimento operário do país.

Amaro deixa claro que apesar do PCR se caracterizar por uma notável influência maoísta, a narrativa da Revolução Cubana se faz necessária como legitimação da existência do partido, sobretudo em três aspectos: 1) A Revolução Cubana não contou com a direção de um partido comunista tradicional; 2) A Revolução Cubana foi expressão de uma luta guerrilheira e fortalecia o discurso da luta armada no Brasil. Quem não defendia a luta armada era caracterizado como traidor, capitulacionista; 3) A experiência da Revolução Cubana representava uma

⁷⁵ Amaro Luiz de Carvalho – Compromisso com a Revolução Brasileira. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2016/08/amaro-luiz-de-carvalho-compromisso-com-revolucao-brasileira/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

alternativa de referência dentro do movimento comunista, especialmente porque o PCB esteve vinculado aos comunistas soviéticos e o PC do B aos comunistas chineses.

A tradição marxista da época também pregava a necessidade de existir apenas um único e verdadeiro partido comunista. Desse modo, era comum nos documentos partidários procurar se criar uma narrativa de autoafirmação e desqualificação de outros partidos que disputavam os mesmos espaços. O PCR não fugiu a regra. O PC do B, na avaliação do PCR era mesma coisa que o PCB, diferenciava-se na proposição radical da luta armada. Já o PCB era um “saco de pancadas” da esquerda, praticamente todas as organizações o caracterizavam como reformista e por conta da sua passividade responsável pela derrota imposta pelo Golpe Militar de 1964.

As raízes da derrota política não devem ser buscadas só nos "erros" dos partidos, nem apenas na ação, ou falta de ação, dos que neles se representam. Se isso for correto, a derrota em 1964 não pode ser atribuída só à ação das esquerdas, nacionalistas e comunistas, ou apenas à "passividade do povo". A derrota foi de um projeto político de representação que envolveu e iludiu a todos, as massas populares e as esquerdas, representados e representantes, que foram tragados, no mesmo processo, pela roda-viva da História, cujo devir também dependia da ação das classes dominantes e da dinâmica objetiva do capitalismo brasileiro. (RIDENTI, 2005, p. 243)

O fato é que tanto a esquerda estava errada acusando o PCB de responsável pelo Golpe por conta de um “apassivamento”, como a direita, por crença ou má-fé, precisava manter o discurso de que os comunistas e, especialmente o PCB, representavam uma ameaça.

A derrota foi de fato de um projeto político, como explica Ridente. Antes do Golpe já existiam outras organizações políticas no campo da esquerda, incluindo os brizolistas, as Ligas Camponesas, POLOP, PC do B, assumindo um discurso mais radical, de enfrentamento, mas que não conquistaram amplos setores da sociedade para suas ideias.

É preciso dizer que essa necessidade de autoafirmação das organizações de esquerda da época baseava-se em grande medida numa grande ilusão de representatividade. Mesmo que no curso da construção partidária se ganhasse lideranças, a própria dinâmica da clandestinidade proporcionada pela luta armada, isolava essas lideranças de suas bases.

Analisando ainda a citação de Amaro Luiz de Carvalho sobre o surgimento

do PCR, quando ele faz referência às Ligas Camponesas, da sua ação guerrilheira em Dianópolis, que por sinal era bastante referenciada na experiência da Revolução Cubana, procura demonstrar que o motivo da derrota da Guerrilha foi a diversidade de grupos conduzindo o movimento, sem um programa claramente definido. A análise de Amaro apresenta grande fundo de verdade, mas o seu objetivo principal é demonstrar que o fracasso da Guerrilha de Dianópolis foi resultado da ausência de um partido revolucionário no comando do processo.

A trajetória das Ligas estão bastante associadas à parte da trajetória de Amaro Luiz de Carvalho, o que gera grande influência na sua concepção expressada nos documentos que formulou para o PCR.

As décadas de 1950 e 1960 são marcadas por grandes agitações sociais no país. O Nordeste brasileiro, especialmente a Zona Canavieira de Pernambuco, é palco de um efervescente movimento camponês, capitaneado pelas Ligas Camponesas, e pela radicalização das greves convocadas pelos sindicatos rurais.

Foi nessa estreita faixa litorânea, especialmente na Zona da Mata sul pernambucana, onde se travaram as lutas mais renhidas e duras entre o movimento camponês e os grandes proprietários de terra (chamados, ao nosso ver apropriadamente, de “barões do açúcar”), e que terminou por transformar a imagem de um nordeste da seca e dos retirantes, vítima da inclemência do tempo, em um Nordeste subitamente transfigurado num “barril de pólvora”, prestes a explodir com a violência das tensões sociais, segundo as inúmeras reportagens realizadas na época pela imprensa nacional e internacional. (AZEVEDO, 1982, p.44)

O crescimento das mobilizações sociais no Nordeste revelavam as contradições existentes na região. O Nordeste passava a perder a imagem fatalista da miséria provocada pela seca. Intelectuais como Josué de Castro, Manoel Correia de Andrade e Celso Furtado vão ganhar destaque desenvolvendo estudos sobre a realidade nordestina.

Em 1955, realiza-se em Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, que reuniu 1600 delegados de nove estados da região, e obteve a participação de parlamentares, partidos, industriais, líderes sindicais, escritores e militantes das Ligas Camponesas. Este evento, além de marcar a defesa da reforma agrária, iria cumprir um papel muito importante em Pernambuco, selar a aliança entre setores populares e frações mais liberais da burguesia industrial do açúcar e dos setores têxtil e alimentício, que elegeu, em 1958, Cid Sampaio (UDN⁷⁶) e Pelópidas da Silva

⁷⁶ UDN – União Democrática Nacional. Partido conservador fundado em 1945.

(PSB⁷⁷), derrotando as oligarquias ligadas aos interesses dos coronéis do Agreste e Sertão⁷⁸.

Esta vitória eleitoral foi muito importante para dar um alívio à atuação das Ligas Camponesas, que passavam por um processo de grande perseguição desenvolvida pelo governo estadual oligárquico de Cordeiro Farias, denominado por Francisco Julião, como o “quadriênio do terror”.

De fato, apenas em 1956, foram registradas 630 prisões políticas, seis vezes mais que em todo o país. Com um governo mais democrático, os setores populares tiveram um clima mais favorável para se organizar e os setores progressistas se fortaleceram, contribuindo inclusive para a eleição de Miguel Arraes, em 1962⁷⁹.

A vitória de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco, em 1962, contou com 47,98% dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelas Ligas Camponesas, o PCB e o Partido Social Democrático (PSD), derrotando João Cleofas (UDN) candidato que representava as oligarquias canavieiras de Pernambuco.

É interessante identificar aqui a mudança de movimento da UDN, que em 1958 se posicionou num bloco mais a esquerda, enfrentando as oligarquias canavieiras, mas, quatro anos depois, o seu candidato, João Cleofas, era justamente o candidato das oligarquias canavieiras. Na verdade, a UDN era um partido conservador, mas abrigava frações distintas das elites.

O governo de Miguel Arraes foi taxado de esquerda, pois estabeleceu que os usineiros e donos de engenho da Zona da Mata do Estado pagassem o salário mínimo aos trabalhadores rurais e facilitou a criação de sindicatos rurais.

As Ligas intensificaram suas ações e, em 1959, já eram 25 delegacias em Pernambuco. A influência das Ligas chegou à Paraíba, onde surge a Liga de Sapé, sob a liderança de João Pedro Teixeira, que com 10 mil filiados se tornou a maior do país⁸⁰.

Diante do novo quadro político, as Ligas passaram a desenvolver grande campanha pela desapropriação do Engenho Galiléia. Em 1959, o deputado em exercício Carlos Luiz de Andrade (PSB), suplente de Francisco Julião, apresentou o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, que foi aprovado na Assembleia

⁷⁷ PSB – Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1947.

⁷⁸ AZEVEDO, 1982, p. 68.

⁷⁹ AZEVEDO, 1982, p.69

⁸⁰ Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

Legislativa⁸¹.

Esse processo ganhou enorme repercussão nacional, sendo noticiado pelos principais órgãos da imprensa e provocando um grande debate ideológico na sociedade entre os setores conservadores e progressistas. A conquista das Ligas pavimentou o caminho para a construção nacional das Ligas Camponesas, que em 1961 funda o seu Conselho Nacional com representação em 13 estados⁸².

Apesar da conquista da desapropriação do Engenho Galileia, esse tipo de medida estava distante de resolver os problemas referentes à questão agrária e camponesa de Pernambuco. A própria Constituição Federal da época impedia a realização da reforma agrária e a conquista no caso do Engenho Galileia era um caso que reunia condições excepcionais. A partir dessa experiência tornou-se mais claro para a direção das Ligas que a bandeira da reforma agrária precisava radicalizar-se devendo ser conquistada na “na lei ou na marra”.

A adoção de uma postura mais radical na luta pela reforma agrária é fundamentada na defesa de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha. Dessa maneira, as Ligas passaram a resistir ordens judiciais de despejos e ocupar novos engenhos e fazendas. As ocupações dos engenhos Pindobal, Cova da Onça, Catanduba, Manassu e Camassari ganharam notoriedade na imprensa nacional incluindo definitivamente o campesinato na vida política do país, encerrando a “paz agrária”, que durante décadas havia garantido o controle das oligarquias e a burguesia industrial sobre os camponeses e os trabalhadores rurais⁸³.

É necessário esclarecer que as Ligas Camponesas não tinham um comando homogêneo e havia sérias disputas sobre as decisões políticas e a direção do movimento. Essas disputas, que expressavam as diferentes concepções partidárias existentes, resultantes das diferentes análises sobre a realidade brasileira e dos efeitos da crise do movimento comunista internacional, interferiram diretamente na trajetória e destinos das Ligas Camponesas.

Até 1962 as Ligas ocuparam uma posição hegemônica no movimento camponês. Todavia, com a legalização dos sindicatos rurais, o PCB que dirigia a União dos Trabalhadores e Lavradores agrícolas do Brasil (ULTAB), e era aliado do presidente João Goulart, passou a ter a preferência para liberação das cartas

⁸¹ AZEVEDO, 1982, p. 71.

⁸² Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

⁸³ AZEVEDO, 1982, p. 98, 99.

sindicais (documento que legaliza os sindicatos diante do Ministério do Trabalho). Setores da Igreja também receberam prioridade na legalização dos sindicatos que dirigiam. Era uma intervenção do Estado no sentido enfraquecer a influência das Ligas Camponesas.

As cartas sindicais, liberadas pelo Ministério do Trabalho, seriam concedidas prioritariamente ao PCB e aos setores da Igreja que atuavam na área rural, e resultariam na segmentação ideológica e política dos camponeses e dos trabalhadores rurais, deslocando assim a liderança das Ligas e isolando-as politicamente. Estas por sua vez, ao radicalizarem a sua visão política e ao tentarem criar uma estrutura nacional que disputasse o papel de contrapeso à ação da ULTAB, e ao deslocarem do Nordeste os seus melhores militantes, enfraquecem-se regionalmente. (AZEVEDO, 1982, p. 99).

Esse processo iniciou um conflito duro entre as Ligas Camponesas e o PCB. Enquanto as Ligas defendiam a radicalização da reforma agrária, realizando ocupações de engenhos e fazendas, o PCB priorizava a luta por melhorias salariais e melhores condições de trabalho, defendendo uma reforma agrária a partir da desapropriação baseada no valor fiscal da terra. O desenvolvimento desse conflito expressava projetos políticos distintos para o país. A aproximação de Francisco Julião com a Revolução Cubana influenciava diretamente as Ligas Camponesas, que passaram a defender um projeto de revolução socialista para o Brasil, intensificando o choque com o PCB, que ao defender o caráter nacional-democrático da revolução brasileira submetia a luta pela reforma agrária aos interesses da aliança com a chamada burguesia nacional⁸⁴.

A posição do PCB sobre a reforma agrária e a defesa da aliança com a burguesia nacional vai explicar a preferência recebida por parte do governo João Goulart na liberação de cartas sindicais. Porém o partido não estava unificado nessa posição. Parte da direção estadual de Pernambuco, que atuava no movimento camponês passou a realizar questionamentos e se aproximar da postura mais radical das Ligas Camponesas.

Esse grupo de militantes do PCB, denominado “anti-partido”, comandado por Clodomir Moraes, integrado também por Amaro Luiz de Carvalho, compreendia que o campesinato era a principal força revolucionária do movimento social do campo. Também não concordavam com a subordinação da questão agrária à aliança com a burguesia nacional, expressada pela defesa do caráter nacional democrático da

⁸⁴ AZEVEDO, 1982, p. 87.

revolução brasileira e acusavam a formulação do PCB sobre a reforma agrária de tecnicista, pois limitava-se a defender as desapropriações apenas dos latifúndios improdutivos.⁸⁵

As teses do chamado grupo “anti-partido” foram derrotadas no V Congresso do PCB, realizado em 1960, porém tornaram-se hegemônicas nas Ligas Camponesas. A ruptura definitiva do grupo “anti-partido” e das Ligas com o PCB só aconteceu em novembro de 1961, por conta da realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, convocado pela ULTAB, que era dirigida pelo PCB. O Congresso reuniu 1400 delegados, a maioria ligada aos sindicatos vinculados a ULTAB e uma parcela reduzida ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que atuava apenas no Rio Grande do Sul. A bancada das Ligas Camponesas era de apenas 215 delegados. Apesar de minoritária, a defesa da Reforma Agrária na Lei ou na Marra empolgou os camponeses e trabalhadores rurais presentes no Congresso e as teses do PCB foram derrotadas⁸⁶.

A partir desse momento, a ruptura entre as Ligas e o PCB torna-se definitiva, quebrando a unidade de ação tática do movimento social agrário, e seria expressa pela ação paralela, com orientações divergentes no campo da esquerda entre os sindicatos rurais que surgiriam em fins de 1962, controlados pelos comunistas, e as Ligas, que atuam em faixa própria, embora passem a disputar o controle político dos sindicatos com os comunistas e a igreja⁸⁷.

Após a ruptura definitiva com o PCB, as Ligas passam a preparação do seu projeto revolucionário para o país, que, diferente da via pacífica do PCB, identificava a inviabilidade da conquista de mudanças estruturais sem um confronto com o bloco industrial-agrário.

Diante dessa análise, a direção das Ligas Camponesas decidiu criar o seu dispositivo militar, e passou a transferir os seus melhores quadros para os campos de treinamento guerrilheiro, localizados no Nordeste de Goiás, nas cidades de Dianópolis e Almas-Natividade⁸⁸.

O comando dos campos de treinamento teve a direção no início de Joaquim Ferreira, que depois seria substituído por Amaro Luiz de Carvalho⁸⁹, o que demonstra a importância política daquele que viria a ser o impulsionador do

⁸⁵ AZEVEDO, 1982, p. 89

⁸⁶ AZEVEDO, 1982, p. 90.

⁸⁷ AZEVEDO, 1982, p. 90.

⁸⁸ AZEVEDO, 1982, p. 90.

⁸⁹ AZEVEDO, 1982, p. 90.

surgimento do PCR.

Além da iniciativa militar, as Ligas passaram a desenvolver um trabalho legal na região, com o objetivo de conquistar novos militantes. Então foi criada a Associação Goiana de Trabalhadores do Campo, que rapidamente expandiu-se através de 17 delegacias, atuando próximo aos campos de treinamento⁹⁰.

O funcionamento orgânico das Ligas Camponesas era descentralizado, o que diante da diversidade de organizações, causava dificuldade de unidade política, provocando disputas na direção política e no comando militar. Francisco Julião já havia realizado uma tentativa de unificar a direção das Ligas Camponesas, fundando o Movimento Radical Tiradentes (MRT), em 1961. Porém, a eleição de 1962 gerou uma grande tensão entre o setor militar e o setor político, culminando com a expulsão de Francisco Julião, que teria concentrado os recursos das Ligas na eleição para a Assembleia Legislativa, priorizando a luta eleitoral em detrimento da luta armada⁹¹.

Toda esta situação enfraqueceu as Ligas Camponesas e o seu dispositivo militar. A implementação de campos de treinamento guerrilheiro teve vida breve, sendo desmantelado totalmente em 1962. Com o isso o MRT foi extinto, restando para as Ligas à reativação do seu Jornal *A Liga*, e a rearticulação de suas bases mais fortes, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná. Acre e Distrito Federal, tendo em vista que nos demais estados havia acontecido uma desarticulação.

Amaro Luiz de Carvalho e outros militantes que viriam a ingressar no PCR como, Manoel Aleixo e Amaro Félix (ambos assassinados pela Ditadura Militar), vivenciaram de maneira direta toda essa trajetória política das Ligas Camponesas, do seu nascimento e auge até a sua decadência.

Assim, toda a intensidade das lutas sociais desenvolvidas no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960, as ações desenvolvidas pelas Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, especialmente na Zona Canavieira de Pernambuco, o debate ideológico entre os diferentes partidos políticos, que atuavam no campo através das Ligas Camponesas (especialmente o conflito entre as Ligas e o PCB), foram fatores decisivos para o surgimento do PCR, e influenciaram diretamente as suas formulações, especialmente a escolha do Nordeste como área principal de atuação e

⁹⁰ AZEVEDO, 1982, p. 90.

⁹¹ AZEVEDO, 1982, p. 94.

Zona Canavieira como região onde deveria ser iniciada a luta armada por meio da Guerra Popular.

2.2 A ruptura com o PC do B

Quando no início de 1966, Amaro Luiz de Carvalho, ainda militante do PC do B, desembarcou no Brasil após realizar um curso militar na China, estava convencido da necessidade de organizar um processo de luta armada no país, através da formação de uma guerrilha rural a partir do Nordeste brasileiro.

A formação militar que recebeu no país de Mao TseTung confirmou na sua consciência o plano guerrilheiro que já vinha sendo debatido por ele e Ricardo Zarattini. A própria trajetória política de Amaro Luiz de Carvalho como liderança rural em Pernambuco, a atuação nas Ligas Camponesas e a sua participação no comando militar da Guerrilha de Dianópolis, somado à crise no PCB e a polarização internacional do movimento comunista, pavimentaram o caminho para a convicção do plano que vinha sendo amadurecido.

José Luiz Del Roio, em seu livro *Zarattini Uma Paixão Revolucionária*, indica que caso Amaro Luiz de Carvalho soubesse da preparação da Guerrilha do Araguaia, o PCR não seria criado, tendo em vista que a principal crítica de Amaro e dos demais militantes que romperam com o PC do B e fundaram o PCR consistia exatamente que o PC do B falava em organizar uma guerrilha, mas não levava a cabo essa proposta.

Existe uma ironia neste episódio. Um núcleo restrito da direção do PC do B, em grande segredo, já havia decidido preparar o terreno para desencadear a guerra revolucionária, que realmente aconteceria entre 1972 e 1974 no sul do Pará e que ficou conhecida como “as guerrilhas do Araguaia”. Provavelmente, sendo um quadro camponês e treinado militarmente, Amaro teria sido um dos primeiros deslocados para aquela área. (DEL ROIO, 2006, p. 62).

A reflexão de Del Roio faz todo o sentido. Amaro Luiz de Carvalho desconhecia que a Guerrilha do Araguaia estava sendo preparada por um núcleo muito secreto do Comitê Central do PC do B, tomando uma decisão que pode ser considerada precipitada aos olhos de hoje.

Segundo Ridenti:

Desde 1966 o Partido já tinha militantes vivendo na região. A partir de 1967, especialmente depois da promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, foram

chegando novos "moradores" do PCdoB ao local, geralmente pessoas muito procuradas nas cidades pela polícia, por vinculação ao movimento estudantil. Teoricamente, o PCdoB discordava do foquismo inspirado na Revolução Cubana, era crítico dos grupos de esquerda que negavam a ideia do partido na condução da guerrilha rural, bem como das atividades da guerrilha urbana. O não envolvimento do PCdoB com as ações armadas nas cidades permitiu que a organização se preservasse relativamente das investidas policiais, o que lhe deu melhores condições de realizar o sonho de tantos outros grupos: deflagrar a guerrilha rural. (RIDENTI, 2005, p. 225)

Sem saber da preparação da Guerrilha, Amaro passou a pressionar o PC do B para iniciar o processo de construção da guerrilha. Quando o PC do B, em 1966, decidiu lançar o documento *União de todos os brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, propondo a convocação de uma Assembleia Constituinte como instrumento para derrotar a Ditadura Militar, Amaro se convenceu de que o Partido não iria levar adiante a proposta de desenvolver uma guerrilha rural, que o partido seguiria o mesmo caminho reformista do PCB.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá⁹², esse Documento teria sido o estopim para o surgimento dos rachas no PC do B, o PCR e a Ala Vermelha. Gorender apresenta a mesma opinião, destacando as contradições na formulação política do PC do B:

Nunca cópia quase sem retoques na linha do PCCH durante a guerra antijaponesa, a direção do PC do B formula a tática da *união dos patriotas*. Portanto, uma frente amplíssima para a qual se oferece um programa de reformas. Ferozmente hostil à luta pelas reformas de base ao tempo do Governo João Goulart, o PC do B recomenda reformas assemelhadas sob o Governo de Castelo Branco. O que se compõe com a luta por um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas, e a convocação da Assembleia Constituinte livremente eleita. Embora se fale em derrubar a ditadura militar, é inequívoco o caráter eleitoral da saída apontada. (GORENDER, 1987, p. 108)

Essa cópia quase irretocável que Gorender crítica não é exclusividade do PC do B. Na realidade vamos ver essa transposição de modelos em praticamente todas as organizações de esquerda que surgiram nesse período, inclusive no próprio PCBR de Gorender, que mantinha em seu programa uma concepção etapista da revolução brasileira, apenas parcialmente diferente do que já diziam PCB, PC do B e PCR.

Como explica Ridenti (2005, p. 236), essa adequação de modelos e experiências internacionais à realidade brasileira é resultado de lacunas políticas resultantes da limitação analítica não apenas da esquerda, mas também dos

⁹² REIS FILHO; SÁ, 1985.

teóricos das universidades acerca da sociedade brasileira.

Também descontentes com a demora do PC do B em desencadear a luta armada, militantes do Centro-Sul do país, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Brasília e Maranhão, aglutinados em torno de dirigentes partidários que, assim como Amaro Luiz de Carvalho, haviam realizado curso militar na China e atuado anteriormente nas Ligas Camponesas⁹³, passaram a pressionar o partido para acelerar o processo de início da luta armada. Tal como os militantes que fundaram o PCR, os militantes que posteriormente fundaram a Ala Vermelha também acusavam o PC do B de falta de democracia interna e criticavam os métodos de direção. Uma parte deles foi expulsa do Partido, se juntaram aos demais descontentes do Centro-Sul e criaram em 1967 a nova organização denominada PC do B – Ala Vermelha⁹⁴.

Nota-se que o envio de delegações do PC do B para a realização de cursos militares na China em 1964, 1965 e 1966⁹⁵ resultou na ampliação da tensão interna para a efetivação do prometido processo de construção da guerrilha no Brasil. Assim se deu com os militantes do Nordeste que fundaram o PCR e com os militantes do Centro-Sul que criaram o PC do B – Ala Vermelha⁹⁶.

Nas academias chinesas todos haviam apreendido sobre a necessidade da presença de condições objetivas e subjetivas para a deflagração da luta armada, sem as quais se tornava inviável qualquer expectativa de ações revolucionárias para a tomada do poder. Estudaram também a importância de um partido comunista forte e democrático respaldado pela classe operária, pelos camponeses e pela população geral. Era uma questão essencial para a condução da guerra popular prolongada, a qual deveria ser travada a partir de áreas densamente povoadas, que apresentassem um vigoroso enraizamento partidário entre os camponeses, o qual se refletiria em um considerável grau de politização – o que exigia um elevado nível ideológico dos próprios quadros partidários. (SILVA, 2006, p.162).

A análise realizada por Daniel Aarão e Jair Ferreira, segundo a qual, a posição de lançar uma campanha convocando uma Assembleia Constituinte é o

⁹³ SANTANA, Cristina de Soares: O Maoísmo na Esquerda Brasileira: A trajetória do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha. Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/Soares_Santana.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁹⁴ GORENDER, 1987, p 109, 110.

⁹⁵ SANTANA, Cristina de Soares: O Maoísmo na Esquerda Brasileira: A trajetória do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha. Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/Soares_Santana.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁹⁶ Apesar de desenvolverem críticas semelhantes ao PC do B e receberem grande influência do próprio, PCR e Ala Vermelha não se unificam. O PCR opta pelo caminho de desenvolver a guerrilha no Nordeste, e a Ala Vermelha, como explica Gorender (GORENDER, 1987, p. 110) vai estabelecer como ação o foquismo, participando de ações armadas em São Paulo, como o assalto ao carro pagador do Banco Lavoura, em Mauá.

estopim para os rachas no PC do B, se confirma através do referido editorial do *Jornal A Luta*, que classifica o documento *União de todos os brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, como “abertamente reformista, em que um resto de fraseologia revolucionária não conseguiu encobrir a adesão às teses cardeais do revisionismo”, afirmando que “alguns comunistas prevendo esse desenlace se rebelaram contra a direção antiproletária do PC do B”⁹⁷.

Parecia haver um descompasso no PC do B entre o que se falava da luta armada e a possibilidade real de desenvolvê-la. A grande propaganda em defesa de uma Guerra Popular como método de luta e a própria relação com a China atraiu muitos jovens e militantes experientes que tinham divergências com o PCB, mas a dificuldade de dar respostas a todo esse anseio tornou inevitável a fragmentação do partido.

O editorial do *Jornal A Luta*⁹⁸ nº 05, de abril de 1968, lançado quando Amaro Luiz de Carvalho ainda estava vivo, intitulado *PC do Brasil: grupelho contrarrevolucionário que vive da revolução* apresenta de maneira clara essa crítica:

No primeiro período, a plataforma programa do PC do B, elaborada hábil e demagogicamente por seus dirigentes ao preconizar a luta armada, fazia com que muitos verdadeiros comunistas e revolucionários procurassem o PC do B. A ilusão desses elementos veio aumentar ainda mais quando Amazonas e seus asseclas, apesar de na plataforma programa de 62 terem elogiado a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aderirem ao PC da China nas divergências sino-soviéticas, posição fixada com o artigo “Resposta a Kruschev”⁹⁹, com o qual passaram a ter total apoio do PC da China.

...Até o golpe, puderam assim aumentar seu prestígio entre os revolucionários de nossa Pátria e, não fosse o sectarismo e isolacionismo que punham a nu o seu oportunismo de “esquerda”, aliado à total incapacidade de direção e organização de que são dotados, teriam tido uma influência ainda maior. (LUTA IDEOLÓGICA, p. 31, 32)

As críticas que os fundadores do PCR faziam ao PC do B não se restringiam ao debate sobre a luta armada e a dilação para preparação da guerrilha popular, apesar desta ser a questão central da polêmica. É importante lembrar que todos os fundadores do PCR eram militantes do PC do B no Nordeste, exceto Zarattini, que era de São Paulo, mas que também dedicou grande parte da sua atuação madura

⁹⁷ Revista LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 32. A Revista Luta Ideológica era produzida pelo PCR e reunia os principais editoriais do *Jornal A Luta*, também produzido pelo PCR.

⁹⁸ *Jornal do PCR durante a Ditadura Militar*

⁹⁹ PC do B. Resposta a Krusche. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/07/27.htm> Acesso em: 12 mar. 2016.

junto a Amaro Luiz de Carvalho, em Pernambuco. Assim, parte dos problemas que os fundadores do PCR apresentavam contra o PC do B são resultados das dificuldades orgânicas entre a direção do partido e os militantes da região.

O editorial nº 05 do Jornal A Luta segue revelando as críticas aos problemas de organização verificados no PC do B:

Assim é que a organização do PC do B no Nordeste resultou única e exclusivamente do espírito de iniciativa e de uma exigência concreta dos comunistas daqui mesmo. Os dirigentes do PC do B, não se deslocaram para o Nordeste e as visitas esparsas e por curto período que um assistente da direção aqui fazia, criava mais problema do que resolvia os que já existiam.

Os métodos tradicionais e burocráticos de trabalho desses dirigentes, em combinação com a política de “segurança absoluta”, levava-os a uma total separação das massas e principalmente dos elementos de vanguarda. Esses dirigentes passaram a ter relações tão somente com os elementos do aparelho partidário em que depositavam maior confiança. Passaram em realidade a uma vida de seita, encerrados quase que permanentemente em casas ou apartamentos, tendo em vista o resguardo pessoal, sendo que a compreensão do mundo exterior vinha tão somente da leitura das publicações e jornais burgueses.

Del Roio narra um episódio que torna pertinente as críticas dos fundadores do PCR com relação ao trabalho de organização do PC do B no Nordeste. Quando os militares deram o Golpe, em 01 de abril de 1964, Ricardo Zarattini estava no interior de São Paulo. Após ir à capital paulista e verificar os sindicatos invadidos pelo exército, decidiu retomar o contato com Amaro Luiz de Carvalho em Pernambuco, com quem já havia estabelecido relação nos anos anteriores.

Porém,

Passou alguns meses nesse processo. Conseguiu contatar Amaro, que se encontrava em graves dificuldades, perseguido, sem recursos, nem documentos, e havia perdido as ligações com o seu partido, o PC do B. Para ajuda-lo a reatar essas relações decidiram ir ao Sul, onde Zarattini conhecia alguns dirigentes daquele partido, como Lincoln Cordeiro Oest e Carlos Nicola Danielli, além de João Amazonas, que seria mais tarde secretário geral do partido. Através de dois antigos simpatizantes do PCB, Ivete Sitta e Prudente MacKinight, localizaram esses dirigentes e com eles conversaram em Niterói. (DEL ROIO, 2006, p. 52).

A situação em que Ricardo encontrou Amaro após o Golpe expressa a dificuldade de ligação que a direção do PC do B tinha com o trabalho partidário no Nordeste. Apesar de todos os problemas possíveis para construir um partido comunista em meio a uma Ditadura Militar, o abandono de militantes em situação de risco revela a ausência de preparação para uma conjuntura de falta de liberdades

democráticas e indica que o PC do B, apesar de criticar o apassivamento do PCB diante do Golpe de 1964, também não estava em nada preparado para aquela nova conjuntura política.

E ainda neste aspecto da ausência de preparação para um golpe, residiam mais críticas dos fundadores do PCR. Primeiro, por prometer uma resistência a partir dos militares que não existiu:

A covardia diante da ditadura recém-instalada, a constatação de mentiras, como aquela em que apregoavam uma direção militar sobre grupos de sargentos e marinheiros que nunca tiveram, além da existência de grupos armados do PC do B, cuja localização por ser “segredo militar” não era revelada, mas que em verdade nunca existiram, faziam com que se tornasse evidente aos militantes de maior consciência revolucionária o apodrecimento de seus dirigentes. (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 33-34).

Segundo, pelo isolamento de contato com outras forças políticas:

Outro exemplo que atesta bem a incapacidade política desses dirigentes e o grau de isolacionismo em que se encontravam é o fato de que somente na última semana que antecedeu ao golpe é que foi adotada a resolução de se entrar em contato, como Partido, com os políticos progressistas da burguesia nacional, entre eles Brizola, substituindo os encontros isolados que alguns dirigentes mantinham, vistos sempre com suspeição esquerdista. (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 33-34).

É interessante a caracterização que o PCR apresenta Brizola, como representante do setor progressista da burguesia nacional. O PCR, tal qual todos os demais partidos de tradição comunista que surgiram no período pré e durante a Ditadura Militar, vai compreender a Revolução Brasileira de maneira etapista, sendo necessário na primeira etapa uma aliança com a burguesia nacional para derrotar o imperialismo.

Para finalizar, apesar da nítida influência das teses maoístas nas elaborações programáticas e políticas, o PCR acusa o PC do B de seguidismo em relação ao PC da China, inclusive condenando um suposto apoio material que o PC do B recebia dos chineses.

A esse grupelho contrarrevolucionário, de vida fácil e burguesa, não interessa a Revolução. Em verdade ele sobrevive política e materialmente dela. Política, porque somente quando o processo revolucionário se manifestar de modo estável e permanente, através da luta armada, é que esses senhores se desmoralizarão por completo. Materialmente, sua morte vai ocorrer quando o PC da China fizer autocrítica e deixar de fornecer auxílio a esse grupelho que não tem nenhuma base social para sobreviver a partir das forças internas de nosso país. (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 35)

É interessante perceber que apesar de não ter relação, nem concordância com a linha política do PCUS após o seu XX Congresso, o PCR não estabeleceu uma condenação por tabela ao PC Cubano, que mantinha relações com o PCUS. Nota-se assim duas questões: primeiro, o exercício do PCR em ter autonomia na política; segundo, o reconhecimento do prestígio da Revolução Cubana, que por ter sido conquistada através de uma luta guerrilheira tinha a simpatia do PCR.¹⁰⁰

A dilatação em relação à luta armada como carro chefe, acrescida pelos problemas organizativos do partido no Nordeste e a ausência de preparação para resistir ao Golpe Militar foram as razões apresentadas por Amaro Luiz de Carvalho e Ricardo Zarattini para romper com o PC do B, iniciar uma busca por outros militantes descontentes e fundar o PCR.

Por fim, é necessário colocar uma importante ironia da história. Apesar das acusações de descompromisso com a construção de uma guerrilha rural, o que levou a ruptura tanto do PCR, quanto da Ala Vermelha, o PC do B foi a única organização política do Brasil que segundo Ridenti (2005, p. 225) construiu uma experiência de luta armada que pudesse ser chamada de guerrilha rural, a Guerrilha do Araguaia.

2.3 A concepção programática do PCR: O Nordeste como área principal da Revolução

A Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários, escrita em maio de 1966, por Amaro Luiz de Carvalho e Ricardo Zarattini, foi o documento que lançou a plataforma política para a construção do PCR, tornando-se o principal documento do Partido neste período da Ditadura Militar. A Carta também subsidiou o Programa do PCR, que junto com os Estatutos foram lançados em fevereiro de 1968¹⁰¹.

Jacob Gorender, explicando a influência do Partido Comunista Chinês e das ideias maoístas no Brasil, afirma que a partir de 1966, exemplares do folheto *Salve a Vitória da Guerra Popular*, de Lin Biao, até então comandante do exército popular chinês, passaram a circular de mão em mão contribuindo para forjar a atmosfera

¹⁰⁰ José Luiz Del Rio, na biografia de Ricardo Zarattini, um dos fundadores do PCR, inclusive o classifica como “guevarista”. DEL ROIO, 2006, P. 50

¹⁰¹ Nos documentos do PCR que tivemos acesso sempre encontramos a denominação da referida Carta como Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários, diferente da denominação de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá no livro *Imagens da Revolução*, cujo documento é apresentado com a denominação de Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários.

militarista da esquerda brasileira no final dos anos 60¹⁰².

Segundo Del Roio, é justamente esse material que Amaro Luiz de Carvalho trouxe consigo da China neste mesmo ano, quando retornou da sua participação do curso de formação militar, integrando uma delegação de 10 militantes enviados pelo PC do B¹⁰³.

O folheto de Lin Biao procura explicar o que veio a ser conhecido como Pensamento Mao Tse-Tung, e tinha por objetivo exportar a experiência chinesa para outros países considerados atrasados, coloniais ou semicoloniais. O texto, além de apresentar o camponês como classe revolucionária decisiva, consistia em defender: a) A Guerra Popular Prolongada como tática internacional; b) A defesa da tática da Frente Única; c) contradição principal entre nação e imperialismo; d) defesa da revolução agrária; e) defesa da revolução democrático nacional em transição ao socialismo; f) formação do exército popular; g) tática do cerco da cidade pelo campo; h) apoiar-se nas forças próprio povo.¹⁰⁴

A observação sobre as formulações contidas no folheto de Lin Biao é importante para identificar a significativa influência destas formulações na Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários e no Programa do PCR, principais documentos do Partido.

Apesar da influência chinesa no PCR, não há registro na Carta de 12 Pontos nem em seu Programa, tampouco em outros documentos como o Estatuto, as edições do Jornal *A Luta* e a Revista *Luta Ideológica*, de referências ao chamado Pensamento Mao Tse-tung.

Isso chama a atenção, especialmente porque foi exatamente nos primeiros anos de existência do PCR que se desenvolveu na China a chamada Revolução Cultural, que repercutiu em todo o mundo e promoveu a massificação da influência chinesa e do chamado Pensamento Mao Tse Tung. Foi nesse período que o *Livro Vermelho*, contendo citações de Mao Tse Tung foi amplamente difundido na China e nos demais países.

Havia uma preocupação do PCR em não ser considerado correia de transmissão do PCUS ou do PCCH, diferenciando-se do PCB e do PC do B. O editorial do Jornal *A Luta* de setembro de 1967, chamado “Nossas ideias, nossos

¹⁰² GORENDER, 1987, P. 82, 83.

¹⁰³ DEL ROIO, 2006, P. 62

¹⁰⁴ BIAO, Lin, Viva el Triunfo de la guerra popular! Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/lin/1965/guerrapop.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

objetivos”, apresenta uma elaboração que reforça a condenação do apoio material recebido pelo PCB e PC do B do PCUS e do PCCH, respectivamente:

Nesse sentido, repelimos o “internacionalismo” das direções que usurpam o nome de Partido, utilizando-o mercenariamente junto a certas nações socialistas. Essas direções são corpos estranhos em relação ao nosso povo, não tem responsabilidades para com ele, dele vivem separados, e o seu dever não é fazer a Revolução, mas sim fazer a propaganda e a defesa daquelas nações que a subsidiam. (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 13-14).

Seguindo inclusive a orientação de Lin Biao, o PCR advogou a tese de que a revolução deveria ser realizada a partir dos esforços do próprio povo, a partir do desenvolvimento da luta de classes do próprio país.

O Ponto 11 da Carta diz o seguinte:

11 - Os revolucionários e marxistas-leninistas tem como ponto de honra para suas atividades se apoiarem nos seus próprios esforços. Em nossa Pátria o desenvolvimento de uma autentica revolução exige que ela surja como exigência das forças internas do país. Revolução não se importa e nem se exporta. O auxílio que os países que já se libertaram do imperialismo ianque possa nos dar deve ter um caráter essencialmente político. O principal, o mais importante é que a revolução exige que ela surja como exigência das forças internas. Alias, a aplicação desse princípio é o requisito básico para que a guerra popular venha se processar. (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 05).

Essa formulação de construir materialmente o Partido e o processo revolucionário a partir do apoio popular, criticando o apoio externo, não poderia deixar de ser considerada como uma atitude ousada, especialmente porque o PCR era um partido pequeno e com baixa capilaridade social. De toda forma, a opção indicava um caminho que exigia do partido construir uma relação de ligação com a base social que se pretendia conquistar, os operários e camponeses.

O ponto 01 da Carta de 12 Pontos identifica que no Brasil a contradição principal era entre os interesses da nação e os interesses do imperialismo. Esta formulação denuncia ainda a participação direta dos Estados Unidos e de setores da alta burguesia nacional no Golpe Militar apoiada internamente na burguesia nacional e nos latifundiários contra João Goulart e no estabelecimento de uma Ditadura Militar.

1. A contradição principal que se manifesta em nossa sociedade é aquela entre o imperialismo norte-americano e nosso povo. A natureza agressiva do imperialismo exige uma constante aplicação de sua política de dominação e exploração, em virtude desse fato, o imperialismo ianque

dirigiu e executou por intermédio dos militares reacionários, os gorilas, o golpe de 1º de abril de 1964. Estabeleceu uma ditadura militar apoiada internamente na burguesia nacional e nos latifundiários. (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 01)

Essa compreensão que o PCR apresenta, denominada etapista, pois dividia o processo revolucionário de superação do capitalismo em etapas, segundo a qual a primeira etapa consistia numa revolução democrática para libertar a nação do jugo do imperialismo, não se diferencia, em que pesem outras divergências, da definição estabelecida pelo PCB, PC do B, PCBR, ALN.

O que diferenciava as organizações políticas que defendiam esse ponto de vista era a tática adotada para derrotar a Ditadura Militar: se seria a luta armada ou não, se seria guerrilha urbana ou rural, o entendimento sobre o que seria a burguesia nacional e seu papel na revolução democrática, a proposta organizativa do Partido.

No Programa do PCR a caracterização da Ditadura Militar é mais aprofundada, denunciando o caráter de classe do Golpe. O documento estabelece a relação entre os militares, a alta burguesia nacional e os monopólios internacionais.

Depois do golpe de 1º de abril de 1964 se estabeleceu em nossa Pátria uma ditadura militar em que os “gorilas” com o poder político nas mãos puderam melhor cumprir o repugnante papel de guarda-costas e lacaios, verdadeiros cães de fila.

- 1) dos grupos monopolistas norte-americanos que atuam no Brasil, os “trusts”.
- 2) dos grupos monopolista e financeiros brasileiros que são agentes de interesses estrangeiros e exploram o povo, os conhecidos “testas de ferro”, os “tubarões”, açambarcadores e agiotas.
- 3) dos latifundiários, conhecidos no interior do país como “senhores de engenho”, “coronéis” etc. (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO, 1968).

Diante de uma Ditadura Militar estabelecida com a participação direta do governo estadunidense, num cenário mundial marcado pela Guerra Fria, é compreensível que não apenas o PCR, mas também outras organizações defendessem que a contradição principal no Brasil era entre nação e imperialismo. Dessa maneira, o PCR também chegou a conclusão que setores da burguesia nacional sofriam com a intervenção imperialista no país, que portanto, caberia aos revolucionários a adoção de uma tática que unificasse o proletariado urbano e rural com os setores progressistas da burguesia nacional para enfrentar o imperialismo, constituindo assim uma frente única.

Nesse particular, nosso Programa é decididamente pela frente única, não de palavras ou conversações, mas aquela que resulta de lutas concretas. Ainda mais: quaisquer que sejam as posições equívocas ou as incompreensões de setores ou elementos autenticamente nacionais da burguesia, nosso Programa será cumprido na prática, porque reflete uma exigência básica da atual etapa de nossa revolução, que é democrático nacional e não socialista. (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO, 1968).

Aqui começam a surgir divergências de como conduzir essa frente única. Na avaliação do PCR havia uma divisão da burguesia brasileira em duas frações: a) a alta burguesia, comprometida com os interesses do imperialismo, que dava sustentação a à Ditadura Militar; b) a burguesia nacional, que era vacilante diante das imposições imperialistas, procurando sempre o caminho da conciliação, mas que sofria com as investidas dos grandes monopólios internacionais e passava a ter contradição com os interesses imperialistas¹⁰⁵.

Para que a tática da frente única lograsse êxito, o PCR entendia no seu Programa e na Carta de 12 pontos as seguintes necessidades: a) A existência de um partido revolucionário¹⁰⁶; b) Desenvolver a aliança operário camponesa e atuar com as massas fundamentais da revolução¹⁰⁷; c) A construção de um exército popular¹⁰⁸.

Numa reprodução da tática da Revolução Chinesa, a Guerra Popular Prolongada, que indicava como formulação a constituição de um exército popular, para promover o cerco da cidade pelo campo, o PCR estabelecia como tarefa para conduzir a frente única e o processo revolucionário de libertação nacional a criação de um exército popular, considerada a forma mais elevada de organização das massas e principal forma de luta do Partido.

O local escolhido pelo PCR para iniciar o cerco da cidade pelo campo, a guerrilha rural e a constituição do exército popular é o Nordeste brasileiro, pois, como era apresentado na Carta de 12 Pontos, era a região do país onde a contradição entre os interesses da nação e os do imperialismo se expressavam de maneira mais contundente, e onde, do ponto de vista nacional, representava o campo brasileiro. Sendo assim, essa era a região do país onde o Partido deveria priorizar sua atuação.

¹⁰⁵ LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p 11

¹⁰⁶ LUTA IDEOLÓGICA. Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários, 1971, p. 03

¹⁰⁷ Programa do PCR, 1968

¹⁰⁸ LUTA IDEOLÓGICA. Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários, 1971, p. 04

4. Onde se manifesta de modo mais agudo a contradição entre o imperialismo norte-americano e nosso povo? Nossa resposta é o Nordeste. Região com mais de 20 milhões de habitantes tem sido fonte de matérias-primas e produtos agrícolas para o sul do país e para o exterior, em compensação quase todos os produtos manufaturados que consome importa do sul do país, onde se encontram de fato os grandes grupos econômicos, notadamente os da alta burguesia nacional e do imperialismo norte-americano. Nessas condições o Nordeste é a região mais explorada do país e o seu desenvolvimento teria como consequência a perda de um mercado e de uma fonte de matérias-primas para os referidos grupos econômicos. Além disso uma classe dominante de latifundiários e usineiros controla a principal atividade econômica do nordeste, a deficitária indústria do açúcar, cujos prejuízos descarregam sobre a imensa massa de assalariados agrícolas que exploram.

5. Por isso o Partido da classe operaria deve elaborar sua estratégia e aplicá-la onde se reflete de modo mais agudo a contradição principal. Ai desenvolver, com profundidade, a aliança operário camponesa, através do deslocamento para o campo dos elementos mais avançados da classe operária, dos intelectuais e estudantes com ideologia do proletariado para criar as bases de apoio rurais.

6. (...) Nas atuais circunstâncias, dentro de um ponto de vista regional as grandes cidades e capitais do Nordeste são "cidade" enquanto que o resto é "campo". De um ponto de vista nacional, a área industrial de São Paulo, compreendendo as cidades satélites do ABC, Santos e Rio de Janeiro formam o conjunto que podemos chamar de "cidade", sendo o restante "campo". (LUTA IDEOLÓGICA, 1971, p. 2-4)

Os conceitos de cerco da cidade pelo campo, guerra popular prolongada, guerra de guerrilhas e prioridade da atuação no campo estão presentes na Carta de 12 pontos e no Programa do PCR, refletindo a influência das teses chinesas na elaboração teórica do Partido. Ridenti explica:

Quando se esfacelou o projeto de revolução pacífica e democrática do PCB em 1964, com a crise geral em que submergiram as esquerdas, era de se esperar que os comunistas dissidentes buscassem modelos vitoriosos em outros países como fontes de inspiração para a revolução brasileira - e esses modelos, em geral, privilegiavam a luta armada pela guerrilha rural. Castro, Guevara, Debray, Gunder Frank, Fanon, Mao, Lin Biao, Ho Chi Minh, Giap, dentre outros teóricos da revolução política, econômica, cultural e militar a partir do campo no "Terceiro Mundo", eram fonte de inspiração obrigatória das esquerdas nos anos 1960. (RIDENTI, 2005, p. 236).

É importante lembrar que a própria trajetória de Amaro Luiz de Carvalho, principal idealizador do Partido, como líder camponês, dirigente de sindicato rural em Pernambuco, somado a sua atuação nas Ligas Camponesas e o seu contato com a China explica a escolha do PCR pelo Nordeste como área principal de atuação.

Além disso, o núcleo de fundação do PCR é fundamentalmente nordestino, dos cinco fundadores, apenas Ricardo Zarattini é de São Paulo; Manoel, Valmir e Selma são alagoanos e Amaro pernambucano. Dessa maneira, do ponto de vista da

própria construção orgânica do Partido também fazia todo o sentido a escolha do Nordeste como ponto de partida para a revolução brasileira.

Reproduzimos as propostas do PCR elaboradas no seu Programa, com destaque para a proposta número 5, que prevê o pluripartidarismo e a anulação das cassações dos direitos políticos realizadas pela Ditadura Militar:

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

1) denunciará todos os acordos firmados com o imperialismo norte-americano e confiscará todas as suas empresas;

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

2) confiscará todos os bens dos “testas de ferro” ligados as empresas norte-americanas, bem como todos os bens dos “tubarões” e “atravessadores” que exploram o povo;

3) confiscará todos os bens dos capitalistas nacionais e pequenos e médios proprietários rurais que durante a guerra patriótica colaborem com os inimigos do povo;

4) confiscará as terras dos grandes latifundiários e as distribuirá aos trabalhadores sem terra, onde o arrendamento seja a forma de exploração dominante e formará cooperativas coletivas de produção onde o assalariado predomine;

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

5) permitirá a existência de partidos ou associações políticas de novo tipo, desde que suas ações não contrariem o presente Programa e seus elementos dirigentes não tenham colaborado com os inimigos durante a guerra patriótica, declarando nulo todos os atos de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, bem como serão abolidas todas as medidas através das quais a ditadura persegue e oprime os patriotas;

6) garantirá a liberdade de todos os cultos religiosos sem discriminações;

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

7) garantirá aos trabalhadores das cidades e dos campos a direção das empresas e bens confiscados, bem como a direção da Previdência Social;

8) garantirá aos estudantes de nível superior a sua participação na direção de escolas e faculdades;

9) garantirá aos intelectuais e artistas plena liberdade de pensamento e criação, proporcionando-lhes todos os recursos materiais, especialmente aos que devotem ao desenvolvimento da cultura nacional.

O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

10) dirigirá a economia nacional, ampliará e fará cumprir a legislação trabalhista e promoverá a extensão do ensino, estabelecendo a gratuidade

em todos os níveis para todo o povo. (PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO, 1968)

O PCR se diferenciou das demais organizações de esquerda que surgiram durante a Ditadura Militar por formular um programa que adotou como área principal de atuação o Nordeste brasileiro¹⁰⁹. No que diz respeito ao seu programa, a escolha do Nordeste é no fundamental a principal diferença em relação ao PC do B.

Esta concepção programática fundamentada numa influência teórica das teses chinesas e na trajetória dos militantes que fundaram o partido provocou dentro de um cenário de fragmentação da esquerda, a acusação de regionalismo e dificultou, apesar das conversações, a possibilidade de unificação com outras organizações políticas na época, como a Ala Vermelha, e a Corrente, depois PCBR.

3 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PCR

3.1 A atuação do PCR em Alagoas

Manoel Lisboa e Valmir Costa iniciaram os recrutamentos para o PCR em Maceió logo após os primeiros contatos com Amaro Luiz e Ricardo Zarattini. Os primeiros núcleos organizados por eles eram compostos predominantemente por estudantes¹¹⁰. Existia um espaço vazio na esquerda alagoana, pouca coisa restava do PCB após o Golpe Militar de 1964. Então o PCR se desenvolveu ocupando esse espaço¹¹¹.

Porém, a perseguição política nesse período já era grande, especialmente contra Manoel Lisboa. “Rubens Quintella¹¹² tinha uma sede de pegar Manoelzinho”, relata Iracilda Lisboa, mãe de Manoel. Quintela esteve perto de conseguir seu intento; certa vez Manoel teve que escapar pelas portas dos fundos da residência da

¹⁰⁹ O Programa do PCR hoje é completamente distinto do que fora preconizado no período da Ditadura Militar. Um síntese encontra-se em, PCR.O caráter socialista da revolução. Disponível em:<<http://pcrbrasil.org/pcr/revolucao/>> Acesso em: 12 mar. 2016.

¹¹⁰ DEL ROIO, 2006, P. 66.

¹¹¹ O PC do B, que foi organizado em 1962, iniciou sua atuação em Alagoas a partir do mesmo núcleo que fundou o PCR. Manoel Lisboa, Selma Bandeira, Valmir Costa integravam o PC do B, antes de fundarem o PCR. Dessa maneira, apenas na década de 1970 o PC do B vai se reorganizar em Alagoas.

¹¹² Rubens Quintela era delegado responsável pela perseguição aos comunistas durante a Ditadura Militar.

mãe¹¹³.

Diante disto, a assistência política do PCR em Alagoas ficou sob a responsabilidade de Emmanuel Bezerra, conhecido pelos militantes alagoanos como Flávio. Todavia, Manoel Lisboa, já como principal dirigente do PCR, sempre vinha a Alagoas, tanto para acompanhar o funcionamento do Partido, como para visitar sua mãe, Iracilda Lisboa, que morava no bairro do Farol.

Periodicamente, o Manoel Lisboa vinha a Maceió e mantinha alguns contatos. Mas aqui em Maceió era com o Emmanuel Bezerra, que era um militante de uma dedicação à causa extraordinária. Era uma pessoa de uma vida humilde, franciscana. Ele usava roupas usadas que a gente dava para ele. Ele tinha uma coisa engraçada. Algumas vezes ele foi lá em casa. Nessa época, quando eu me casei, morava no Jardim Acácia, e algumas vezes ele ia lá. Por coincidência, tinha uma empregada doméstica nossa que conhecia ele de uma vila, que ele morava lá no Vergel. E ficava aquela conversa dele com ela. Ele era uma pessoa tão humilde, que ele morava nessa vila. Realmente foi um militante extraordinário, juntamente com Manoel Lisboa, que era outro grande militante (J.COSTA, 2013)

O espírito abnegado de Emmanuel Bezerra, descrito por Jefferson Costa, também se verificava na conduta de Manoel Lisboa, que abriu mão da carreira de médico para desenvolver atividades revolucionárias, sem contar que sua família era rica, o que lhe garantiria uma vida sem dificuldades econômicas.

Alfredo Lisboa, sobrinho de Manoel, explica no documentário *Manoel Lisboa, herói da resistência a Ditadura*¹¹⁴, que a família de Manoel era representante da cervejaria Antártica. Sua avó, conta Alfredo, mãe de Manoel Lisboa, era amiga do proprietário de uma empresa de ônibus que fazia a linha Maceió – Recife. Para impedir que Manoel fosse preso, o proprietário dava ordem ao motorista que parasse o ônibus na porta da casa da mãe de Manoel, garantindo assim uma chegada e partida mais segura. Isso evitou que a Ditadura novamente prendesse Manoel Lisboa em Maceió, como relata Fernando Costa, se referindo ao período que esteve preso pela Ditadura:

Num desses dias, tive um momento de muita apreensão, porque me chegou à informação de que eles estariam levando o companheiro Flávio para a Praça Lions, onde haveria um encontro com o Manoel Lisboa, que era membro, também, do PCR e militava em Pernambuco. Já foram com a seguinte recomendação, depois de amarrarem umas tábuas na perna dele: — Na hora que ele aparecer, se jogue no chão porque a bala vai comer e Manoel Lisboa não sairá vivo desse encontro. Por sorte, Lisboa vinha no

¹¹³ Depoimento prestado no documentário Manoel Lisboa, um comunista revolucionário. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Ke4m219-Svw>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

¹¹⁴ PRONZATO, Carlos. **Manoel Lisboa**: herói da resistência a Ditadura. La Mestiza, 2016.

ônibus e teve a informação de que havia tido essas prisões aqui. Então, no Farol (bairro) mesmo, ele desceu e procurou se esconder. Escapou dessa (F. COSTA, 2013)

Em Alagoas, o PCR contava com militantes metalúrgicos, funcionários dos Correios¹¹⁵, médicos, engenheiros, economistas¹¹⁶. É possível, por conta do trabalho desenvolvido entre os camponeses da Zona Canavieira, que envolvia Alagoas, Pernambuco e Paraíba, que o PCR também contasse com militantes camponeses.

O Jornal Luta Operária, órgão do PCR para o trabalho sindical, edição número 10, de agosto de 1973, indica que o Partido desenvolvia atividades nas Fábricas Brandini e Socôco, localizadas em Maceió, ambas do ramo da indústria alimentícia. A referida edição do Jornal traz uma matéria denunciando a exploração na Brandini. Pelo detalhamento da denúncia e a linguagem apresentada, trata-se de um militante ou um contato do PCR que trabalhava na empresa, eis um trecho:

A maioria dos operários não recebe nem o salário mínimo completo, muitos recebem somente 40 cruzeiros por semana e outros somente 25 cruzeiros. São obrigados a fazer extraordinário nas noites, nos sábados e domingos sem receber remuneração extraordinária por estes serviços a não ser uma gratificação que fica muito distante do pagamento por serviços extraordinários. Além disto, existe uma tal de dona Dina que vive notificando os operários que por cansaço param de trabalhar alguns minutos. Estes minutos são descontados no salário dos companheiros. (LUTA OPERÁRIA, 1973).

O mesmo Jornal traz um depoimento denunciando o gerente da fábrica Socôco por assédio sexual e tentativa de estupro.

O gerente da fábrica, José Amaro, só paga extraordinário para as operárias que aceitam as cantadas dele. Em dezembro do ano passado, uma operária foi botada pra fora porque reagiu quando José Amaro tentou forçá-la sexualmente. Quando os familiares das operárias vão saber porque a operária saiu da fábrica, o defensor e balançador de José Amaro, um tal de Mário, inventa muitas mentiras e defeitos contra as operárias. (LUTA OPERÁRIA, 1973).

Apesar de ter militantes trabalhadores, a frente estudantil foi a que mais notabilizou a atuação do PCR em Alagoas. Cumpriu um papel importante no desenvolvimento dessa frente do PCR o engenheiro Ronaldo Lessa¹¹⁷, que havia participado ativamente do movimento estudantil, vindo a integrar o Diretório de

¹¹⁵ DEL ROIO, 2006, P. 66.

¹¹⁶ O documento 0051/CISA – ESC RCD do Ministério da Aeronáutica, datado de 03 de outubro de 1973 traz uma lista com o nome e codinome de vários militantes do PCR, junto com a sua descrição física.

¹¹⁷ Após a redemocratização, Ronaldo Lessa foi eleito vereador, deputado, prefeito de Maceió e Governador de Alagoas.

Ciências Humanas e Extras da UFAL e também atuado em atividades da UNE, se fazendo presente no Congresso Regional de Salvador, em 1969. No período de organização da frente estudantil do PCR, Ronaldo trabalhava como professor do colégio Moreira Silva, lecionando a disciplina de Desenho.

Por conta da sua atuação estudantil, Ronaldo Lessa foi preso em 1969, mas solto três meses depois. Só depois da sua prisão conheceu o PCR e ingressou no Partido. A experiência de Ronaldo ajudou a consolidar o PCR como uma força política importante no movimento estudantil de Alagoas durante o início da década de 1970. Como explica Regis Cavalcante¹¹⁸:

Foi nesse momento que conhecemos pessoas como Ronaldo Lessa, que, naquela ocasião dos estudos secundários, lecionava Desenho no colégio Moreira e Silva e já trazia na bagagem toda uma experiência de militância no movimento estudantil. Ali, em 1968, compreendemos a importância da organização e da mobilização na escola, mesmo que se limitasse ao bebedouro ou a uma área de lazer, pois lá fazíamos exercícios num barreiro, por trás do CEPA. (CAVALCANTE, 2014, p. 21)

Então houve intensa articulação para retomar a direção do DCE da UFAL. Nessa engenharia para a organização de forças e a costura da unidade, Dênis tornou-se candidato e ganhou a eleição para presidente da entidade. Nesse momento, o Partido Comunista Revolucionário, o PCR, atuou no processo e apoiou sua candidatura. Pelo Partido, Ronaldo Lessa desempenhou papel importante, articulando candidatos aos cargos de direção. (CAVALCANTE, 2014, p. 50)

O trabalho de divulgação das ideias do PCR entre os estudantes secundaristas e universitários se dava por meio de panfletagens realizadas nas escolas e na UFAL. Como explica Regis Cavalcante:

Os próprios agentes da ditadura chamavam nossa atenção para os jornais partidários clandestinos circulavam como “A Voz Operária” e o “Luta Estudantil”, este do PCR que já circulava nas escolas, mas nós não tínhamos conhecimento. Na ânsia de obter informações dos “jovens subversivos” secundaristas, eles acabavam passando informações sobre as atividades partidárias na clandestinidade, pouco conhecidas por nossa turma. (CAVALCANTE, 2014, p. 21)

E Fernando Costa, que era uma das lideranças estudantis do PCR na UFAL:

Na Ufal, tínhamos o jornalzinho ‘DCE’ e, no PCR, mantínhamos o ‘Luta Estudantil’. Portanto, eu, o Dênis e outros colegas do PCR escrevíamos nos dois veículos, o que terminou por dar pistas a repressão, que associou os textos e identificou estilos”. lembra Fernando Costa, que também atuou como uma das lideranças universitárias do PCR. (CAVALCANTE, 2014, p. 53)

¹¹⁸Regis Cavalcante atuou no PCR até 1973. Depois ingressou no PCB e hoje é presidente do PPS em Alagoas.

Com o crescimento do Partido entre os estudantes, especialmente na UFAL, o PCR assumiu a tarefa de reorganizar o movimento estudantil universitário, que estava desarticulado por conta das dificuldades impostas pela repressão da Ditadura Militar.

Esse início coincidiu com o meu início também no curso de História na Ufal. Eu me elegi para o diretório e começamos um trabalho de reestruturação do movimento estudantil. Inicialmente no diretório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na época. Estruturamos o diretório e, a seguir, entrei no DCE, Diretório Central dos Estudantes, juntamente com o Denis Agra, Breno Agra, Fernando Costa, meu irmão, Denisson Menezes. (J. COSTA, 2014).

De acordo com Jefferson Costa, que foi presidente do DCE na gestão 1972/1973, o caminho adotado pelo PCR para reorganizar o movimento estudantil na UFAL passava por colocar em primeiro plano as reivindicações mais sentidas pelos estudantes, priorizando por em funcionamento os diretórios estudantis que estavam fechados e logo em seguida dar vida ao Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Conseguimos estruturar, me parece, treze diretórios estudantis. Eles nos acompanhavam não pela questão política de esquerda, mas pela correção da política que nós adotávamos, pelo trabalho que nós fazíamos, que era sempre ligado às aspirações dos estudantes. Por exemplo, era a luta contra o ensino pago que estava começando a ser implantado, por exemplo, cobrando taxa na Residência Universitária, já cobravam uma taxa de matrícula, inicialmente de cinco cruzeiros — não me lembro da moeda da época —, de repente, no ano seguinte já passavam a cobrar 19 cruzeiros. Gradativamente, eles estavam implantando o ensino pago. A nossa luta principal no movimento estudantil foi essa. Conseguimos fazer com que os treze diretórios funcionassem, todos eles tendo um jornalzinho, fazendo promoções. O DCE, por exemplo, praticamente mantinha a FADU [Federação Alagoana dos Desportos Universitários], porque, na época, tinha muito dinheiro para esporte, mas dinheiro para as entidades que seguissem o... mas não era o caso aqui de Alagoas, onde a FADU, na época dirigida pelo Ronaldo Lessa, não recebia praticamente nada da reitoria da Ufal. O DCE, com o dinheiro das carteiras de estudante, sustentava a FADU, ajudava ainda aos treze diretórios. Os diretórios recebiam uma ajuda da Reitoria, mas era uma coisa muito insignificante. Ressuscitamos o Teatro Universitário. Promovemos novos festivais de música, tinha o Festival de Música Popular do Nordeste, várias peças sob a direção do Denisson Menezes. (J. COSTA, 2014).

De acordo com o historiador Alberto Saldanha, as principais lideranças do PCR na UFAL eram: Dênis Agra (presidente do DCE na gestão 1971/1972); Jefferson Costa (presidente do DCE na gestão 1972/1973); Breno Agra (presidente do D.A de Engenharia na gestão 1972/1973); Denisson Menezes (presidente do Teatro Universitário Alagoano na gestão 1972/1973); Fernando Costa e Norton

Sarmiento, além desses o vice-presidente do DCE na gestão de 1969, Flávio Lima¹¹⁹.

A política ampla que o PCR desenvolveu, levando em consideração de maneira prioritária as principais reivindicações estudantis, tornou possível a reestruturação do movimento estudantil no início dos anos 1970. Como explica Jefferson Costa:

A gente fazia um esforço muito grande para separar a atuação no DCE da militância clandestina do PCR. Nosso trabalho no movimento estudantil era dentro da legalidade, de resgate do movimento universitário e de apoio às entidades. (CAVALCANTE, 2014, p. 53)

Segundo Eduardo Bonfim, militante estudantil na década de 1970 e atual dirigente do PC do B: “No final de 60 e início dos anos 70, havia duas organizações hegemônicas em Alagoas: O PCR e o PC do B, ambos partidos clandestinos”.

Essa composição da esquerda também estava presente na UFAL. Assim, a luta contra a Ditadura Militar e o processo de reorganização do DCE tornou possível uma aliança entre PCR e PC do B. Apesar das divergências, essa aliança revela um entendimento da importância do movimento estudantil como forma de enfrentar o inimigo principal, a Ditadura Militar.

A realização dessa aliança entre PCR e PC do B para a reorganização do DCE da UFAL nos faz apontar que guardadas as divergências, essas alianças, mesmo que imediatas, poderiam se reproduzir em outros espaços, pois PC do B e PCR tinham um programa (concepção etapista, revolução de libertação nacional e anticapitalista, compreensão que a principal contradição do país entre imperialismo e nação) e uma tática (guerrilha rural) semelhantes, inclusive a influência do maoísmo. Como explica Ridenti (2005. P. 228), o PC do B só não concordava em fazer ações armadas na cidade, já o PCR realizava.

A força do PCR se consolidou na composição das chapas. Tanto na eleição para a gestão de 1971/1972, como na gestão 1972/1973, o PCR indicou o presidente.

Dênis fora eleito presidente do DCE por uma evidente articulação das tendências políticas de esquerda. Eduardo Bonfim, que se destacaria na vida política alagoana como líder do PC do B e constituinte de 1988, ocupou o cargo de secretário – geral na composição com Dênis. (CAVALCANTE, 2014, p. 51)

¹¹⁹ OLIVEIRA, 1994, P. 155.

Os militantes estudantis do PCR não se limitavam à atuação nas escolas e universidades. Na verdade, todo o partido se envolvia em atividades gerais, especialmente pichações e panfletagens nos bairros pobres e portas de empresas. A orientação adotada pelo Partido era formar novos quadros na cidade e leva-los ao campo, onde a guerrilha popular deveria se instalar. Dessa maneira, o Partido adotava ações de propaganda ousadas para um cenário de forte repressão ditatorial, como a realização de uma panfletagem em pleno desfile militar, em 07 de setembro de 1972.

Tendo como princípio fundamental “a cidade é uma formadora de quadros, pois a Revolução começa pelo campo”, os integrantes do PCR passaram a desenvolver uma série de ações. Além do trabalho no interior do M.E realizavam pichações de paredes e panfletagens nos bairros pobres de Maceió. Foram realizadas, também panfletagens nos Jogos Universitários Alagoanos e na passeata de 7 de setembro de 1972. (OLIVEIRA, 1994, p. 157)

Regis Cavalcante completa:

As ações consistiam em panfletagens e pichações do tipo “abaixo a ditadura”. Todo dia o sistema apagava, mas a gente insistia em espalhar pela cidade. Nos muros, criticávamos a instituição dos prefeitos “biônicos”. Era o mecanismo de que dispúnhamos para alertar a sociedade acerca do que ocorria no país. (CAVALCANTE, 2014, p.23)

As panfletagens e pichações, via de regra, aconteciam nas madrugadas. É interessante destacar a originalidade dos militantes do PCR na realização das ações de propaganda. Os panfletos, por exemplo, eram embrulhados em forma de presentes e deixados nas portas das casas nos bairros ou em locais de grande movimentação de pessoas.

Dênis costumava ressaltar a forma original com que o PCR atraía a atenção das pessoas para o material que distribuía: os panfletos eram elaborados, impressos no velho mimeógrafo e embrulhados em diminutos pacotinhos em forma de presentes. O militante do PCR, por exemplo, se dirigia ao cinema e espalhava vários “presentinhos” em lugares especiais, como no balcão da pia do banheiro. O embrulho chamava a atenção e a curiosidade pelo que poderia existir em seu interior, fazendo com que as pessoas recolhessem aquela surpresa. (CAVALCANTE, 2014, p. 62)

Nesse período os prefeitos e governadores eram chamados de biônicos, pois assumiam esses cargos sem o crivo do sufrágio universal, mediante imposição do alto escalão das Forças Armadas, que comandavam o poder central do país. Uma dessas panfletagens realizadas pelo PCR causou grande repercussão, pois

questionava a fama do prefeito biônico de Maceió, João Sampaio Como explica Joaldo Cavalcante:

No movimento popular, o partido havia conseguido impor uma dinâmica positiva, mesmo considerando as limitações impostas pela vigilância ostensiva dos órgãos de segurança do regime. Uma das ações mais comuns era a distribuição de panfletos com a população. Frequentemente, acontecia nas altas horas da madrugada... Numa dessas operações do PCR de distribuição de mensagens de contestação ao regime, que se referia ao então prefeito João Sampaio marcou a memória de Dênis. Sampaio, primeiro prefeito “biônico” da Capital, nomeado por Afrânio Lages, que inaugurou a lista de governadores “biônicos” de Alagoas pós-ditadura de 1964, explorava com competência a fama de administrador ousado e destemido, a ponto de ser proparado por seus correligionários o epíteto “João Sem Medo”. Como estava executando uma grande obra de urbanização na praia de Pajuçara, Sampaio passou a ser acusado de estar priorizando a área nobre de Maceió em detrimento dos bairros periféricos, carentes de obras públicas. Apropriando-se do fato, o PCR então distribuiu grande quantidade de panfleto que denunciavam o prefeito. De grande repercussão, o título do material era “João Sem Pai”, numa alusão ao tratamento que Sampaio destinava a população carente. (CAVALCANTE, 2014, p. 62)

Apesar da realização de ações ousadas, o funcionamento do Partido exigia regras de segurança. As reuniões não aconteciam de maneira coletiva. Geralmente escolhiam-se praças ou alguma praia distante. Nestes pontos previamente combinados, se encontravam o militante de base e o responsável pelo acompanhamento de suas tarefas diante da direção do Partido. Como relata Regis Cavalcante:

Quem me apresentou o Emmanuel foi Ronaldo Lessa, que militava no PCR e estava de malas prontas para se fixar no Rio de Janeiro. O chamado “ponto” foi marcado na praça Oswaldo Miranda, no Poço. (CAVALCANTE, 2014, p. 22)

E Fernando Costa, referindo-se aos encontros que realizava com Manoel Lisboa:

Eu me lembro dele sempre em algumas ocasiões, quando falavam o nome dele, eu me emocionava muito, porque tivemos uma convivência, muito embora curta, mas toda vez que ele vinha a Maceió, ele promovia um encontro nosso na Praia da Guaxuma. Na época, era uma praia muito deserta. Era um meio dele não ser descoberto pelos órgãos da repressão. (F. COSTA, 2013)

Mesmo levando em consideração tais medidas de segurança, a partir de 1973 a Ditadura Militar, através do Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI, iniciou uma perseguição ao

PCR visando destruir o Partido. Em Alagoas, vários militantes do Partido foram presos, entre eles todas as suas lideranças estudantis. Os principais dirigentes do Partido, incluindo Manoel Lisboa e Emmanuel Bezerra foram sequestrados e assassinados. Dessa forma, durante a Ditadura Militar, o PCR não mais se organizou em Alagoas.

3.2 Ações armada do PCR

Conforme já apresentado, entre outras questões, a luta armada foi o ponto central para a ruptura com o PC do B do grupo de militantes que fundou o PCR. O PCR havia estabelecido como tarefa na Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários e no seu Programa, a organização de uma guerrilha popular a partir do Nordeste, visando derrotar a Ditadura e abrir caminho para uma revolução nacional-democrática.

Apesar da defesa da luta armada como único caminho possível para derrotar a Ditadura, o PCR não apresentou em sua trajetória um caráter militarista, ou seja, um partido com característica exclusivamente militar, ou que priorizava as ações armadas em detrimento da atuação no movimento de massas.

Valmir Costa explica a compreensão militar do PCR:

O PCR era claramente contra o terrorismo. Inclusive, tem um trabalho meu, que a Polícia Federal apreendeu, e me parabenizou, na ironia, me mostrando e perguntando se era meu. Confirmei que sim. O trabalho dizia que Lenin e todos os grandes teóricos do marxismo não apoiavam o terrorismo pelo terrorismo, que só se justificava, como fazia Mao Tse Tung — que foi um teórico e um grande líder —, numa guerra plena. Então, o EUA invade o Vietnam, e lá ele não pode reclamar do terrorismo. Talvez ali haja uma necessidade de terrorismo. Fora disso, numa guerra aberta, com um exército poderoso, não é produtora a autorização dessa conduta. Então, eu defendi isso e é uma pena que eu tenha mais esse trabalho. Eles deram os parabéns e tive a vontade de mandar eles colocarem naquele... devido lugar. (V. COSTA, 2013)

A expressão *terrorismo* é carregada de significado político e foi bastante utilizada pela Ditadura Militar para descredibilizar as organizações políticas que adotaram a tática da Luta Armada como forma de combate aos militares no poder. A julgar pelo entendimento de Valmir Costa apresentado na citação acima, o PCR compreendia o terrorismo como ações armadas de grande impacto, mas isolada ou sem apoio popular. Isso justifica a preocupação de Valmir Costa em se desvencilhar de qualquer possibilidade do PCR ser acusado de praticar terrorismo, mas também

revela o peso que a expressão significava no período em que se desenvolveu a luta armada.

Essa concepção política da luta armada é importante, pois a Ditadura Militar tentou acusar o PCR pelo atentado no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, no dia 25 de Julho de 1966. O objetivo seria atingir o general Costa e Silva que chegaria à capital pernambucana para um evento no prédio da SUDENE¹²⁰. Ricardo Zarattini e Ednaldo Miranda, esse do PCBR, foram presos em 10 de dezembro de 1968 sob essa acusação. O *Jornal do Comércio* de Pernambuco produziu uma matéria investigativa em 1995 que indicava a inocência de ambos, tese que foi reafirmada pela Comissão da Verdade de Pernambuco¹²¹.

Então, conforme apontado nos seus documentos programáticos, o PCR tomou a iniciativa de organizar uma guerrilha urbana a partir da Zona Canavieira de Pernambuco. A constituição de uma guerrilha não se efetivou por completo, porém o partido iniciou a sua preparação. Sob o comando de Amaro Luiz de Carvalho, o PCR montou um aparelho no campo para treinamento militar e a organização de ações políticas, chamado Sítio Borboleta, na cidade de Palmares – PE. Nesse local foram ministrados cursos de tiro com camponeses, bem como partiram dali ações de sabotagem contra os usineiros como a queima de canaviais¹²².

Então, em 1969, quando o companheiro Amaro Luiz de Carvalho foi preso, em Palmares, que era uma das bases importantes do trabalho do PCR, era a capital da Zona Canavieira, havia quatro usinas nessa cidade, e o partido tinha um aparelho no campo, chamado Sítio Borboleta, dentro do Engenho Constituinte. Então, arrendou, a gente não chegou a comprar, arrendou esse terreno, um sítio, do tamanho de uma família poder sobreviver com ele, com o seu plantio, e ali instalou o aparelho do partido para ser uma base de operação do partido nessa área. (CAJÁ, 2013).

Porém, para levar a cabo a tarefa de organização de uma guerrilha popular nos moldes que havia estabelecido, o PCR necessitava desenvolver ações que oferecessem ao partido capilaridade social através da realização de greves entre os camponeses, uma intervenção significativa no movimento estudantil universitário e a atuação entre os operários das principais fábricas das cidades.

¹²⁰ Superintendência do desenvolvimento do Nordeste(SUDENE), criada em 1959 com o objetivo de promover o crescimento industrial do Nordeste brasileiro e diminuir a disparidade econômica em relação ao centro-sul do país.

¹²¹ Disponível em: < <http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhocosdaverdade/site/?p=88>> acesso em: 30 mar. 2017.

¹²² Essa informação consta na breve biografia de Amaro Luiz de Carvalho, produzida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/183>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Del Roio explica o estágio embrionário da guerrilha e a realização de greves entre os camponeses:

A preparação para a guerrilha foi limitada. Apenas houve a participação de alguns camponeses em treinamento de tiro. Maiores resultados foram obtidos em 1967/1968 com greves por reivindicações salariais. Um movimento pelo pagamento de diárias teve sua origem na Usina Tiuna e se espalhou rapidamente pelo norte do estado de Pernambuco. Algum tempo depois se repetiu a façanha com muito mais força no sul do estado, onde era maior o número de assalariados. Desta feita, os objetivos foram os engenhos e as grandes usinas de Palmares, Água Preta e Barreiros. Foi uma ação de valor, pois representou as primeiras greves consistentes debaixo da ditadura e antecederam aquelas operárias de Osasco no Estado de São Paulo e Contagem em Minas Gerais. (DEL ROIO, 2006, p.68)

Para dificultar a ação da repressão e escapar da perseguição por parte dos usineiros, os militantes do PCR que mantinham contato com os camponeses passavam por um processo de adaptação às condições de vida e de trabalho no campo, como explica Edval Cajá:

Então o companheiro da cidade que ia se entrosar com o campo precisa se mimetizar com o homem do campo, viver na palha da cana, trabalhar na cana, cultivar a cana, e ter as mãos calejadas, superar aquelas mãozinhas finas. E o corte da cana, o pelo que ela tem, dá uma característica essencial para definir quem é um homem da cana e quem é um homem urbano. Então, os companheiros passavam por esse processo, para poder se adaptar melhor, para poder falar numa assembleia de usina ou dos engenhos, que eram muitos, nas preparações das campanhas salariais, e não ser tão identificado muito rapidamente, porque senão eliminavam muito facilmente, como Jeremias, como foi o caso do Jeremias. O Jeremias era um estudante aqui de São Paulo, do PORT, Partido Operário Revolucionário Trotskista, e construiu o PORT, já tinha outras pessoas ligadas a ele lá, e foi se dedicar a esse trabalho no campo. E lá, em pouco tempo, ele foi identificado e trucidado, ainda em 1963, antes do golpe militar, ainda no Governo de Arraes, no engenho de Itambé, uma cidade divisória com a Paraíba. (CAJA, 2013)

Valmir Costa, responsável pelo trabalho de mobilização estudantil do PCR, relata a realização de greves estudantis organizadas sob a direção e influência do Partido em Pernambuco:

Fui escolhido presidente do Diretório, e liderei, junto com outros companheiros, uma greve que durou 34 dias, reivindicando o acesso gratuito ao restaurante, porque já começava a política da ditadura de privatizar, política que hoje continua. Fizemos uma greve quando era um pecado capital falar em fazer greve, e nós fizemos, com uma reivindicação puramente estudantil, por restaurante gratuito em uma Universidade em que a maioria dos estudantes eram pobres, do interior. Era uma causa justa. O governo tentou reprimir, tentou acabar com a greve, mas não conseguiu. Ela revê adesão unânime em toda a Universidade Rural, inclusive se espalhando para todas as universidades de Pernambuco, provocando uma Greve Geral de 48 horas, de solidariedade. (V. COSTA, 2013)

Em Maceió, onde o Partido tinha menos militantes em relação a Recife, não há registros que o PCR houvesse realizado alguma ação de caráter militar. As ações limitaram-se à atuação nas escolas, universidades, bairros e fábricas.

Então nós desenvolvemos um trabalho sob a orientação do PCR, mas era um trabalho todo voltado para o movimento estudantil. Além desse trabalho no movimento estudantil, o que nós fizemos, e fazíamos muito, era panfletagem nos bairros de Maceió. Nunca tivemos nenhuma ação armada. Sempre nessa base, da politização.

Outra coisa importante: o Emmanuel ia na frente. Nunca ficou lá atrás mandando os outros. O que fosse, pichação, ele sempre ia na frente. (J. COSTA, 2014)

Regis Cavalcante confirma a existência de uma escola de treinamento militar em Pernambuco e o depoimento de Jefferson Costa sobre a não realização de ações militares em Maceió:

Quanto à luta armada, é bom frisar que esse recurso nunca foi praticado por nós. Nunca sequer fomos convidados a participar de alguma atividade armada, com esse nível de confronto. Nossas ações eram circunscritas à propaganda de rua, à denúncia do sistema e à formação de novos quadros, embora tivéssemos conhecimento da existência de uma escola de formação para guerrilha, em Pernambuco, onde ocorria aprendizagem sobre atividade armada; mas tudo era incipiente no PCR (CAVALCANTE, 2014, p. 25)

José Emilson, que iniciou sua atividade política na Paraíba, passando pelo PCBR e pela ALN, ingressando no PCR posteriormente, relata que o Partido chegou a desenvolver um trabalho de agitação política e recrutamento em 16 fábricas em Pernambuco. Num período de total repressão militar, constituía-se num grande feito para um partido que estava na clandestinidade.

As pessoas trabalhavam uns meses numa fábrica e eram dispensadas. Mas quando esse operário ia para outra fábrica eu ia atrás e lá montava uma célula. E assim começamos um trabalho e chegamos a ter uma penetração em 16 fábricas e, em várias fábricas alcançamos as reinvidicações. (EMILSON, 2012)

O método de trabalho do PCR no movimento sindical urbano tinha a mesma característica do método adotado no campo. Tratava-se de se aproximar ao máximo do modo de vida dos operários, aprender sua linguagem e sob essa perspectiva se produziam os jornais do Partido.

Os nossos panfletos eram escritos com as gírias do operário, com as palavras que eles utilizavam no dia a dia. Criamos um jornalzinho e distribuíamos. E nesse jornal a gente discutia porque a gente encontrava muito operário revoltado, mas não sabia o que fazer e nós orientávamos.

(EMILSON, 2012)

Reproduzimos aqui um dos artigos do Jornal *Luta Operária*, órgão do PCR para o movimento sindical, onde as denúncias dos problemas dos operários são apresentadas numa aproximação com a linguagem trabalhadores:

Fábrica ABC – Um dos diretores telefonou para a clínica de Boa Viagem, avisando para que os médicos não atestem dia de licença para os companheiros dessa fábrica, dizendo que o que elas tem é preguiça de trabalhar. Enquanto isto, outro chefe disse que detesta quando uma companheira fica doente e exige que elas voltem da enfermaria para trabalhar, mesmo quando as companheiras ainda não estão em condições de assumir o trabalho. Desta maneira os capitalistas fazem tudo para não perder o menor espaço de tempo de trabalho das companheiras, mesmo quando elas tem necessidade de se afastar do trabalho por motivos de doença que arranjam dentro do próprio trabalho que executam sem as devidas condições. Enquanto as operárias dessa fábrica estiverem desorganizados, continuarão sendo explorados sem limites e sendo humilhadas e roubadas até no que a própria burguesia diz através da lei, que os operários têm direito. SÓ A UNIÃO É QUEM NOS DÁ FORÇA PARA EXIGIR O QUE PRECISAMOS E O QUE QUEREMOS. (LUTA OPERÁRIA, 1973)

Na realidade, o trabalho no movimento de massas e de organização política de qualquer partido de esquerda existente naquele período carecia de algum grau de trabalho militar, mesmo que o objetivo central das ações não fosse militar, mas uma panfletagem ou até mesmo a cobertura de um ponto para transmissão de instruções políticas. Geralmente os militantes participavam armados de situações assim, ou com a cobertura armada feita por outros militantes. José Nivaldo Júnior, que nunca foi militante do PCR, apenas era um aliado, relata sua entrada na luta armada:

A resistência armada começou, para mim, vou dar o meu depoimento, quando foi que eu peguei em armas contra a ditadura? Peguei em armas contra a ditadura no dia que quis fazer uma panfletagem contra a visita de Rockefeller ou alguma coisa assim, ou fazer um discurso contra o Ato Institucional 5. Isso era uma ação armada, porque você corria risco de morte. Distribuir um panfleto, fazer um discurso em porta de fábrica, dizer aos operários que eles estavam sendo oprimidos pelo regime era um ato de luta armada, porque se não fôssemos armados podíamos ser mortos ou presos, e tínhamos o direito de resistir. (NIVALDO JUNIOR, 2013)

O PCR então desenvolveu um método de panfletagem que era realizado através de pequenas bombas, que ao explodir lançavam centenas de panfletos em locais de grande aglomeração de pessoas.

(...) Então, nós desenvolvemos um outro sistema, de bombas de panfleto, que eram explodidas na porta das fábricas. Eram bombas que explodiam sem ferir ninguém. Era toda fabricada por nós, colocada uma bomba, o estopim de fora, quando o estopim explodia todo mundo ouvia e para isso

nós colocávamos...tem que ser criativo... o sentinela, aquela para muriçoca, quem não fumava, naquele dia tinha que fumar e eu levava o pessoa para dentro da mata do Curado para treinar o tanto que levava, tantos milímetros de... e a gente ficava na porta da fábrica, um operário dessa fábrica ia para outra fábrica, ficava no meio do povo lá, aquele pacotezinho li, quando chegava a hora que ele achava que ia tocar a sirene, ele pegava o cigarro e acendia o boa noite. E quando o boa noite tava queimando, se aproximando do estopim, ele entrava, atravessava a rua, se misturava noutro bocado de operários e o pacote estava lá. Quando estourava subia aquele tanto, descia um cogumelo de 200 panfletos e os operários entravam com os panfletos legalmente na fábrica, gritando efusivamente.

Esse mesmo sistema foi utilizado próximo as eleições de 70 e pouco defendendo o voto nulo. Explodiram no Recife 16 bombas de panfletos em locais estratégicos denunciando "o partido do Sim e o partido do Sim senhor" (EMILSON, 2012)

José Emilson, quando se refere ao Partido do Sim e ao Partido do Sim Senhor, está tratando respectivamente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA foi fundada em 1965 com o objetivo de sustentar politicamente a Ditadura Militar. Já o MDB foi fundado em 1965, sendo portanto o que poderia ser considerada uma oposição consentida.

Edval Cajá, em depoimento à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo explica como eram produzidas as bombas de panfleto:

Então, descobrimos uma forma, um panfleto, porque se ficasse entregando já estava preso, mesmo o grupo armado que a gente fazia, a gente viu que estava dando, os caras estavam chegando rápido, com muita rapidez. Então, descobrimos essa tecnologia. Fazia uma bomba. Pegava uma lata de leite Ninho, pegava sacos de papel do "Bom Preço", que era papel, não plástico como é hoje, e fazia uma cruz, depois de colar eles um no outro, e fazia uma cruz de papel, com a lata de leite Ninho aqui, depois puxava a lata e ficava o formato, botava no fundo dela um compensado de madeira, para servir de fundo, uma camada de pólvora, criava um pavio no canto, com aquele alumínio de pasta dental, botava o pavio, para não queimar o papel antes do tempo, e enchia de panfleto dobradinho. Cabia uns 200 a 250 panfletos em cada lata dessas. Lembro que soltei a minha na Conde da Boa Vista, onde tinha o Itaú e o Bradesco, com a Sete de Setembro, e ali foi fácilimo. Foi uma alegria muito grande para a gente, porque a gente se poupou, o risco ficou menor. Então, estavam aquelas 60, 80 pessoas esperando os ônibus, nós sentávamos ali naquela calçada, com aquela sacolinhas de plástico do Bom Preço, acendia um cigarro, pronto. Quem não fumava, nesse dia era obrigado a fumar. Acendia um cigarro. E como quem estava descansando, colava ali no pavio, que tinha um fósforo, e quando acendia você saía para o outro lado da rua, para apreciar, como dizia a música de Chico Buarque, apreciar o vendaval do outro lado, porque às vezes o pavio não ia até o final, não alcançava a pólvora e você tinha de ir buscar, para não perder a sacola. O nosso medo era que alguém pegasse, então a gente ficava vigiando um pouco, a certa distância. E aí era um sucesso. Lembro que quando eu soltei à primeira, bum! Primeiro, chamou a atenção de todo mundo. Segundo, a chuva de panfletos. Todo mundo vai querer pegar aquela mensagem que, por uma bomba, vinha derramando lá de cima. E com isso eles ficaram loucos. Foi aí que eles disseram: "que partidinho de merda é esse, só tem no nordeste e está

querendo desmoralizar, assaltando quartel? Vamos resolver esse problema". Então, Fleury se deslocou e fizeram essa ação aí. (CAJÁ, 2013)

Dessa maneira o PCR realizou várias panfletagens nas portas de fábrica, em bairros pobres, denunciando a situação de pobreza, exploração e os crimes promovidos pela Ditadura Militar:

Teve, no mesmo período atrás, uma panfletagem, o Médici tinha passado lá e o partido tinha feito uma panfletagem muito ofensiva. O Médici, o General Médici, Presidente da República, tinha feito lá, ia inaugurar uma obra em Recife, e aí o partido preparou um panfleto, e foi um panfleto, o primeiro, que tive uma ação mais, além do que um militante de base tinha. Então, nós fizemos várias ações importantes com esse panfleto. Chamava "Um Carrasco Pisou os Céus de Olinda". Era até romântico o título do nosso panfleto. "Um Carrasco Pisou os Céus de Olinda e Recife". Era um panfleto, uma folha ofício dobrada em quatro páginas, e vinha descrevendo os horrores que a gente chamava, Garrastazu, "Carrascazu" Médici. O partido sempre dizia o "Carrascazu" Médici. Aí esse panfleto foi largamente, em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Recife, nas fábricas, em escolas, e como estavam nos perseguindo muito, a gente descobriu uma tecnologia diferente, que foi o panfleto bomba. Então, descobrimos uma forma, um panfleto, porque se ficasse entregando já estava preso, mesmo o grupo armado que a gente fazia, a gente viu que estava dando, os caras estavam chegando rápido, com muita rapidez. (CAJÁ, 2013).

Todavia a principal ação militar do PCR, talvez a mais significativa no Nordeste, foi o assalto ao Posto Alto Coruja, localizado na divisão de suplemento do Parque da Aeronáutica de Recife, no dia 20 de março de 1973, onde sob o comando militar de Manoel Lisboa, um destacamento do PCR rendeu os soldados da aeronáutica e levou um fusca cheio de armas e munições. Participaram diretamente desta ação além de Manoel Lisboa de Moura, José Emilson Ribeiro da Silva, Juáres José Gomes, Moises Domingos Sobrinho e José Nivaldo Júnior¹²³.

José Nivaldo Júnior, que era um aliado do PCR, foi o motorista improvisado dessa operação militar. Quem deveria ser o motorista era Juáres José Gomes, mas ele se envolveu num acidente pouco antes da operação, então Manoel Lisboa entrou em contato com o aliado José Nivaldo, codinome Alfinete, que relata como foi convocado para a ação:

Houve um acidente, e o acidente levou Juáres ao hospital. Ele conseguiu, apesar de gravemente ferido, abalroou com um ônibus, em alta velocidade, numa via preferencial, ele atravessou o sinal, no caminho para a ação, e foi atropelado por um ônibus. Gravemente ferido, conseguiu limpar o carro, deixou o carro em condições, e aí Manoel Lisboa foi à minha casa, e me colocou a seguinte situação: "companheiro, está acontecendo isso, os

¹²³ Informações presentes na denúncia do MP e anexadas ao prontuário 18.815, referente a prisão de José Emilson Ribeiro da Silva, militante do PCR, parte do processo 117/73.

companheiros estão na rua, é uma ação que envolve outras pessoas, tem várias pessoas na rua cumprindo as suas tarefas, e o carro, que é o elemento fundamental para transportar armas, aconteceu isso. Nós temos o carro, não temos quem dirija. Quer dizer, alguém legal, em condições de chegar ao local. A escolha é sua". A escolha vocês já sabem qual foi, não vou demorar contando. Fui, fizemos a ação, muito bem-sucedida. (NIVALDO JUNIOR, 2013).

O êxito da ação do PCR no assalto ao quartel da aeronáutica passou pelo planejamento minucioso da operação. Os militantes do Partido conseguiram fardamentos da aeronáutica, inclusive idênticos aos dos oficiais, o que facilitou o acesso ao Posto de suplementos, chegando lá, renderam os soldados e concluíram a ação sem disparar nenhum tiro.

Foi de uma simplicidade tão grande, que o último, mais recente assalto a um quartel militar americano no Afeganistão bem sucedido foi feito usando exatamente a mesma estratégia que Manoel Lisboa concebeu para invadir a base da Aeronáutica. Exatamente. Fardas militares, carros que não chamassem a atenção, pessoas que circulassem com naturalidade, e a surpresa, o elemento surpresa. Com o elemento surpresa, oficiais do exército entrando numa base aérea, os guardas não sabiam o que fazer, se batiam continência, se apresentavam arma ou se exigiam documento, e na hora da troca da guarda, exatamente na hora da troca da guarda, onde os que estão saindo estão morrendo de sono e os que estão chegando também estão morrendo de sono. Quer dizer, naquele momento em que há um descuido geral. Estudado, eles entraram, dominaram a guarda, aprisionaram a guarda e expropriaram os armamentos. (NIVALDO JUNIOR, 2013)

Após esta ação, a Ditadura aumentou o cerco contra o PCR. Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, de São Paulo foi destacado para comandar a prisão, tortura e assassinato dos principais militantes do PCR, o objetivo era encerrar por completo a atuação do Partido. O ano de 1973 marca, portanto, a fase de maior perseguição ao PCR.

3.3 A Ditadura Militar persegue o PCR

Desde sua fundação o PCR sempre foi um partido muito perseguido pela Ditadura Militar. Além das perseguições a Manoel Lisboa em Alagoas, motivo pelo qual teve que ir morar em Recife, assumindo uma vida clandestina, Ricardo Zarattini e Amaro Luiz de Carvalho sofreram fortemente com as prisões e torturas, ainda mesmo na fase inicial do partido, sendo Amaro assassinado em 1971.

Em 10 de dezembro de 1968, conforme relata Del Roio¹²⁴, Ricardo Zarattini

¹²⁴ DEL ROIO, 2006, p. 73-74.

retornava de mais um dia de reuniões com camponeses, quando decidiu descansar na casa do amigo Ednaldo Miranda, engenheiro elétrico e militante do PCBR. A polícia invadiu a casa de Ednaldo e prendeu os dois. O objetivo da prisão era encontrar Manoel Lisboa e Amaro Luiz de Carvalho, que junto com Zarattini desenvolviam um trabalho de organização política entre os camponeses da Zona Canavieira de Pernambuco.

Há um tempo a polícia estava no encalço de Zarattini, tinha prendido o camponês Severino Arruda, que diante da morte, passou algumas informações que facilitaram o trabalho policial¹²⁵. Depois de seguidos dias de tortura, o delegado Moacir Sales desenvolveu a tese de que Zarattini e Ednaldo eram responsáveis pelo atentado no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, no dia 25 de Julho de 1966. A argumentação da acusação se baseava no fato que ambos eram engenheiros.

Depois de alguns dias de prisão no Quartel Dias Cardoso, o delegado Moacir Sales, fascista e desequilibrado, elaborou uma teoria. Se Zarattini e Ednaldo eram engenheiros, deviam entender tudo de explosivos, atuavam no Nordeste, logo, eram os responsáveis pelo atentado ao Aeroporto dos Guararapes. Era uma mentira deslavada, mas causaria grandes transtornos a eles, que arrastaram esta acusação por muito tempo, embora nunca tenha existindo o mínimo indício de que tivessem alguma ligação com aquele fato¹²⁶.

Em janeiro de 1969, alguns militantes da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR¹²⁷ foram presos em Itaperica da Serra – SP; um deles Hermes Batista Camargo passou a colaborar com a polícia e entre as pessoas que dizia conhecer, estava Zarattini.

Essa prisão aconteceu antes de uma ação de expropriação de armas, realizada pela VPR, sob o comando de Lamarca, no dia 24 de janeiro de 1969. Quando essa situação chegou a Recife, Zarattini voltou a ser torturado, agora para dar conta do funcionamento da VPR¹²⁸.

Diante desta situação Zarattini decide fugir da prisão. As condições para a sua fuga passa por um fato curioso: o quartel onde estava preso precisou passar por algumas reformas, para diminuir os gastos e o exército decidiu utilizar o serviço do próprio Zarattini, que era engenheiro. Zarattini preparou o serviço e, dessa maneira,

¹²⁵ DEL ROIO, 2006, p. 79.

¹²⁶ DEL ROIO, 2006, p.75.

¹²⁷ A VPR era uma organização política fundada por intelectuais marxistas e militantes nacionalistas. Carlos Lamarca foi um dos seus principais dirigentes.

¹²⁸ DEL ROIO, 2006, P.80

tinha o mapa do quartel na cabeça.

Del Roio descreve sua fuga:

No quartel havia uma parte não murada, onde corria uma cerca de arame farpado, que se adentrava num pântano. Não era coberto pela área de visão das guaritas. Pela manhã no dia 09 de abril de 1969, arrastou-se por debaixo do arame farpado e mergulhou no aguaceiro, vestido apenas com um calção. Levava sobre a cabeça um embrulho com camisa, calça, alpargatas e um pouco de dinheiro. Era tudo que possuía para enfrentar a nova situação. A primeira parte da fuga correu bem. Contava ter algumas horas de vantagem antes que fosse dado o alerta do seu desaparecimento. Vestiu suas poucas roupas, conseguiu um taxi e foi até o bairro da Torre, onde pretendia ir até a casa de Ciano, sobrinho de Miguel Arraes, que havia colaborado com ele. Ao descer do táxi deparou com um tenente do quartel que arregalando os olhos exclama: “Zara, o que você faz aqui?” O coração do fugitivo quase saiu pela boca. Era azar demais. Nervoso, colocou a mão debaixo da camisa, simulando possuir uma arma e respondeu: “Não tenho nada contra o senhor, mas é melhor que desapareça rapidamente e não conte nada a ninguém”. E assim sucedeu¹²⁹.

Após a fuga, por intermédio do arquiteto Frank Svenson e Dom Hélder Câmara, Zarattini conseguiu abrigo no Colégio das Dorotéias, um convento da Igreja Católica. Restabeleceu contato com Manoel Lisboa e juntos decidiram pela impossibilidade de permanecer em Pernambuco. Zarattini deveria ir para São Paulo, onde seria recepcionado por Joaquim Câmara Ferreira, da Aliança Libertadora Nacional - ALN¹³⁰.

Manoel Lisboa então ficou responsável por garantir documentos falsos para Zarattini. O PCR tinha uma pequena gráfica clandestina que contava com mimeógrafos e máquinas de escrever. A administração da gráfica era do alagoano de Porto de Pedras, Bartolomeu Mendes, que tinha como tarefa imprimir os documentos do Partido e produzir documentos “frios”¹³¹.

Com os documentos em mãos, Manoel Lisboa viabilizou a partida de Zarattini, que saiu de Recife para São Paulo em maio de 1969. Chegando lá, Zarattini estabelece contato com Carlos Marighella, que o aconselhou a sair do país, porém Zarattini recusou a proposta e decidiu ficar no Brasil para seguir combatendo

¹²⁹ DEL ROIO, 2006, P.82

¹³⁰ A Aliança Libertadora Nacional (ALN), fundada em 1967, após a participação de Carlos Marighella na Organização Latino-Americana de Solidariedade em Havana - OLAS, que marcou a ruptura de Marighella com o PCB. Marighella considerava a linha política do PCB reformista e pacifista, aproximou da concepção desenvolvida pelos cubanos e decidiu criar uma organização política revolucionária para desenvolver a luta armada contra a Ditadura.

¹³¹ Bartolomeu Mendes foi preso em 24 de agosto de 1973. Antes de ingressar no PCR havia militado no PC do B. Era funcionário da VASP. Foi recrutado por Manoel Lisboa e tinha exclusivamente a tarefa de impressão dos materiais do Partido. Essas informações contam no prontuário da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco 19.907, referente à sua prisão. Segundo José Nivaldo Júnior, em depoimento a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 06 de setembro de 2013.

a Ditadura. Então, Marighella sugeriu o seu ingresso na ALN e apresentou a proposta de organização de uma guerrilha rural no norte de Goiás. Ricardo Zarattini, que tinha bastante experiência com o trabalho camponês, aceitou a proposta e passou a estabelecer contato com Jeová de Assis Gomes, um dos responsáveis pela tarefa de construção da guerrilha em Goiás¹³².

Zarattini sequer chegou a Goiás. Na ânsia de ajudar a nova organização política, decidiu estabelecer contato com amigos e conhecidos para abrigar militantes que chegavam de um curso de treinamento militar em Cuba. Como mancava de uma perna, resultado de uma esteiomielite, foi rapidamente identificado pela polícia da Operação Bandeirantes (OBAN)¹³³, que cercou a loja de um dos contatos que havia se disposto a ajudar Zarattini e efetuou sua nova prisão no dia 26 de Julho de 1969¹³⁴.

No dia 04 de setembro de 1969 aconteceu o famoso sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. A ação foi planejada por um grupo de estudantes que militava no PCB, mas que tinham divergências com a direção do Partido. Devido a isso fundaram um agrupamento chamado Dissidência. Entre os principais nomes da Dissidência estavam Daniel Aarão do Reis Filho, Franklin de Souza Martins e Claudio Torres da Silva. Decididos a realizar o sequestro, entraram em contato com a ALN para realizar a operação e mudaram o nome do agrupamento para Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR8), para confundir a polícia e fazer referência a um grupo de revolucionário que tinham sido mortos em Niterói. No dia 07 de setembro de 1969, o embaixador estadunidense foi trocado por uma lista de 15 presos políticos, entre eles Ricardo Zarattini.

O avião Hercules 56 que levava os 15 presos políticos tinha destino para a cidade do México. Após a recepção em terras mexicanas, os presos políticos tomaram rumos diferentes. Zarattini passou 21 meses em Cuba, em seguida Coreia do Norte e diversos países da Europa, onde procurou estabelecer contato com outros exilados da ALN, até que em 1971 se estabeleceu no Chile¹³⁵.

Na medida em que estabelecia contato com exilados da ALN, Ricardo Zarattini organizava um agrupamento chamado Tendência Leninista, cujo objetivo

¹³² DEL ROIO, 2006, p.99.

¹³³ A Operação Bandeirantes nasceu em 29 de junho de 1969. Reunia soldados do exército, da marinha e da aeronáutica, além de membros especializados da Polícia Militar.

¹³⁴ DEL ROIO, 2006, p.101.

¹³⁵ DEL ROIO, 2006, p.153 – 155.

era combater o militarismo que tinha tomado conta de diversas organizações políticas que surgiram durante a Ditadura, principalmente da ALN e promover uma reorganização política a partir de uma atuação no movimento de massas. Essa informação é muito importante, pois o PCR ao receber informações da presença de Ricardo Zarattini no Chile iniciou um movimento de reaproximação e de tentativa de unificação. Foi exatamente retornando de uma dessas tratativas que Emmanuel Bezerra dos Santos, também encarregado da direção do PCR pelos contatos internacionais, foi preso, no dia 16 de agosto de 1973.

O Emmanuel era um estudante de Natal, e quando nós estávamos no Chile, eu me lembro bem, nós conseguimos fazer um contato com ele. E ele teve o encontro, não comigo, mas com um outro companheiro nosso Dario Canale, que infelizmente morreu, mas o Dario esteve com ele, houve uma dificuldade, por nós tínhamos mudado algumas ideias, principalmente... praticamente uma: a ideia de que nós tínhamos que começar a Revolução, a Guerra de Guerrilhas como eu falo, pela zona canavieira, do Nordeste, e deveríamos ter um partido regional.

(...)Esse companheiro teve contato com o Manoel e não chegamos a nenhum acordo. Pelo que depois eu soube, porque aí nós entramos pro Brasil clandestinamente, no ano de 74, e aí por volta de 75/76 entramos em contato, também, com o PCR, do qual eu já estava afastado, em função dessa divergência. (ZARATTINI, 2013)

Zarattini havia iniciado um processo de revisão da luta armada. Diante do recrudescimento da Ditadura, das prisões e assassinatos de centenas de militantes. Essa posição era incompatível com a proposta do PCR, por isso esse reencontro entre Ricardo Zarattini, agora na chamada Tendência Leninista e o PCR não se efetivou numa aliança ou unificação.

Assim como Ricardo Zarattini, Amaro Luiz de Carvalho sofreu com a perseguição promovida pela Ditadura Militar. Sua última prisão aconteceu na cidade de Palmares – PE, no dia 22 de novembro de 1969¹³⁶, sob a acusação de subversão, agitação no campo e incêndios de canaviais.

Amaro foi julgado no dia 29 de outubro de 1970, sendo condenado a dois anos de prisão, cumprindo pena na Casa de Detenção de Recife. Todavia, faltando pouco tempo para sua libertação, no dia 22 de agosto de 1971, foi assassinado. A

¹³⁶ Conforme o ofício 228 da Seção Administrativa do Departamento de Ordem Social da Secretaria de Segurança (DOS) de Pernambuco, datado de 02 de dezembro de 1969, o diretor do DOS, Moacir Sales de Araújo, informa que Amaro Luiz de Carvalho fora preso no dia 22 de novembro de 1969. Com ele foram encontrados as seguintes publicações do PCR, Sobre o Movimento Estudantil, As Quatro Contradições da Zona Canavieira de Pernambuco, Contribuição Inicial para Teorizar Nossas Opiniões Sobre a Guerra Revolucionária no Nordeste, Roteiro de Trabalho a Seguir, Normas Essenciais à Segurança do Partido. Neste mesmo dia, além de Amaro, foram presos junto com ele, Nurembergue Borja de Brito, estudante de engenharia no Rio Grande do Norte, e Maria das Dores Gomes da Silva.

versão da Ditadura Militar conta que Amaro havia sido envenenado, responsabilizando outros companheiros de cela, que supostamente tinham desavenças com Amaro, conforme relatório 2282 da delegacia do 1º Distrito da Capital, encaminhando ao DOS de Recife.

Todavia, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), reforçando a tese apresentada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMMPD), contraria a versão da Ditadura Militar.

O laudo da Perícia Tanatoscópica e o laudo da Análise Toxicológica, feitos nas vísceras da vítima e nas duas garrafas de refrigerantes que estavam no local onde o corpo foi encontrado, constatou que Amaro não ingeriu veneno. Além disso, de acordo com a certidão de óbito, a morte foi causada por “hemorragia pulmonar decorrente de traumatismo do tórax por instrumento contundente”. Esses elementos permitiram a desconstrução da falsa versão divulgada, de morte por envenenamento. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 1971).

Seguindo a cadeia de comando a CNV aponta os seguintes agentes do Estado como responsáveis pelo assassinato de Amaro Luiz de Carvalho: Governador do estado de Pernambuco, Nilo de Souza Coelho; Secretário estadual de Segurança Pública de Pernambuco, Armando Hermes Ribeiro Samico; Diretor do DOPS/PE, Ordolito José Barros de Azevedo; Delegado do DOPS/PE, José Oliveira Silvestre; Delegado do DOPS/PE, Redivaldo Oliveira Acioly; Diretor da Casa de Detenção, coronel da PM, Olinto Ferraz.

Outro militante do PCR que foi perseguido, torturado e assassinado pela Ditadura Militar foi o camponês Amaro Felix. Apenas em 2003 a CEMPDP reconhece seu nome entre os mortos e desaparecidos políticos da Ditadura Militar.

Amaro Felix era um importante dirigente camponês do PCR, que atuava principalmente no Sindicato Rural de Barreiros – PE. Segundo o relatório da CNV, Amaro foi preso no dia 16 de abril de 1964, acusado de praticar atividades subversivas em Pernambuco, essa sua prisão foi marcada pela invasão da sua residência, tendo sido sua esposa gestante violentada ao ponto de perder o filho que carregava no ventre. Amaro foi liberado desta primeira prisão apenas no dia 07 de maio de 1964.

Em 1966 o PCR havia decidido participar da eleição do Sindicato Rural de Barreiros. Amaro encabeçaria a chapa, todavia, foi proibida de participar das eleições, sob a alegação que estava fora do prazo estabelecido. Diante da situação, Amaro inicia uma campanha para denunciar a falta de democracia no Sindicato. Foi

preso no dia 04 de maio e liberado no dia 07 maio, sendo também demitido da Usina Barreiros, o que revela o conluio entre a direção do Sindicato, os usineiros e a Ditadura.

Novamente foi preso no dia 29 de novembro de 1969, no sítio Borboleta, aparelho¹³⁷ do PCR no campo. Solto em seguida, Amaro Felix foi preso pela última vez no dia 20 de Janeiro de 1970, condenado a um ano de prisão pela Lei de Segurança Nacional.

Após cumprir a sentença na Casa de Detenção de Recife, de acordo com o relatório da CNV, Felix foi sequestrado pela Ditadura entre 1971 e 1972 na região de Rio Formoso. Há algumas versões para o seu desaparecimento:

Uma versão para a morte e desaparecimento de Amaro, baseada na declaração de Elzir Amorim de Moraes, em 19 de setembro de 2002, no Processo da CEMDP, é de que teria sido vítima dos funcionários da Usina Central de Barreiros. Segundo o depoimento: Amaro “foi barbaramente espancado e morto segundo evidências da época, pelos funcionários da Usina, os quais não podendo serem (sic) identificados por razões óbvias. Adiantamos que suas afirmativas de ser perseguido e ameaçado de morte foram objetivadas”.

Por seu turno, declaração prestada por Apolônio Monteiro de Araújo, em 07 de agosto de 2002, incluída no requerimento da família à CEMDP, confirmou as ameaças de morte sofridas por Amaro, que teria lhe revelado “antes de ser morto, que estava sendo perseguido e ameaçado de morte, acusado de exercer atividades Subversivas”.

Pedro Bezerra da Silva, trabalhador rural que esteve preso com a vítima, declarou ter informações de que Amaro Felix foi visto pela última vez em um jipe de placa branca, deitado debaixo do banco, já falecido, amarrado por correntes, sendo escoltado por policiais.

Declaração de Elias, o filho mais velho de Amaro, descreveu perseguições e ameaças de morte sofrida por Amaro. Elias declarou também ter sido preso e agredido por policiais e por funcionários da Usina Central de Barreiros. De acordo com ele, a família ouviu relatos de que o corpo de Amaro teria sido jogado dentro da caldeira da usina ou no rio Una, na região de Barreiros em Pernambuco. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 1972).

Amaro Felix foi declarado anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia, em julgamento realizado no dia 21 de novembro de 2007, nos termos da Lei nº. 10.559/2002 (Requerimento 2003.01.19201, Portaria publicada em 05 de janeiro de 2009).

Apesar da forte perseguição aos dirigentes do PCR desde os primeiros

¹³⁷ Assim era chamada uma estrutura clandestina que dava suporte a atuação das organizações políticas perseguidas durante a Ditadura Militar. Era utilizada para treinamentos, esconder militantes, guardar armas, realização de reuniões e etc.

passos do partido¹³⁸, incluindo prisões, torturas e assassinatos, o ano de 1973 marca o momento em que aparelho repressor da Ditadura Militar jogou toda sua energia na destruição do partido.

Para o aparelho repressor da Ditadura Militar, que já havia conseguido praticamente destruir a ALN e outras organizações políticas do Sul e Sudeste, restava exterminar o PCR, que apesar da morte de dirigentes, continuava desenvolvendo ações em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Para a Ditadura, o estopim foi a ação de expropriação de armas que o PCR organizou ao suplemento do Parque da Aeronáutica de Recife, no dia 20 de março de 1973. A ofensiva contra o PCR reuniu o DOPS/SP, comandado por Sérgio Paranhos Fleury, o DOI-CODI de São Paulo e Pernambuco, além do comando do II Exército e IV Exército.

Por que Fleury queria destruir o PCR? Porque já estava destroçada grande parte da esquerda armada, e o PCR, no Nordeste, não estava destruído ainda. Eles destroçaram uma parte, mas não conseguiram aniquilar. Foi um grande feito da gente, importante nas nossas vidas e do qual me orgulho também. (V. COSTA, 2013)

Como indica o historiador José Alberto Saldanha de Oliveira¹³⁹, provavelmente essa ação de desmantelamento do PCR começou na Paraíba, onde havia acontecido um Ativo do Movimento Estudantil, reunião dos principais militantes estudantis do PCR, que contou com a presença de delegações de todos os estados onde o partido atuava.

Iniciada a Operação da Ditadura contra o PCR, as prisões começaram a acontecer em vários estados. Em Alagoas o primeiro a ser preso foi Fernando Costa no dia 28 de Julho de 1973. No momento da prisão, Fernando conversava com uma amiga na Praça da Faculdade. Segundo seu depoimento na Comissão da Verdade de Alagoas, estava passando instruções para que ela indicasse a ajuda do advogado José Costa para os pais de Fernando. Não houve tempo, ambos foram presos.

Então na tarde do dia 28, na Praça Afrânio Jorge, mais conhecida como Praça da Faculdade, eu já sentindo o cerco apertando, conversava com uma companheira na hora que chegaram. Coincidentemente eu estava

¹³⁸ Em 23 de Janeiro de 1970 é expedido um mandato expedido pelo Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles, auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, contra Amaro Luiz de Carvalho (que já estava preso), Nuremberg Borja de Brito (que foi preso junto com Amaro Luiz de Carvalho), Manoel Aleixo da Silva, Amaro Felix, Ricardo Zarattini Filho, Valmir Costa, Manoel Lisboa de Moura, Severino Antônio Barbosa. Todos esses atuavam organizando camponeses na Zona Canavieira de Pernambuco.

¹³⁹ OLIVEIRA, 1994, p. 157.

orientando a mesma para que no momento em que eu fosse preso — sabia que não passava daquela tarde —, que ela procurasse meu pai e recomendasse a ele procurar o Zé Costa, que era um advogado de renome e parente nosso, no sentido de que ele agisse para tentar, o mais rápido possível, me localizar. Eu sabia que eles não iam me tratar a pão-de-ló, não. A surpresa foi que, além deles me prenderem, prenderam a companheira também, que não tinha participação praticamente nenhuma. (F. COSTA, 20013).

Cada prisão era acompanhada de tortura, cujo objetivo era obrigar os militantes a entregar informações sobre a atuação de seus companheiros. Em Alagoas, os presos políticos eram levados para as câmaras de tortura, que ficavam instaladas nos galpões da Petrobrás, localizados onde hoje é terreno da Universidade Federal de Alagoas. Relata Fernando Costa:

Abriram um álbum com fotografias. Eu me lembro de uma das figuras que eles perguntaram muito se eu conhecia, era o Ricardo Zarattini, irmão do Carlos Zara. Eu, primeiro, não era medalhão do partido, nem nunca tinha sabido que o Ricardo Zarattini tinha pertencido ao PCR e, depois, eu não tinha tido convivência. Mostraram outras e mais outras fotos, e eu percebi que aquele era o motivo para iniciar as torturas. A essa altura, evidentemente, que eram respostas nada satisfatórias. O cidadão ser jogado no pau de arara e ao mesmo tempo levando choque elétrico. Utilizavam uma maquininha, não sei se é pimentinha que chamam, mas lá eu sabia que era chamada de telefone de campanha, onde eles acionavam aquela manivela e aplicam choques. A corrente, dá para imaginar, ultrapassava essa normal de 220. Não matava, certamente porque era uma corrente alternada, não era contínua. Então eu percebia que eles voltavam a manivela. E nessas ocasiões, na maioria das vezes, eu tinha a sensação de que, a cada minuto, eu perdia os sentidos e recobrava. Resultado da coisa: chega um momento que você não tem forças mais para se manter ali, e no entanto é obrigado a se manter. Você perde totalmente o controle das forças. Quando, depois de certo tempo, eles tiravam do pau de arara e me colocavam numa sala molhada, onde continuava a sessão de choques elétricos. A fora, também, a pancadaria. Achando pouco, a partir daí, também, me colocavam sobre duas latas, dessas latas de óleo de um litro e com as bordas afiadas, em pé sobre as duas latas e recebendo choques. Eu lembro que, em uma das vezes, eu fui jogado, bati na parede e caí no chão sem sentidos. Então esse era o trato que eles davam. Isso no primeiro dia. (F. COSTA, 20013).

No dia seguinte a prisão de Fernando Costa, seu irmão e também militante do PCR, Jefferson Costa, foi preso. Para ampliar a pressão, uma das características da Ditadura Militar também era a tortura psicológica. Dessa maneira, os pais de Fernando e Jefferson também foram presos, assim como seu irmão mais novo, Giovani Costa, além de Paulo, que era primo deles e se encontrava na residência no momento da operação policial.

Eu peguei um ônibus, que eu morava no Farol, e saltei na Praça Deodoro, e peguei um táxi. Porque nós já desconfiávamos que seríamos presos porque sabíamos que o DOI-CODI estava em Maceió, e eles vieram direcionados

para a gente. No táxi, quando eu dobrei na rua do IML [Instituto Médico Legal], minha mãe morava ali, tinha uma Veraneio parada na porta. Eu desconfiei e mandei o táxi passar direto. Só que tinha uma pessoa dentro e me viu. Tinha uma construção no final da rua. Quando chegou lá, eu desci do táxi e o táxi seguiu, e eu vi quando a Veraneio foi atrás do táxi. Eu fui em casa. Quando eu empurrei a porta, a casa estava cheia de... Fui recebido por vários homens armados de metralhadora. Me deram voz de prisão. Já estava lá numa cadeira Giovani, meu irmão, que tinha passado a noite fora e chegou no outro dia. Prenderam ele e Paulo, um primo meu. Então nós fomos sequestrados. Nos botaram na Veraneio, que já tinha voltado para a porta, nos cobriram com um cobertor e nos levaram. Quando chegou num determinado local, eles botaram um capuz e desceram com a gente, quando começou a sessão de espancamento e tortura. Fernando já estava lá. Tinha sido preso na sexta-feira à tarde. Eu cheguei e eles me torturaram barbaramente, nesse primeiro dia. Depois foram prendendo, por exemplo, o Breno, Flávio, o Denis estava viajando. O Flávio, que tinha sido do movimento estudantil, mas na época não era mais. E prenderam também uma menina que namorava com o Fernando, que era menor de idade, de quinze anos. Nos deixaram lá sendo torturados e quando não estávamos sendo torturados, ficávamos ouvindo os gritos dos companheiros que estavam sendo torturados em outras dependências. Nesse local estavam minha mãe e meu pai. Eles passaram dois dias ouvindo essas barbaridades, os gritos. (J.COSTA, 2014)

Logo após as prisões de Fernando e Jefferson, Breno Agra também foi preso. Um dos objetivos da Ditadura era por as mãos em Dênis Agra, que tinha bastante visibilidade política por ter sido presidente do DCE.

Entretanto no momento dessas prisões, Dênis se encontrava no Rio de Janeiro, tinha ido visitar o amigo José Braga. Quando soube das prisões em Alagoas, Dênis preferiu não comprometer o amigo do Rio de Janeiro; então decidiu pedir ajuda ao professor de medicina Samuel Pessoa, que residia em São Paulo. Antes de chegar a São Paulo passou uma semana no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, hospedado com o amigo de infância, Auréio Torres, que também estudava medicina e era seu conterrâneo de Viçosa/AL¹⁴⁰.

Porém, atendendo aos apelos de seu pai Mário Agra, Dênis retornou a Maceió e decidiu se apresentar à Polícia Federal. Havia a promessa que responderia em liberdade, todavia a decisão da Polícia Federal foi prendê-lo e encaminhá-lo para o DOPS em Recife onde foi torturado assim como os demais militantes alagoanos do PCR¹⁴¹.

Inicialmente passou 23 dias isolados numa cela. Depois, fez companhia a um camponês do Rio Grande do Norte, que também era militante do PCR. Havia muitos prisioneiros naquele departamento obscuro do Exército. O DOI-CODI fora abarrotado de pessoas, a maioria das quais possuía algum nível de vinculação com o PCR. Seja em movimentos do campo, seja nas atividades estudantis e populares nos centros urbanos das capitais

¹⁴⁰ CAVALCANTE, 2014, P. 71-73.

¹⁴¹ IBDEM

nordestinas, notadamente.

(...)Depois da sessão, encarceravam Dênis, que permanecia isolado por quatro a cinco dias, sob total esquecimento. Fazia parte do ritual macabro. Depois reiniciavam todas as técnicas de tortura, com choque e, em seguida, novo isolamento... Dênis passou o período todo de cueca e urinava numa garrafinha... Raramente permitiam a saída dele até o chuveiro, e o acesso ao banheiro era esporádico... O retorno a Maceió ocorreu pelo fato de o serviço de informação ter descoberto sua pouca influência na direção do PCR no nordeste. Era, na verdade, um militante convicto e disciplinado.(CAVALCANTE, 2014, p. 82,83)

O único deputado alagoano de oposição, Vinicius Cansanção, do MDB denunciou as prisões arbitrárias, exigindo uma providência, inclusive do Ministério da Educação¹⁴².

Além de Fernando e Jefferson Costa e Dênis Agra, foram presos Breno Agra, irmão de Dênis, Denisson Cerqueira Menezes, que havia sido do exército, Flávio Lima da Silva, Hélia Mendes, Luiz Nogueira, Paulo Newton, José Mário, Norton de Moraes Sarmento, Vera Costa, Lauro Mendes Filho, Maria das Graças Bandeira Mendes e Sônia Maria Mendes Bandeira, os três últimos irmão de Selma Bandeira¹⁴³, que só viria a ser presa numa nova investida da Ditadura contra o PCR, em 1978.

Fernando Costa, Jefferson Costa, Dênis Agra, Breno Agra e Norton de Moraes Sarmento ficaram presos por sete meses no presídio São Leonardo, onde responderam ao processo correspondente ao inquérito 19/73 da Polícia Federal. Atuaram em defesa dos estudantes os advogados José Costa, Mércia Albuquerque e Benjamim Neves. Foram condenados nos itens III, IV e VI do Decreto Lei Nº 477 de 26 de julho de 1969.

É importante destacar que a todo o momento a reitoria da UFAL, que tinha a frente o professor Nabuco Lopes, colaborou com a Ditadura, como revela esse episódio acontecido com Dênis Agra, narrado pelo jornalista Joaldo Cavalcante:

Certa feita, ele estava assistindo à aula de Medicina Legal, quando chegou o motorista do reitor Nabuco Lopes. O portador trazia um “convite” para Dênis o acompanhar até a reitoria imediatamente, onde se encontraria com o reitor. A explicação para tanta pressa é que desejaria conversar antes de passar um mês em viagem pelos Estados Unidos.

O convite era irrecusável, em se tratando da maior autoridade do campus universitário. E assim seguiu com o motorista. Chegando à reitoria, que à época funcionava a avenida Duque de Caxias, Dênis foi surpreendido ao adentrar na sala do reitor Nabuco Lopes, a que se fazia acompanhar do coronel Pires, chefe da segurança da Universidade. Eles, então, ligaram um gravador e procederam um verdadeiro interrogatório de quase duas horas.

¹⁴² CAVALCANTE, 2014, p.75.

¹⁴³ Inquérito 19/73 DPF/AL

Em todos os momentos, a inquirição insinuava ligações entre os integrantes do DCE e militantes de partidos clandestinos.(CAVALCANTE, 2014, p.66)

Em processo sumário pela portaria Nº 01/UFAL de 07 agosto de 1973 eles foram impedidos de estudar na UFAL por três anos. A decisão foi assinada pelo seu vice-reitor Everaldo de Oliveira Castro.

Não tivemos chance de defesa. A Ufal mandou o advogado Joubert Scala os ouvir. Ele presidia o inquérito instaurado pela instituição. Do jeito que estávamos sofrendo, até foi positivo recebe-lo. Conversamos muito à vontade, mas sabíamos que era um jogo de cartas marcadas mesmo. Não sei dizer até que ponto ele teve influência no desfecho desfavorável dessa apuração. (CAVALCANTE. 2014, p. 85)

As prisões seguiam acontecendo, a Ditadura pretendia colocar as mãos no principal dirigente do PCR, o alagoano Manoel Lisboa de Moura. Antes de atingir o seu intento, a Ditadura assassinou Manoel Aleixo, responsável pela direção do trabalho camponês do PCR após a morte de Amaro Luiz de Carvalho.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que Manoel Aleixo foi preso no dia 28 de agosto de 1973 e assassinado no dia seguinte com um tiro nas costas por agentes do DOPS/PE. A versão da CNV contesta a versão apresentada pela Ditadura, segundo a qual Manoel Aleixo teria sido morto no município de Ribeirão/PE, após reagir à prisão e trocar tiros com a polícia.

Quanto à atribuição de responsabilidade pela morte de Manoel Aleixo, há pelo menos três indicações possíveis. Em primeiro lugar, o policial Jorge Francisco Inácio assumiu a autoria do disparo que atingiu fatalmente Manoel, conforme o auto de resistência lavrado pelo próprio agente. Por sua vez, em telegrama enviado ao Diretor do Departamento de Polícia Interior de Recife, no dia 29 de agosto de 1973, o Delegado de Polícia de Ribeirão, Odon de Barros Dias, comunicou que aproximadamente às 8 horas daquele dia, “o Sgt Pm Oscar Egito da Silva que se achava a serviço secreto do exército assassinou a tiros de revólver o popular Manoel Aleixo da Silva”. Há ainda uma terceira hipótese baseada no depoimento prestado pelo ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Guerra, à CNV e à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), em que o agente declarou ter ido a Pernambuco para matar Manoel Aleixo e descreveu as circunstâncias em que se desenrolou a operação (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Dezembro de 2014).

Edval Nunes da Silva Cajá, que tinha uma reunião com Manoel Aleixo marcada para um dos dias que estava preso, confirma a tese da impossibilidade de ter havido o tiroteio em depoimento à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo:

Saí com aquele frio na barriga, aquela carga assim, aquele impacto. Desci

lá, rígido e com a mão aqui já para pegar o meu revólver. Desci a escada, sem fazer... fui descendo, não apareceu nada. Passei a feira, olhei ali, nada. Nasci aqui. Fomos para frente. Mas até a hora, o medo não era tanto, porque não tinha publicado ainda. Não havia publicação. No dia seguinte sai no jornal: "Manoel Aleixo morto num tiroteio na cidade de Ribeirão". Onde era ponto. "Morto num tiroteio quando os órgãos de segurança foram dar voz de prisão". Deram o nome do soldado que atirou. Tenho o nome dele lá. Que atirou por não acatar, sacou a arma, e o agente da segurança então, numa autodefesa, em legítima defesa, sacou a arma primeiro, e lá ele morreu. Uma farsa, porque não entregaram o corpo. Fomos à delegacia, nunca houve tiroteio naquele dia. E, portanto, no dia que eu fui, que era o ponto, ele estava sendo torturado, ainda não estava morto. Fiquei, dia 27, num sábado, 27 de agosto de 1973, esperando ele, e ele estava sendo torturado no DOI-Codi. Trincoou os dentes, não deu uma informação, uma só informação. Então, estou falando, insistindo nisso, porque era outra farsa que foi dita, que está no livro do Cláudio Guerra, que esse homem foi escalado para ir lá matá-lo, na cidade do Recife. (Depoimento de Edval Nunes da Silva Cajá a Comissão da Verdade da Assembléia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

Todavia, Cajá contesta que a versão de que Manoel Aleixo tenha sido morto por um tiro nas costas. Segundo Cajá, Manoel Aleixo foi assassinado por consequências de métodos brutais de tortura:

Então, estava com um ponto marcado com ele, essa queda do Manoel Aleixo foi no dia 26 de agosto de 1973, fazia as ligações. Então, em 16 de agosto caiu Emmanuel. Esse aí foi preso no dia 29, Manoel Aleixo é preso, sequestrado da sua casa, da sua casa, não foi esse cara, esse mentiroso desse Cláudio Guerra, que disse que pegou um avião do Rio, pegou uma passagem, chegou, foi encontrar, apontaram quem era ele e foi lá e deu um tiro e matou o Manoel Aleixo. Ele foi sequestrado da sua casa, às quatro e meia da manhã, por quatro homens armados, numa Veraneio verde, que, segundo a sua esposa, que era uma mulher analfabeta, do canavial, cortadora de cana, disse que era um carro verde, mas tão verde quanto as canas-de-açúcar, como o verde da cana.

E levaram ele, disseram que eram amigos dele, que não se preocupasse que ele voltava já. Portanto, levaram para Recife, para o DOI-Codi, esse tempo, porque era dirigente, já tinha sido preso em 1969, quando Amaro tinha sido preso, já tinha sido preso. Então, levaram para o DOI-Codi para a cadeia do dragão, tortura, empalamento, e o mataram em pouco tempo. No dia 29 ele já estava morto. Mataram ele dia 29. Sua cabeça, esse Emilson, que é um delator e não gosto muito de citar delator, porque ali ele disse sob coação, mas disse depois que saiu, disse que viu a cabeça de Manoel, os miolos batendo na parede. Bateram de cacete, porque, de tão indignados que um cara que não tinha curso acadêmico, não tinha, não conhecia o comunismo, e com aquela, não dar uma informação, de nenhum companheiro, então começaram a sair da sofisticação e pegaram um cassetete de madeira, grande, e começaram a bater na cabeça dele que os miolos estouravam na parede. Os miolos do cérebro, a parte mole do cérebro. Isso, no dia 29, em dois dias fizeram isso com ele, em 1973. E anunciaram no jornal, no dia 30, só no dia 30. (IBDEM)

De acordo com a cadeia de comando, a CNV responsabiliza os seguintes agentes da Ditadura Militar pelo assassinato de Manoel Aleixo: Governador de

Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite; Secretario Estadual de Segurança Pública, Armando Hermes Ribeiro Samico; Diretor do DOPS/PE, José de Oliveira Silvestre e Delegado de Polícia de Ribeirão, Odon de Barros Dias. Além destes, Jorge Francisco Inácio assume ter efetuado o disparo que resultou na morte de Manoel Aleixo e lavrou o auto de resistência com a versão falsa de morte.

Finalmente, após dezenas de prisões e sessões de torturas de militantes do PCR, no dia 16 de agosto de 1973 a Ditadura Militar prendeu Manoel Lisboa. No mesmo dia também foi preso Emmanuel Bezerra dos Santos, que como já apresentado, voltava de uma viagem ao Chile e Argentina, onde tinha a missão de contactar o Movimento de Esquerda Revolucionário – MIR e Ricardo Zarattini para uma aproximação com a Tendência Leninista.

A história é a seguinte. Tínhamos contato para fazer no Chile, com o MIR. Tinha de encontrar companheiros exilados, entre eles o Zarattini, que estava na Argentina. Então, a viagem, era a segunda viagem que nós fazíamos. (Depoimento de Edval Nunes da Silva Cajá a Comissão da Verdade da Assembléia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

Segundo relatório da CNV, Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa foram presos juntos, em Recife, na praça Ian Fleming. Depois de serem levados para a sede do DOPS/PE, foram transferidos para o DOPS/SP, onde teriam sido torturados e assassinados pelo delegado Sergio Paranhos Fleury.

A versão da Ditadura Militar é que Manoel e Emmanuel foram mortos após troca de tiros com a polícia no Lago da Moema em São Paulo, no dia 04 de setembro de 1973. Segundo os militares, Manoel havia informado à Polícia da chegada de Emmanuel Bezerra do Chile, que armou uma emboscada. Quando os policiais deram voz de prisão, Emmanuel reagiu e os policiais atiraram nos dois. Para confirmar a versão, os médicos do IML/SP Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues reafirmaram a tese dos militares nos exames necroscópicos.

Para Cajá, Emmanuel foi preso, torturado e assassinado em São Paulo, numa ação da Operação Bandeirantes, que tinha vinculação com os aparelhos de repressões de outros países que também viviam governos ditatoriais.

Emmanuel Bezerra, nem a casa onde ele morava, ele tinha um aparelho em Maceió, ele morava em Maceió na época, era assistente do Estado, em Maceió, foi capturado, foi torturado aqui em São Paulo, nem a cidade onde ele estava morando eles não souberam. O Emmanuel Bezerra. O DOI-Codi não soube onde ele estava, não só o aparelho, de onde era, ele não deu uma informação. O que sabiam era que era filho do Rio Grande do Norte, era procurado e estava vindo ao encontro de um terrorista. Não deu uma

informação. Não viu nenhum dos companheiros do partido. Quer dizer, aí montaram a farsa de que ele morreu num tiroteio. (IBDEM)

José Emilson confirma o comportamento de Emmanuel Bezerra na prisão e relata as atrocidades cometidas contra ele na prisão:

E Emmanuel Bezerra, a despeito do livro Guerra Suja dizer que ele teve uma atitude negativa, que teria dado informações para a repressão, isso é mentira porque Emmanuel morreu com os vinte dedos arrancados a alicate, inclusive o umbigo. O pênis e os testículos foram cortados à faca peixeira. Ele morreu escorado numa parede, num rio de sangue, nem o nome do pai dele, ele disse. (Depoimento de José Emilson à Comissão da Verdade de Pernambuco, 13 de dezembro de 2012)

Cajá ainda afirma que Manoel Lisboa foi preso, torturado e assassinado em Recife, sendo trazido para São Paulo já morto, como forma de despistar a família.

Então, para mim, afasto qualquer possibilidade de Manoel ter vindo para cá. Veio morto, numa rede, numa estopa, e tanto que estava na cova, a estopa estava lá. Ninguém traz alguém enrolado numa estopa. E tiramos os restos mortais, está lá a estopa. (IBDEM)

Amélia Teles da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, em audiência para investigar as mortes de Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa, promovida pela Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, realizada no dia 06 de setembro de 2013, explicou como foi possível encontrar os restos mortais de Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa. Ela também contesta a versão da Ditadura Militar, porém, discorda de Cajá no que diz respeito à prisão de Emmanuel. Para Amélia Teles, nem Emmanuel, nem Manoel foram presos em São Paulo. Todavia, sustenta que provavelmente ambos tenham vindo para São Paulo mortos, apenas para serem enterrados clandestinamente.

E nós vamos ver o seguinte, que esse, no caso deles, eles são tão, eu falo que eles são os desaparecidos da transição, porque está tendo a transição, a mudança da estratégia. Transição em termos de estratégia de repressão política. Aí eles estão com o nome deles verdadeiro. Eles não puseram nome falso. Porque era muito comum eles colocarem um nome falso, tem um T, fica o nome falso, não põe o nome verdadeiro, põe como causa mortis sempre aquela, o histórico da morte, desculpa, é sempre terrorista morto em tiroteio, ou foi atropelado, ou suicidou-se. Mais é terrorista morto em tiroteio. Onde morrem os dois, os dois chamados terroristas e não morre outra pessoa, não acontece nada. E no caso deles, geralmente com nome falso, muitos deles com nomes falsos, e esses aí, a repressão é tão descarada que põe o nome deles verdadeiro, põe o nome verdadeiro. Como eles não foram, no meu modo de ver, nenhum foi preso aqui em São Paulo. Pode ser por paulistas, pelos órgãos paulistas de repressão, mas não aqui na cidade. Então, você vai pegar, e é interessante, primeiro que a gente olha e fala: nós sempre denunciávamos a morte desses dois, o nome deles está aqui, igualzinho, e nós vimos que eles estavam enterrados no Campo Grande,

que também é um cemitério que fica na zona sul da cidade, que foi pouco usado pela repressão, pelo menos que a gente tinha conhecimento. Porque Perus a gente já sabia. Vila Formosa e Perus eram os mais mencionados na época. Então, o que a gente, o que acontece? Nós vamos lá no cemitério de Campo Grande e fomos ver se isso era verdade mesmo, porque está escrito no documento, tinha número da sepultura. Se vocês olharem todo o documento, vocês vão ver que tem informações. E quando chegamos lá, não só estava tudo certinho, a tal da sepultura e tal. Como nós fazíamos parte da Comissão de Investigação das Ossadas de Perus, ela tinha já uma articulação com os legistas da Unicamp. Então, nós fomos lá ao cemitério com a turma da Unicamp para fazer a exumação das ossadas. Aí que você vê que eles não foram presos em São Paulo, porque o Manoel tinha aquela sandalhinha, a sandalhinha do nordestino, aquela famosa, de couro. E lá está falando que eles eram nordestinos. Olha, essa sandalhinha tem a ver. Porque aquilo que envolve aquele esqueleto conta muita história para a gente, dá muita informação. Aí nós falamos: "poxa, esse aí veio do nordeste? Será que trouxeram para cá? Veio? Não sei. Porque ele tinha a sandalhinha". Depois vejo ele contando que ele nem tinha condições de ficar em pé, ou seja, eles montaram a farsa, puseram até a sandalhinha. E o Emmanuel tinha uma blusa pesada, de peruano, chileno. Quer dizer, ele veio de outro país. Ele não estava aqui. E um país que fazia muito frio. Você via, porque aquela roupa, porque o cemitério de Campo Grande é muito diferente dos outros cemitérios. Ele, inclusive, é todo revestido, cada sepultura é revestida de tijolos. Então, a preservação dessa ossada e dessas roupas é muito mais garantida. Vocês não imaginam. A gente vai aprendendo nesse processo, de tanto ir a cemitério para verificar. Então, quer dizer que foi ali que nós identificamos os dois. Na época nós até pensamos "o que aconteceu com eles?". A gente já vinha descobrindo, por uma série de razões, que a versão policial era mentirosa. (Depoimento de Amélia Teles à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

O fato é que tanto a CNV quanto Edval Cajá e Amélia confirmam que a versão da Ditadura Militar não se sustenta. Mais duro porém é o depoimento de José Nivaldo Júnior, que esteve preso e declarou ter visto Manoel Lisboa, seu amigo e companheiro, em estado físico bastante crítico devido às torturas:

Era um corte grande. Era um corte que, naquele momento, não posso dizer que expunha vísceras, mas que era capaz. O corte em si. Além do mais, uma figura ensanguentada, coberto de sangue. Isso que eu percebi foi muito, quer dizer, tudo isso num segundo, dois segundos, que o cara evidentemente tirou para eu ver, fez questão que eu visse, como se dissesse: "está vendo aí, filho da mãe, o que a gente faz?" Ou, enfim, um recado, dando um recado para que eu visse a situação em que se encontrava o meu líder, o meu chefe, meu amigo, enfim. E posso dizer, Presidente, que aquele ser humano não tinha a menor condição de ficar em pé, quanto mais de participar, de calçar sapato. É uma brincadeira imaginar isso, apertar um cinturão para segurar uma calça. É uma brincadeira de mau gosto, segurar um revólver ou uma carteira ou qualquer coisa com aquelas mãos. É impossível. Não posso dizer que tivesse osso quebrado, não sei, mas as condições físicas não permitiam sequer que ele ficasse em pé, quanto mais que participasse de tiroteio. E estava agonizante. Eu não posso garantir que ele faleceu no Recife. Não posso garantir, eu. Alguns companheiros, companheiras, ouviram os gritos e as ameaças finais, e a sentença final de um torturador que disse: "desse, vocês não vão ter mais nunca". "Desse que se foi, vocês não vão ter mais nunca". Eu estou dando o meu testemunho, e meu testemunho é que aquele ser humano, no início do mês de setembro, não tinha condições de ficar em pé, de se deslocar, de exercer qualquer atividade normal, nenhuma condição.

Portanto, é absolutamente impossível que ele tenha participado de qualquer atividade, muito menos uma atividade militar, que levasse a tiros e mortes. (Depoimento de José Nivaldo Júnior à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

Cajá ainda relata que a família de Manoel Lisboa veio a São Paulo no período de sua morte e descobriu que não houve qualquer tiroteio, que o corpo veio para São Paulo para atrapalhar as investigações da família e dos militantes do PCR que sobreviveram.

Para cá veio o irmão de Emmanuel, veio a mãe de Emmanuel, na Vila Moema, percorreu todos os barzinhos, não houve tiroteio nenhum. Não houve tiroteio. Podiam ter dado com bala de festim, e nem isso tiveram o trabalho de fazer. O irmão perdeu a farda porque foi exigir, antes do corpo dele estar morto, quer dizer, informação sobre ele. "Você pode perder a farda". "Que perca, eu quero meu irmão, quero saber de meu

irmão, estou aqui com minha mãe".

(...)Então quer dizer, por isso era importante a farsa de botar o sepultamento aqui, porque o tiroteio que morreu foi aqui, porque desviava a família, era mais longe, a família era de Alagoas, ficavam entre Alagoas e Pernambuco. Então, dificultava ao partido, dificultava à família, para poder ficar o lance, não ficar com tanta sede ali. (Depoimento de Edval Nunes da Silva Cajá à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo. 09 de março de 2013)

Edval Cajá apresenta uma versão de como, após seguidas prisões na Paraíba e em Alagoas, a polícia conseguiu prender Manoel Lisboa:

Então, as ordens eram que quatro horas encerra qualquer panfletagem, de fábrica etc., porque às quatro e meia, cinco horas, começa o movimento das Forças Armadas no quartel, soldado entrando e saindo. Aí pegaram dois companheiros, inclusive armaram, e desobedeceram o horário e foram, prosseguiram a panfletagem. Então, pegaram esses dois companheiros, eram secundaristas, mas muito jovens, um deles hoje é Deputado Estadual, lá na Paraíba, o Anísio, que tem um discurso dele nos jornais de ontem homenageando Manoel Lisboa, grande homem, aprendi tudo que sei com ele. É um desses. Então, pegaram esses dois, levaram para o exército, para o Batalhão de Engenharia que tem lá em João Pessoa, e deram um cacete muito grande, e um deles, não foi o Anísio, foi o outro, que disse que pegava as instruções nas praças de Recife. Então, pegaram a informação de Maceió, pegaram a informação de Recife, que as praças de Recife, e algumas delas, diziam, "eu acho que numa praça tal e tal". Então esse cara foi preso, os dois, e o que deu essa informação, depois conseguiu ter acesso a uma gilete e cortou o punho, tentou se suicidar lá, cortou o punho para, com a culpa de ter feito a informação. (Depoimento de Edval Nunes da Silva Cajá à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

Manoel Lisboa foi preso quando se dirigia a um encontro com a operária Fortunata. Na realidade o encontro seria com a operária Maria do Carmo, mas como

ela era fiscal de um setor na fábrica Torre, o seu chefe havia dado ordem para ele fazer hora extra, então escalou a operária Fortunata, que havia entrado há pouco tempo no PCR, para o encontro com Lisboa.

Em entrevista realizada para a tese de mestrado de Neusah Maria Cerveira¹⁴⁴, Maria do Carmo relata:

- E você foi presa?

- Eu fui presa na Fábrica Torre, quando eu estava entrando para trabalhar. Porque o Manoel Lisboa foi preso e foi preso com uma operária que fui eu que fiz a ponte dele com ela.

-Quem era essa operária?

- Era Fortunata

Na mesma entrevista Maria do Carmo também defende a tese de que a queda de Manoel Lisboa foi resultado de delações decorrentes de prisões na Paraíba e em Alagoas:

- Ela foi encontrar com ele nesse ponto?

- É, nesse ponto ele foi preso... porque estava havendo muitas prisões... Paraíba, Maceió... a gente imagina que essa prisão dele foi consequência dessas outras, alguém falou... a gente tem que admitir que havia liberalismo, entende? E se encontravam muitos deles num canto só. E quem tava preso que tava falando... e ele era uma pessoa profundamente procurada.

- E havia possibilidade dessa Fortunata... só tô pensando aqui?

- Não. Levantaram essa possibilidade, porque ela tinha um cunhado que era da polícia, mas eu não acho que havia de jeito nenhum essa possibilidade.

- Não? Você a conhecia bem?

- Eu a conhecia bem. E ele era daqueles "caras policial burro", entendeu? É, só eu acho que o partido muitas vezes atribuiu assim (a culpa a Fortunata) porque não tinha nada mais concreto.

José Nivaldo Júnior contesta essa versão e defende que a prisão de Manoel Lisboa se dá por conta da suspeita levantada pelo policial casado com a irmã de Fortunata:

Uma operária da fábrica da Torre estava sendo recrutada para o PCR, mas

¹⁴⁴CERVEIRA, 2001, p. 125-126.

morava na casa da irmã, que era casada com um policial. E o policial desconfiou e passaram a seguir a moça e, simplificando, chegaram a Manoel Lisboa, num encontro com ela. E ele foi preso na Praça Fleming, no dia 16 de agosto. (Depoimento de José Nivaldo Júnior à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

Edval Cajá apresenta um relato da operação para a prisão de Manoel Lisboa:

Por isso que a praça, na hora que ele estava sentado, ele ficou cerca de uns 15 minutos aguardando, andando, quando ele sentou, porque são 5 minutos de espera e tolerância máxima 15, e quando ela chegou, ele achou estanho o movimento. Engraxate pra caramba na praça, um caminhão descarregando Coca-Cola às sete da noite, num bar, e a Coca-Cola ficava perto desse local, e um caminhão entregando, cheio de funcionários em cima do caminhão, mas atrás das caixas estava tudo cheio de fuzil, e não se percebia. Foi na hora, porque acharam que era ele. Na hora que chegou a companheira Laura, com esse bilhete, quando ele abriu o bilhete, namorado beija na boca, eles não se beijaram na boca, naturalmente, porque o partido tem suas, você não, disse que entraram com Manoel, para se fazer de namorada, mas também tem limite. Não dá para você posar que é casal e ficar nessa situação. Então, beijou no rosto, entregou a carta, ele abriu a carta e começou a olhar a carta. Ele não terminou a carta, usava uma 45 e atirava muito bem, e a 45 era privativa das Forças Armadas, não deu tempo de puxar, porque quando ele estava, naquilo passou um... Os casais de namorados eram tantos, que atrás dele sempre tinha gente passando, e um desses foi o que deu a gravata nele aqui, passando atrás, menos de meio metro atrás do banco, aquele banco de praça, está de costas, e passando as pessoas, transitando. Então, ele foi capturado nessa situação. Quando ele botou a mão aqui, não deu, porque foram uns cinco, seis ou sete em cima dele. Botaram num carro diferente, uma Veraneio diferente, a menina, e ele noutro. A menina chegou lá maluca, ela enlouqueceu no dia seguinte. Não foi só o companheiro telegrafista que enlouqueceu. A Laura também enlouqueceu. Ela também enlouqueceu. E começaram a torturar Manoel. O choque elétrico começou dentro dessa Veraneio, na Praça do Rosarinho, a Praça Ian Fleming. Ali começaram a torturá-lo. E a moça ficou espantada com tamanha violência, era uma militante operária nova, de pouco tempo no partido, mas já estava no partido e estava indo porque a outra não pôde ir. No outro dia, a do Carmo é presa, e ela informou o que sabia. O que ela disse? No espancamento que ela teve, até chegar no outro dia, ela disse que era da fábrica Torre e que Maria do Carmo era dirigente dela, chefe de seção e chefe política dela. Ela informou isso. No outro dia botaram um aparato, capturaram Manoel dessa maneira. (Depoimento de Edval Nunes da Silva Cajá à Comissão da Verdade da Assembléia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

O relatório da CNV ainda reafirma o depoimento da operária Fortunata, que foi presa junto com Manoel Lisboa, para o Dossiê *Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*, segundo o qual, o policial Luiz Miranda, de Pernambuco, e o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury foram responsáveis pelas prisões. Manoel foi algemado, arrastado para um veículo e levado ao DOI-CODI do IV Exército. Segundo denúncia de Selma Bandeira Mendes, que havia sido casada com Manoel e que esteve no DOI do IV Exército no mesmo período que Manoel, ele foi torturado

pela equipe de Luiz Miranda.

A CNV, seguindo a escala de comando, responsabiliza os seguintes agentes do Estado pelos assassinatos de Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa: Presidente da República, general de Exército Emílio Garrastazu Médici; Ministro do Exército, general de Exército Orlando Beckmann Geisel; Comandante do II Exército, general de Exército Humberto de Souza Mello; Chefe do Estado Maior do II Exército, general de Brigada Mário de Souza Pinto; Chefe do DOI, major Carlos Alberto Brilhante Ustra; Comandante do IV Exército, general de Exército Valter de Menezes Paes; Chefe do Estado Maior do IV Exército, general de Brigada Everaldo José da Silva; Comandante da 7ª Região Militar, general de Divisão Carlos Alberto Cabral Ribeiro; Chefia da 2ª seção (Informações) e responsável pelo DOI, coronel Antônio Cúrcio Neto.

Ainda segundo o relatório da CNV, comandaram as prisões e sessões de tortura, Sergio Paranhos Fleury, delegado do DOPS/SP, e Luiz Miranda do DOPS/PE. Valmir Costa, que foi preso somente 1978, numa segunda investida da Ditadura contra o PCR, que continuou existindo e atuando apesar do forte abalo das prisões e assassinados contra seus dirigentes em 1973, afirmou sobre a participação de Fleury nessa operação:

O senhor Sérgio Paranhos Fleury, que foi o principal torturador — ele e a sua equipe — de Manoel Lisboa, Juarez José Gomes, Zé Nivaldo e tantos outros, veio a Pernambuco e Alagoas para prender a mim e a Selma. Não conseguindo nos prender, eles prenderam a família da Selma, torturaram o Lauro Bandeira durante 30 dias no DOI-CODI. Torturaram a irmão do Lauro, minha esposa, Maria das Graças Bandeira e também a Sônia Bandeira. Eles foram levados para Pernambuco, encapuzados, num veículo em que eram pisoteados e maltratados. Em Recife, foram submetidos a todas as torturas que vocês imaginam. Eles não eram militantes políticos como a gente era, do partido.

... Naquele momento, o PCR sobreviveu à prisão de grande parte de sua direção e continuou o seu trabalho. O PCR ainda hoje existe. Sobre a vinda do Fleury, não tenho como dizer se ele veio exclusivamente para desbaratar o PCR, mas, com certeza, o fator principal foi desbaratar o PCR. Eles já tinham prendido o Manoel e alguns outros companheiros, e queriam aniquilar completamente o partido. Graças ao comportamento na tortura, principalmente do Manoel Lisboa, mas também de outros, eles não conseguiram obter as informações que levariam à nossa prisão. Nós continuamos o trabalho, mesmo depois da morte do Manoel Lisboa e de outros companheiros. (Depoimento de Valmir Costa à Comissão da Verdade de Alagoas, 09 de dezembro de 2013)

Então Fleury veio para o Nordeste com a tarefa de comandar as ações de extermínio do PCR. Fazia questão de visitar os presos e se exhibir, como relata José

Nivaldo Júnior:

Fleury eu reconheci. Me lembro muito bem de, no segundo dia que eu estava no DOI-Codi, ele com uma camisa listrada, por dentro da calça, com aquela barriga, chegou: "Finete" – que era meu nome de guerra – "levanta, filha da puta". Aí eu levantei. "Vem aqui". Cheguei perto. "Olha para a minha cara. Está me conhecendo?" "Não, senhor". "Não está me conhecendo, filha da puta?" Falei: "não, senhor". Ele disse, eu não lembro o nome que ele disse: "eu sou o Dr. Barreto". Exatamente. "Eu sou o Dr.Barreto"

Aí fez algumas ameaças que não vou tentar repetir literalmente porque realmente naquela hora eu não estava preocupado em gravar palavras literais. Ele fazia questão de mostrar a cara. Ele era exibido. Era o único dos doutores, porque todos se chamavam doutores na tortura, são os professores de futebol hoje, os técnicos, e os doutores da tortura, que faz questão de mostrar a cara, se fazer reconhecer, como uma forma, não sei, de vaidade, de intimidação. As intenções, não sei. Eu sei que isso ele fez comigo e com muitos outros. Não digo com todos, porque não posso afirmar. Mas, com vários outros sim. Ele ia cela por cela, e de vez em quando ele fazia uma visitinha, passava.(Depoimento de José Nivaldo à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, 09 de março de 2013)

Edsel Magnotti foi o delegado responsável por assinar requisição de exame necroscópico. O documento encontra-se sem o nome da vítima, com um "T" de terrorista grafado e com a causa da morte alterada. Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues, ambos do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, foram os médicos que produziram exames necroscópicos com laudos falsos.

Os corpos de Emmanuel Bezerra e Manoel Lisboa foram enterrados no cemitério de Campo Grande. Segundo o Relatório da CNV, os restos mortais de Manoel Lisboa e Emmanuel Bezerra foram exumados e identificados em 1991 e 1992, respectivamente.

Em 12 de Julho de 1992, Dom Evaristo Arns celebrou missa na Catedral da Sé, em São Paulo, em homenagem a Emmanuel Bezerra e a outros dois militantes políticos que também tiveram o mesmo destino que Emmanuel: Helber José Gomes Goulart e Frederico Eduardo Mayr. Após a missa, a ossada de Emmanuel foi enviada para Natal e em seguida, recebida com festa na cidade em que nasceu, São Bento do Norte/RN, onde foi finalmente sepultado com dignidade.

Assim como Emmanuel, Manoel Lisboa pode regressar a sua terra natal e ser sepultado dignamente. Seus restos mortais foram recebidos em Maceió em cortejo aberto, com caminhão do corpo de bombeiros e batedores. Também foi realizada uma cerimônia que contou com a presença do governador de Alagoas na época, Ronaldo Lessa, que havia sido militante do PCR durante a Ditadura, e o

então reitor da UFAL, Rogério de Moura Pinheiro, que simbolicamente o readmitiu como estudante de medicina da UFAL. Manoel Lisboa foi sepultado no cemitério Parque das Flores no dia 08 de maio de 2003.

CONCLUSÃO

Os primeiros anos da década de 1960 no Brasil, mas especialmente durante o governo João Goulart, são marcados por uma conjuntura política bastante polarizada entre o amplo campo nacional-reformista e o campo conservador, também diverso entre si. Após o Golpe Militar, preparado por setores da burguesia nacional, partidos de direita, as forças armadas e o governo dos Estados Unidos, se verificou a consolidação de uma modernização conservadora, marcada por profunda repressão perseguição política a qualquer um que ousasse desafiar a Ditadura.

Do ponto de vista internacional, durante a década de 1960, além da ressaca dos efeitos da crise do movimento comunista, que se desenvolveu após o XX Congresso do PCUS, em 1956, eventos, como a Revolução Cultural Chinesa, a Primavera de Praga, O Maio de 1968 em Paris, influenciaram o surgimento de uma Nova Esquerda em todo o mundo.

No Brasil também surgiu uma Nova Esquerda, todavia, apesar de também receber influência internacional, as novas organizações de esquerda no Brasil apresentavam uma característica bastante particular, especialmente porque a intensificação dessa fragmentação se deu após o Golpe Militar de 1964. Dessa maneira, a fragmentação da esquerda brasileira durante a década de 1960 deve ser compreendida em dois momentos, antes e depois do Golpe Militar de 1964.

O PCR é um partido que foi fundado após o Golpe Militar, mas é a cisão de um outro partido, o PC do B, que foi fundado um pouco antes do Golpe Militar, em 1962, que por sua vez é a cisão de um outro partido o PCB, que desde o princípio dos anos 1960, no contexto da intensa polarização política que antecedeu ao Golpe Militar, era taxado de reformista por seus adversários na esquerda, e taxado revolucionário por seus adversários na direita.

Desta maneira, o PCR nasceu com o objetivo de fazer uma guerrilha rural a partir do Nordeste brasileiro, disposto a ser uma alternativa revolucionária diante do

PCB e demonstrar mais ação que o PC do B, que também tinha em seu programa a realização de uma guerrilha rural. Do ponto de vista internacional, o PCR foi bastante influenciado pela Revolução Chinesa, mas verifica-se nos seus documentos da época, que se identificava com os vários aspectos da tradição comunista, então, apesar de ser uma nova organização de esquerda, seria forçado classifica-lo dentro do que conceito que ficou conhecido como Nova Esquerda.

O PCR foi um partido bastante ativo no Nordeste brasileiro, destacou-se nesta região como uma força política significativa na resistência a Ditadura. Apesar do desejo de seus líderes, não chegou a estabelecer uma guerrilha rural e suas ações armadas foram poucas. Por outro lado, buscou ganhar penetração na sociedade, organizou ações entre os camponeses, teve pouca influência entre o operariado urbano, mas conseguiu uma notável intervenção no movimento estudantil. Aparentemente, na medida que a realidade se desenvolveu, apesar de não estar declarado em nenhum documento, a influencia da revolução chinesa no PCR se expressou cada vez menor.

Após 40 anos de fundação do Partido Comunista Revolucionário, as poucas pesquisas sobre esta organização política, as dificuldades na pesquisa das fontes, em que pese o crescimento no último período do acervo sobre as organizações de esquerda que atuaram durante a Ditadura Militar, tornaram essa pesquisa uma tarefa exaustiva.

A importância desta pesquisa está em somar-se ao conjunto de estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil, mas principalmente, devido a importância da atuação do PCR na resistência a Ditadura no Nordeste e, em especial, em Alagoas, contribuir para sanar uma carência de produção acadêmica nesta área no Estado, bem como uma carência de pesquisas sobre o PCR em Alagoas e em todo o país.

A não existência de pesquisas sobre o PCR em Alagoas, podemos dizer, se tratava de uma injustiça histórica, tendo em vista que três dos cinco fundadores do PCR eram alagoanos, inclusive o seu principal dirigente, Manoel Lisboa de Moura. Mas a contribuição mais significativa desta pesquisa é possibilitar uma análise da importância do PCR na resistência a Ditadura em Alagoas, especialmente durante os primeiros anos da década de 1970, quando foi fundamental para a reorganização do movimento estudantil na UFAL. O presente trabalho ofereceu uma pequena ajuda

para diminuir a dimensão desta lacuna na historiografia.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada: As Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000
- BABY, Jean. **As Grandes Divergências do Mundo Comunista**. São Paulo: Editora Senzala, [s.d].
- ALVES, Luiz. **O covarde assassinato de Amaro Luiz de Carvalho**. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2012/08/o-covarde-assassinato-de-amaro-luiz-de-carvalho/>>. Acesso em: 11mar. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 2011.
- BEZERRA, Emmanuel. **As gerações futuras**. Volume I. Natal: DHNET, 2010. (Coleção Memórias das Luas Populares).
- BIAO, Lin. **Viva el Triunfo de la guerra popular!** Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/lin/1965/guerrapop.htm>> Acesso em: 11mar. 2016.
- BLOCH, Marc. **Apologia à história, ou, O ofício do historiador**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1998.
- BOFFA, Giuseppe. **Depois de Krushev**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BRAR, Harpal. **Trotskismo x leninismo: Lições da História**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2009.
- BUONICORE, Augusto. **O PC do B em 1968**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1796> Acesso em: 12 mar. 2016.
- CAJÀ, Edval Nunes. **Depoimento a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo**, 09 de março de 2013.
- CAVALCANTE, Joaldo. **Codinome Mota**. Maceió: Venha Ver Editora de Comunicação LTDA, 2014.
- CERVEIRA, Neusah Maria. **Luta Armada no Nordeste (1966- 1973)**: Partido Comunista Revolucionário – O PCR. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.
- COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA. **Proposta Acerca da Linha Geral do Movimento Comunista Internacional**, 14 de Junho de 1963.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/06/14.htm>>. Acesso em: 11mar. 2016.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Declaração sobre a política do PCB**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

COSTA, Jefferson. **Depoimento a Comissão da Verdade de Alagoas**, 18 de março de 2014.

COSTA, Fernando. **Depoimento a Comissão da Verdade de Alagoas**. 19 de novembro de 2013.

COSTA, Valmir. **Depoimento a Comissão da Verdade de Alagoas**, 09 de dezembro de 2013.

CUNHAL, Alvaro. **O partido com paredes de vidro**. Lisboa: Edições Avante, 1985.

DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini a paixão revolucionária**. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

EMILSON, José. **Depoimento a Comissão da Verdade de Pernambuco**, 13 de dezembro de 2012;

ENGELS, Friedrich. **Discurso sobre a ação política da classe operária**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/09/21.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. **A Paixão de uma Utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

_____. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____ (Org.). História do marxismo no Brasil. **Revista**, v.1, Campinas: Unicamp, 2003.

_____. **A Revolução Faltou ao Encontro: (Os comunistas no Brasil)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTANA, Josep. **O fim da história**. Santa Catarina: EDUSC, 1998.

FURR, Grove. **Acusações contra Stálin são falsas**. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2011/09/acusacoes-de-krushev-contra-stalin-sao-falsas/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

GORENDER, Jacob. **O Combate nas Trevas: a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HISTÓRIA DAS DOCTRINAS ECONÔMICAS. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914- 1991)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

HOXHA, Enver. **O Imperialismo e a Revolução**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/hoxha/1978/imperialismo/index.htm> . Acesso em: 11mar. 2016.

HOXHA, Enver. **O Valor das “Liberdades Democráticas” no Estado Burguês e as Formas de Aproveitá-la**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/hoxha/1966/05/11.htm>. Acesso em: 11mar. 2016.

JORNAL A VOZ OPERÁRIA, 1968. Memorial da Democracia. **O PCB fecha questão contra a luta armada**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pcb-fecha-questao-contra-luta-armada>. Acesso em: 12 mar. 2016.

JÚNIOR, José Nivaldo. **Depoimento a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo**, 09 de março de 2013;

KRUSCHEV, Nikita. **Speech to 20th Congress of the C.P.S.U**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/khrushchev/1956/02/24.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Obras escolhidas: Volume 1**. São Paulo: Alfa e ômega, 1982.

_____. **Obras escolhidas: Volume 2**. São Paulo: Alfa e ômega, 1982.

_____. **Obras escolhidas: Volume 3**. São Paulo: Alfa e ômega, 1982.

_____. **Carta ao Congresso**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/04.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. **Marxismo e revisionismo**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/04/16.htm>. Acesso em: 11mar. 2016.

_____. **Que fazer?** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap01.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____ et al. **Trotsky e o trotskismo**. Lisboa: Maria da Fonte, 1973.

LOSURDO, Domenico. **História crítica de uma lenda negra**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

LÖWI, Michel., **A Primeira Internacional, 150 anos depois**. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/digital/166/primeira-internacional-150-anos-depois/>. Acesso em: 11mar. 2016.

LUDWIG, Emil. **Stálin**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/index.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

LUXEMBURGO, Rosa; LÊNIN, Vladimir. **Partido de massas ou partido de vanguarda**. São Paulo: Ed. Ched, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap01.htm#p1c1. Acesso em: 11mar. 2016.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do Passado, Disputa no Presente: esquerdas Revolucionárias e a Reconstrução do Trabalhismo no Contexto da Redemocratização Brasileira (décadas de 1970 e 1980)**. Maceió, Edufal, 2015.

MAJELLA, Geraldo (Org). **O PCB em Alagoas: Documentos 1982-1990**. Maceió, Imprensa Oficial, 2011.

_____. **Rubens Colaço: Paixão e vida : a trajetória de um líder sindical**. Recife, Edições Bagaço, 2010.

_____. **Um Jornalista em Defesa da Liberdade**. Recife, Bagaço, 2014.

MARCOU, Lilly. **A vida privada de Stálin**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MARIGHELLA, Carlos. **Questões de Organização**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/questoes.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MARTENS, Ludo. **Stálin um novo olhar**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas I**, São Paulo, Editora Alfa – Omega, [s.d].

_____. **Obras Escolhidas II**, São Paulo, Editora Vitória, [s.d].

_____. **Obras Escolhidas III**, São Paulo, Editora Alfa – Omega, [s.d].

MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014;

MEYER, Victor. **Frágua Inovadora: o tormentoso percurso da POLOP**. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/polop/>> Acesso em 11 de março de 2016;

MORAES, Dênins de. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989;

MOTTA, Lourival de Melo. **Retrato de uma Época**, Maceió, Edufal, 1984;

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964 – 1985)**, São Paulo, Cortez Editora, 2014;

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Manoel Lisboa (Galego)**. Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/manoel-lisboa/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. **Manoel Lisboa um comunista revolucionário (depoimentos)**. Recife – PE: Edições Manoel Lisboa, 2002.

_____. **Sobre o Movimento Estudantil**. Recife, Edições Manoel Lisboa, 2005.

_____. **Revista Luta Ideológica**. Nº 05, Recife, Edições A Luta, 1971.

_____. **Jornal Luta Operária**. 10 de agosto de 1973.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. **História do Partido Comunista (b) da URSS**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/historia/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. **História do partido comunista (bolchevique) da U.R.S.S**. Recife: Centro Cultural Manoel Lisboa, 1999.

POENER, Artur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

REVISTA LUTA IDEOLÓGICA I. Editorial A Luta, 1971.

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru- SP: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SALDANHA José Alberto de Oliveira. **A Mitologia Estudantil: uma Abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano**. Maceió, Sergasa, 1994.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1989.

SILVA, Antônio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

STÁLIN, Josef. **Fundamentos do leninismo**. Recife: Edições Manoel Lisboa, 2012.

_____. **Works**: Volume 14. Londres: Red Star Press, 1978.

_____. **Works**: Volume 8. Londres: Red Star Press, 1978.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

TSETUNG, Mao. **Análise das classes sociais na sociedade chinesa**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016;

WALKÍRIA, Cláudia. Relatos sobre os horres dos porões da ditadura. **Tribuna de Alagoas**, Maceió, 24 abril de 2005, p.6;

_____. Rubens Jambo fala sobre os terríveis anos do regime militar. **Tribuna de Alagoas**, Maceió, 10 abril de 2005,p.5;

_____. A participação de alagoas no golpe militar de 1964. **Tribuna de Alagoas**, Maceió, 3 abril de 2005.

APÊNDICE A

ANEXO I - Militantes do PCR perseguidos na Ditadura que receberam indenização

Após entrar em vigor da Lei estadual de Pernambuco 11.773/00, que tinha por objetivo indenizar os presos políticos e suas famílias, várias vítimas da Ditadura entraram com processo exigindo seu direito, que significava o reconhecimento do Estado pelos seus crimes praticados. Abaixo a relação dos militantes do PCR que foram indenizados:

Dênis Jatobá Agra (falecido): Processo 453/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 27.000,00, valor dividido entre a esposa e filhos.

Norton de Moraes Sarmento: Processo 496/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 29.000,00.

Bartolomeu Mendes Cunha: Processo 164/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 29.000,00.

Albano Ferreira Cruz: Processo 026/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 28.000,00.

Amaro Felix Pereira (falecido): Processo 249/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 30.000,00, valor dividido entre esposa e filhos.

Amaro Luiz de Carvalho (falecido): Processo 053/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 30.000,00, valor dividido entre esposa e filhos.

Edval Nunes da Silva Cajá: Processo 509/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 25.000,00.

Edilson Freire Maciel: Processo 028/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 26.000,00.

Edmilson Freire Maciel: Processo 029/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 27.000,00.

Edilson Romariz Machado: Processo 030/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 24.000,00.

José Emilson Ribeiro da Silva: Processo 101/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 29.000,00.

José Moura e Fontes: Processo 094/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 26.000,00.

José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior: Processo 472/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 26.000,00.

Juáres José Gomes: Processo 049/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 28.000,00.

Leci de Moura Maciel: Processo 249/00 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 28.000,00.

Leia Emília de Moura Lustosa: Processo 258/00 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 28.000,00.

Maria Aparecida dos Santos: Processo 010/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 29.000,00.

Maria do Carmo Tomaz: Processo 027/00 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 30.000,00.

Nilson Lustosa e Silva: Processo 085/00 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 26.000,00.

Ricardo Zarattini Filho: Processo 304/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 30.000,00.

Selma Bandeira Mendes (falecida): Processo 369/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 28.000,00, valor destinado a sua mãe, Alexandrina Bandeira Mendes.

Valmir Costa: Processo 415/01 Ouvidoria Geral do Estado de Pernambuco. Indenizado em R\$ 28.000,00.